

---

**Mestrado em Estatística e Gestão de Informação**  
Master Program in Statistics and Information Management

***RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE ANGOLA E  
PORTUGAL SOB A PERSPECTIVA DA BALANÇA DE  
PAGAMENTOS E DA POSIÇÃO DO INVESTIMENTO  
INTERNACIONAL***

Carlos João Soares

Relatório de Estágio apresentado como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em Estatística e Gestão de  
Informação

**Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação**  
Universidade Nova de Lisboa

**RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE ANGOLA E PORTUGAL  
SOB A PERSPECTIVA DA BALANÇA DE PAGAMENTOS E  
DA POSIÇÃO DO INVESTIMENTO INTERNACIONAL**

por

Carlos João Soares

Relatório de Estágio apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estatística e Gestão de Informação, Especialização em Análise e Gestão de Informação

**Orientador:** Professora Doutora Paula Alexandra Lourenço de Menezes

**Co-Orientador:** Professora Doutora Ana Cristina Marinho da Costa

Janeiro 2019

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por ter me concedido a bênção de participar neste curso e ter me dado saúde e força para chegar ao fim de mais esse desafio.

Quero também agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que fosse possível realizar esse sonho, em particular:

Ao Banco Nacional de Angola pela confiança em mim depositada, aos meus colegas do Departamento de Estatísticas, muito particularmente os da Divisão de Estatísticas externas por todo apoio prestado, ao Banco de Portugal pela oportunidade de realizar o estágio do Departamento de Estatística, em especial ao meu coordenador do estágio o Mestre João falcão, a minha co-orientadora Professora Doutora Paula Alexandra Lourenço de Menezes, o Dr. António Agostinho e à todos aqueles que me apoiaram durante o período que o estágio durou.

À minha co-orientadora Professora Doutora Ana Cristina Marinho da Costa, pela sua disponibilidade para orientar este trabalho, toda ajuda concedida tornando possível a concretização deste trabalho. Ao Professor Doutor Pedro Simões Coelho pela sua imensa paciência e disponibilidade para ajudar sempre que necessitei, assim como a todos os professores que me apoiaram ao longo desta jornada.

Aos meus filhos, que muitas vezes ficaram privados da minha companhia e algumas vezes aguentaram os meus momentos de pressão, resultantes deste árduo trabalho.

A todos meus familiares e amigos que sempre me apoiaram e foram preponderantes devido a força que me foram transmitindo ao longo deste processo.

A todos o meu muito obrigado

## **RESUMO**

As relações entre Angola e Portugal remontam de longa data devido aos laços históricos que unem os dois povos, sendo patentes em diversos níveis, nomeadamente, cultural, social e económico. Com o fim da guerra civil em Angola em 2002 e a estabilidade política alcançada essas relações foram-se estreitando cada vez mais. Atualmente, Portugal constitui um dos principais mercados das importações angolanas, representando 12,7% do total das importações angolanas, sendo de destacar como principais importações no capítulo de máquinas, aparelhos mecânicos e eletrónicos e no capítulo das bebidas e bens alimentares. As importantes relações comerciais estabelecidas entre Portugal e Angola tornam necessário um acompanhamento no sentido de aferir a respetiva evolução, assim como identificar os segmentos da economia onde se desenvolvem maiores relações entre os dois países e os que têm menor importância. Este trabalho teve então por objetivo analisar a Balança de Pagamentos e posição do investimento internacional bilateral entre Angola e Portugal, bem como analisar a qualidade do processo de compilação destas estatísticas. Deste trabalho resultou um conjunto de recomendações sobre melhorias nas práticas internacionalmente aceites de compilação da Balança de Pagamentos e da Posição do Investimento Internacional, levadas a cabo pelo Banco Nacional de Angola.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Angola, Balança de Pagamentos, Portugal, Posição de Investimento Internacional, Exportações, Importações, Qualidade das Estatísticas

## **ABSTRACT**

The relations between Angola and Portugal date back a long time due to the historical ties that unite the two peoples, being present in several levels, namely, cultural, social and economic. With the end of the civil war in Angola in 2002 and the political stability achieved these relations became more and more narrow. Currently, Portugal is one of the main markets for Angolan imports, accounting for 12.7% of total Angolan imports, with the main imports being in the chapter of machines, mechanical and electronic devices and in the chapter on beverages and food. The important commercial relations established between Portugal and Angola make it necessary to monitor the evolution of these countries, as well as to identify the segments of the economy where the two countries are developing the most important relations. The objective of this work was to analyze the Balance of Payments and bilateral international investment position between Angola and Portugal, as well as to analyze the quality of the compilation process of these statistics. This work resulted in a set of recommendations on improvements in the internationally accepted practices for the compilation of the Balance of Payments and the International Investment Position, carried out by the National Bank of Angola.

## **KEYWORDS**

Angola, Balance of Payments, Portugal, International Investment Position, Exports, Imports, Statistics Quality

## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	6
2.1	Balança de Pagamentos (BOP) .....	7
2.2	Balanças Corrente e de Capital .....	7
2.3	Balança Financeira.....	8
2.4	Posição de Investimento Internacional (PII).....	10
2.5	Análise das Relações Bilaterais.....	10
2.6	Evolução da BOP e PII em Angola e Portugal .....	11
2.7	Evolução Histórica das Relações Bilaterais entre Angola e Portugal .....	20
2.8	Qualidade das Estatísticas da BOP e PII .....	22
2.8.1	Conferências e Reuniões sobre a Qualidade das Estatísticas Oficiais .....	24
2.8.2	Quadros de Avaliação da Qualidade das Estatísticas da BOP e PII.....	26
2.8.3	Metadados dos Países Africanos de Expressão Portuguesa e de Portugal ...	31
2.8.4	Cabo Verde.....	31
2.8.5	Moçambique .....	31
2.8.6	São Tomé e Príncipe.....	31
2.8.7	Guiné Bissau.....	32
2.8.8	Angola .....	32
2.8.9	Portugal .....	32
3	METODOLOGIA.....	33
3.1	Análise da BOP e PII Bilateral .....	33
3.2	Fontes de Informações .....	34
3.3	Questionário sobre a Qualidade das Estatísticas da BOP E PII.....	36
4	RESULTADOS.....	40
4.1	Análise dos Dados Bilaterais.....	40
4.1.1	Balança de Bens .....	40
4.1.2	Rendimento Secundário .....	45
4.1.3	Dívida Externa.....	46
4.2	Qualidade das Estatísticas da BOP e da PII .....	49
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	64
6	REFERÊNCIAS .....	69
7	ANEXOS.....	71
7.1	Anexo 1 - Detalhe da Componente de Serviços – BPM6 .....	71

7.2 Anexo 2 – Fontes de Informação para Compilação da BOP e PII de Angola e Portugal	
74	
7.3 Anexo 3 – Metadados Reportados por Cabo Verde ao FMI.....	77
7.4 Anexo 4 – Metadados Reportados por Moçambique ao FMI.....	85
7.5 Anexo 5 – Metadados Reportados por São Tomé e Príncipe ao FMI .....	99
7.6 Anexo 6 – Metadados Reportados pela Guiné Bissau ao FMI .....	107
7.7 Anexo 7 – Metadados Reportados por Angola ao FMI .....	113
7.8 Anexo 8 – Metadados Reportados por Portugal ao FMI.....	127
7.9 Anexo 9 – Questionário .....	144

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento do questionário {adaptado de (FMI, 2006)}.....	37
---	----

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das Balanças Corrente e de Capital de Angola e principais componentes, 2012-2016.....	12
Gráfico 2 – Exportações totais por tipo de bem .....	12
Gráfico 3 – Evolução do Preço do Petróleo no Período 2009-2016 .....	13
Gráfico 4 – Exportações de Petróleo Bruto de Angola, por principais países de destino .....	13
Gráfico 5 – Principais Países de Procedência das Importações .....	14
Gráfico 6 – Evolução do PIB Real de Angola .....	15
Gráfico 7 – Evolução da Taxa de Câmbio do Kwanza em relação Dólar Americano .....	15
Gráfico 8 – Evolução da Balança Financeira de Angola, 2012-2016 (Desagregada por Categorias Funcionais).....	16
Gráfico 9 – Evolução da Posição do Investimento Internacional líquida de Angola, desagregação de ativos e passivos financeiros, 2012-2016.....	17
Gráfico 10 – Evolução da Posição do Investimento Internacional líquida de Angola, decomposição por fenómeno, 2012-2016 .....	17
Gráfico 11 – Evolução da Balança de Corrente e de Capital de Portugal no Período 1996-2016 .....	18
Gráfico 12 – Evolução da Balança Financeira de Portugal no Período 1996-2016 (Desagregada por Categorias Funcionais).....	19
Gráfico 13 – Evolução da Posição do Investimento Internacional de Portugal no Período 1996-2016.....	19
Gráfico 14 – Fatores que contribuíram para a evolução da Posição do Investimento Internacional de Portugal no Período 1996-2016.....	20
Gráfico 15 – Principais Países de Destino da Exportação de Petróleo Bruto de Angola no Período 2012-2016 .....	40
Gráfico 16 – Principais Países de Precedência das Importações Angolanas no Período 2012-2016.....	42
Gráfico 17 – Evolução das Exportações de Portugal no Período 2012-2016 .....	42
Gráfico 18 – Principais Países de Procedência das Importações Portuguesas no Período 2012-2016.....	43
Gráfico 19 – Dívida Externa Bruta Portuguesa no Período 2012-2017 .....	47
Gráfico 20 – Dívida Externa Líquida Portuguesa no Período 2012-2017 .....	48
Gráfico 21 – Evolução do PIB Nominal de Portugal no Período 2012-2017 .....	48
Gráfico 22 – Composição da Dívida Externa Bruta do Sector Público de Angola no Período 2012-2016.....	49
Gráfico 23 – Dívida Externa Bruta do Sector Público de Angola no Período 2012-2016.....	49

## ÍNDICE DE TABELAS

Quadro 1 – Informação Existente e/ou Publicada entre os dois Países.....	34
Quadro 2 – Evolução das Exportações Totais de Angola no Período 2012-2016 .....	41
Quadro 3 – Evolução das Importações Angolanas no Período 2012-2016.....	41
Quadro 4 – Análise da Balança de Bens Bilateral no Período 2012-2016.....	43
Quadro 5 – Análise das Transferências Pessoais Bilaterais no Período 2012-2016 .....	46
Quadro 6 – Resumo da Avaliação da Qualidade das Estatísticas da BOP e PII de Angola Usando o DQAF (ANO= Prática Amplamente Não Observada; NO= Prática Não Observada; O= Prática Observada; AO= Prática Amplamente Observada; NA = Prática Não Aplicável) .....	50

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ABS</b>	Agência Australiana de Estatística (Australian Bureau of Statistics)
<b>AGT</b>	Administração Geral Tributária
<b>BCE</b>	Banco Central Europeu
<b>BCEAO</b>	Banco Central dos Estados da África Ocidental
<b>BCSTP</b>	Banco Central de São Tomé e Príncipe
<b>BdP</b>	Banco de Portugal
<b>BNA</b>	Banco Nacional de Angola
<b>BOP</b>	Balança de Pagamentos
<b>BPM6</b>	6. <sup>a</sup> edição do Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional
<b>CCSA</b>	Comitê de Coordenação de Atividades Estatísticas
<b>COL</b>	Comunicação de Operações de Liquidação
<b>COPE</b>	Comunicação de Operações e Posições com o Exterior
<b>CSDB</b>	<i>Centralized Securities Database</i>
<b>CSEE</b>	Comité do Sistema Estatístico Europeu
<b>DQAF</b>	Quadro de Avaliação da Qualidade de Dados ( <i>Data Quality Assessment Framework</i> )
<b>DMFAS</b>	<i>Debt Management Financing Analysing System</i>
<b>DSBB</b>	Quadro de Padrão de Divulgação do Fundo Monetário Internacional ( <i>Dissemination Standards Bulletin Board</i> )
<b>DSE</b>	Direitos de Saque Especiais
<b>EFTA</b>	Associação Europeia de Comércio Livre (European Free Trade Association)
<b>e-GDDS</b>	Sistema Geral de Divulgação de Dados ( <i>Enhanced General Data Dissemination System</i> )
<b>ESGAB</b>	Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística
<b>ESS QAF</b>	Quadro de Garantia da Qualidade do Sistema Estatístico Europeu
<b>Eurostat</b>	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias

<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FSO</b>	Serviço Estatístico Federal Suíço
<b>IGCP</b>	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
<b>IES</b>	Informação Empresarial Simplificada
<b>ITENF</b>	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
<b>ISI</b>	Instituto Internacional de Estatística
<b>MEFMI</b>	Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Oriental e Austral
<b>NQAF</b>	Quadro Nacional de Garantia da Qualidade Genérico ( <i>National Quality Assurance Framework</i> )
<b>NSDP</b>	Dados de Resumo Nacional ( <i>National Summary Data Page</i> )
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PAEF</b>	Programa de Assistência Económica e Financeira
<b>PII</b>	Posição de Investimento Internacional
<b>PMEs</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>QDF</b>	Inquérito sobre Transações e Posições de Derivados Financeiros
<b>ROSCs</b>	Relatórios sobre o Cumprimento de Normas e Códigos ( <i>Reports on Observance of Standards and Codes</i> )
<b>SDDS Plus</b>	Padrão Especial de Divulgação de Dados Plus ( <i>Special Data Dissemination Standard Plus</i> )
<b>SDDS</b>	Padrão Especial de Divulgação de Dados ( <i>Special Data Dissemination Standard</i> )
<b>SEC</b>	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia
<b>SIGFE</b>	Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado
<b>SIET</b>	Sistema Integrado sobre Estatísticas de Títulos
<b>SNA</b>	Sistema de Contas Nacionais
<b>StatCan</b>	Agência Nacional de Estatísticas do Canadá ( <i>Statistics Canada</i> )
<b>STES</b>	Estrutura de Oportunidades Estatísticas Económicas de Curto Prazo ( <i>Short-Term Economic Statistics</i> )
<b>UE</b>	União Europeia

**WEF** Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum*)

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho enquadra-se no âmbito de um estágio realizado no Núcleo de Estatísticas da Balança Financeira do Departamento de Estatística do Banco de Portugal (BdP), e visa abordar as relações bilaterais entre Angola e Portugal numa perspetiva estatística, concretamente na análise da balança de pagamentos (BOP) e da posição de investimento internacional (PII) entre os dois países e também fazer uma breve avaliação ao processo de compilação destas estatísticas elaboradas pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

A partir da balança de pagamentos e posição de investimento internacional, permite avaliar quantitativamente, ou mesmo qualitativamente, as diversas transações que um país mantém com outros países, como a compra ou venda de mercadorias, a remessa de lucros para o exterior por parte de empresas estrangeiras instaladas no país, a atividade de turismo e os empréstimos internacionais, entre outros (Paulani & Braga, 2008).

Angola e Portugal têm um passado histórico comum que data de há muitos anos atrás, levando a que os dois povos até hoje mantenham relações que se estendem a quase todos domínios da vida social.

Portugal tem sido um dos principais fornecedores de bens à Angola, cujo mercado interno ainda não consegue suprir, assim como tem mobilizado recursos financeiros e humanos para aquele país no sentido de aproveitar as oportunidades que este oferece com o alcance da estabilidade política e o esforço da diversificação da economia nacional. Não obstante o fato de Angola ser um país rico em recursos minerais, carece de auxílio para se desenvolver e crescer, pelo que o investimento privado estrangeiro desempenha um papel crucial no desenvolvimento da sua economia, domínio no qual Portugal sempre esteve presente.

Por outro lado, a qualidade das estatísticas produzidas pelo BNA são cruciais para o processo de tomada de decisão do governo, das empresas, famílias e pesquisadores, por isso é de todo necessário ter o conhecimento se as referidas estatísticas são compiladas obedecem aos padrões recomendados e internacionalmente aceites, daí que se afigurou importante a realização de uma avaliação ao processo de compilação das estatísticas da balança de pagamentos e posição do investimento internacional compiladas pelo Banco Nacional de Angola. Tal avaliação será efetuada com recurso ao “Quadro de Avaliação da Qualidade de Dados (DQAF)” do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Este trabalho está dividido em 7 capítulos, incluindo esta introdução, seguindo-se o segundo capítulo onde faz-se um enquadramento teórico sobre os conceitos de balança de pagamentos e posição do investimento internacional, assim como da sua vertente bilateral, passando por uma apreciação da evolução das balanças de pagamentos e posição de investimento internacional dos dois países, no período 2012-2016 para Angola e 1996-2016 para Portugal porque a informação produzida em Angola na base das orientações do BPM6, só estão disponíveis a partir daquele período e terminando com uma abordagem sobre o tema da qualidade das estatísticas e eventos realizados sobre o assunto.

O terceiro capítulo faz uma abordagem sobre a metodologia a utilizar no trabalho assim como fontes de informação utilizadas neste estudo, e no capítulo seguinte são apresentados os resultados obtidos iniciando-se uma análise estatística das relações bilaterais entre os dois países, seguindo-se a uma apreciação dos métodos de compilação estatística utilizados em Portugal e Angola, ou seja, estabelece-se uma análise comparativa dos dados produzidos pelos dois países, seguido de uma avaliação do processo de compilação destas estatísticas por parte do BNA.

No quinto capítulo são apresentadas as conclusões retiradas após a realização do trabalho e as recomendações que se acharem pertinentes. Por último serão apresentadas as referências bibliográficas no sexto capítulo e os anexos no sétimo.

## 2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

As relações económicas realizadas entre um país e o exterior são representadas estatisticamente através de dois quadros essenciais - a balança de pagamentos (BOP) e a posição de investimento internacional (PII).

A informação representada na balança de pagamentos reflete o conjunto de transações realizadas entre um país e o exterior num determinado período de tempo (mensalmente, trimestralmente, anualmente), sendo desagregada em duas componentes essenciais: a balança corrente e de capital e a balança financeira.

A posição de investimento internacional corresponde à posição em final de período (fim de trimestre, ano), do conjunto de ativos financeiros e passivos que existem na economia relativamente ao exterior. A variação da posição de investimento internacional em dois momentos diferentes do tempo é explicada por um conjunto de fluxos, sendo que as transações financeiras verificadas na balança financeira, constituem uma componente dessa variação.

As estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional assentam num conjunto de procedimentos metodológicos, definidos pelo Fundo Monetário Internacional na mais recente publicação de 2009 designada por BPM6 - *Balance of Payments and International Investment Position Manual* correspondendo atualmente à 6ª. edição (FMI, 2009). O BPM6 foi desenvolvido em simultâneo com o novo Sistema de Contas Nacionais (SNA 2008) e o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na União Europeia (SEC 2010), garantindo, deste modo, consistência entre as estatísticas macroeconómicas externas e nacionais.

A informação da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, compreendem um conjunto vasto de agregados estatísticos que permitem a monitorização da atividade externa de uma economia através da sua representação através de indicadores económicos que permitem conhecer, com rigor e em tempo oportuno, o desempenho externo da economia, assim como as forças e vulnerabilidades da atividade económica face ao exterior.

A compilação das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional visa, em primeiro lugar, o cumprimento de requisitos internacionais assumidos pelos países junto de organismos como o FMI, e no caso dos países da Área do Euro – Banco Central Europeu e Comissão Europeia mas, também, para satisfação de necessidades de informação dos vários agentes económicos nacionais e internacionais (governo, empresas, famílias). Em particular, no caso do governo, num mundo cada vez mais globalizado é crucial o conhecimento e monitorização dos indicadores da performance do país com o exterior tendo em atenção a sua função de decisor de política económica. No que confere às empresas, o conhecimento das estatísticas externas permitem tomar decisões relativamente às estratégias de desenvolvimento da sua atividade produtiva, ou de investimento nas relações com o exterior. Por fim, as famílias beneficiam de uma informação externa na medida em que permite o acompanhamento da situação internacional com vista à melhor tomada de decisões de consumo, investimento, poupança, permitindo ainda a realização da atividade intelectual e de investigação.

Assim, é imperioso que o processo de compilação das estatísticas externas obedeça aos critérios internacionalmente estabelecidos, e seja aplicado de forma harmonizada entre os vários países, garantidas por um elevado nível de qualidade da informação reportada e publicada, de forma a permitirem o melhor conhecimento da realidade económica das relações entre um país e o exterior, assim como potenciar o melhor processo de decisão.

## **2.1 BALANÇA DE PAGAMENTOS (BOP)**

De acordo com o acima referido, a balança de pagamentos de um país é um registo estatístico que resume as transações realizadas entre os agentes económicos residentes num país, e agentes económicos residentes noutra país, durante um determinado período de tempo. Em termos genéricos, as operações são registadas a valor de mercado, com algumas exceções como, por exemplo, empréstimos ou depósitos em que não sendo instrumentos financeiros negociáveis não têm um valor de mercado associado, e são registadas sempre que ocorre mudança de propriedade entre agentes económicos residentes em países diferentes.

A balança de pagamentos apresenta duas componentes primárias designadas pela balança corrente e de capital – que regista as transações reais de uma economia com o exterior, e uma componente financeira, designada por balança financeira que regista o conjunto de transações de ativos financeiros e passivos realizados entre um país e o exterior.

## **2.2 BALANÇAS CORRENTE E DE CAPITAL**

Relativamente à primeira componente da balança de pagamentos, a balança corrente diz respeito à atividade realizada entre um país e o exterior no que concerne a atividades de produção, distribuição e de rendimento. A balança corrente encontra-se, com efeito, desagregada na balança de bens, serviços, rendimento primário e rendimento secundário, sendo ainda o conjunto de fenómenos apresentados numa lógica de créditos (entradas de dinheiro do exterior, para o país) e débitos (saídas de dinheiro do país para o exterior).

A balança de bens regista o comércio de produtos físicos, sobre os quais ocorre mudança de propriedade entre um residente e um não residente. Engloba mercadorias, exportações líquidas associadas ao comércio triangular, designado por *merchanting* e ouro não monetário. Uma característica relevante na caracterização desta componente é o facto de os elementos transacionados nesta rubrica estarem associados à atividade produtiva.

A balança de serviços representa o conjunto de atividades produtivas que alteram as condições das unidades consumidoras, ou facilitam a troca de produtos ou de ativos financeiros. Os serviços não são normalmente itens distintos sobre os quais possam ser estabelecidos direitos de propriedade, e também não podem ser separados da sua produção. De acordo com os requisitos do FMI para divulgação desta informação, os serviços encontram-se classificados relativamente ao tipo de serviço conforme quadro apresentado no Anexo 1.

O rendimento primário representa o rendimento dos fatores produtivos de uma economia, designadamente terra, trabalho e capital. Em particular, nesta componente é registado o

arrendamento de recursos naturais (rendas), representando o valor associado ao rendimento do fator produtivo terra. A remuneração do fator produtivo trabalho é registada na prestação de trabalho, sendo a remuneração do fator capital registada sob a forma de rendimentos de investimento associado aos ativos e passivos financeiros.

A balança de rendimento secundário regista as transferências correntes (em dinheiro ou em géneros) entre residentes e não residentes. Uma transferência corresponde à disponibilização de um bem, serviço, ativo financeiro ou ativo não produzido, por um agente económico a outro sem a correspondente contrapartida em termos de valor económico (ou num valor bastante inferior ao seu valor real).

As transferências correntes afetam diretamente o nível de rendimento disponível do doador ou do recetor. Incluem transferências tipicamente relacionadas com as administrações públicas, como por exemplo, transferências relativas à cooperação corrente internacional entre diferentes Estados, pagamentos de impostos correntes sobre o rendimento, património, e transferências relacionadas com outros setores, como por exemplo transferências pessoais (ou remessas) ou prémios e direitos de seguros não-vida (excluindo as comissões).

A balança de capital mostra as transferências de capital a receber e a pagar entre residentes e não residentes de uma economia e a aquisição e alienação de produtos não-produzidos, de ativos não financeiros entre residentes e não residentes.

Os ativos não financeiros não produzidos consistem em recursos naturais (terra, direitos sobre minérios, direitos florestais, água, direitos de pesca, espaço aéreo e espectro eletromagnético); contratos, locações e licenças; e ativos de marketing (marcas) e *goodwill*.

As transferências de capital existem sempre que ocorre uma transferência de um ativo entre duas partes, ou uma ou ambas as partes adquirem ou alienam um ativo (outro que não dinheiro ou géneros), ou é perdoado um passivo por parte do respetivo credor. As transferências de capital consistem em impostos de capital, ajudas ao investimento e outras transferências de capital.

O valor agregado do saldo das balanças corrente e de capital corresponde ao saldo externo de uma economia sendo referido que a economia tem uma capacidade líquida de financiamento ao exterior sempre que este valor é positivo e que a economia tem uma necessidade líquida de financiamento externo sempre que o valor do saldo das balanças corrente e de capital é negativo.

### **2.3 BALANÇA FINANCEIRA**

A balança financeira corresponde à contrapartida financeira das operações reais realizadas numa economia com o exterior e regista as transações que envolvem ativos financeiros e passivos realizados entre residentes e não residentes. Ela mostra como uma economia aloca sua capacidade ou supre sua necessidade de financiamento através das transações financeiras com ativos e passivos.

A balança financeira encontra-se desagregada em categorias funcionais, que representam o tipo de investimento financeiro que é estabelecido por parte da economia em relação ao exterior, ou

do exterior relativamente à economia residente. Com efeito, a balança financeira é composta por cinco categorias funcionais - investimento direto; investimento de carteira; derivados financeiros e opções sobre ações concedidas a empregados; outro investimento e ativos de reserva.

O investimento direto representa a categoria funcional que confere a existência de uma relação duradoura e estratégica numa economia. De acordo com os critérios que torna elegível uma operação económica a ser caracterizada como investimento direto, pressupõe-se a existência da aquisição por parte de uma entidade externa (entidade residente) de mais do que 10 por cento do capital de uma entidade residente (externa) conferindo direitos de voto sobre a entidade investida. Refere-se, neste caso, a existência de uma influência significativa da entidade investidora sobre a entidade investida. O investimento no capital da entidade investida, assim como todas as operações verificadas entre empresas de grupo que, independentemente da sua natureza (capital ou dívida) são registadas nesta categoria funcional, conferem uma relação duradoura e de influência em decisões futuras.

A componente do investimento de carteira traduz-se num tipo de relações que caracterizam o investimento no capital de entidades residentes (por entidades não residentes) abaixo de 10 por cento. Nesta componente englobam-se os títulos de capital e os títulos de dívida que contrariamente à componente anterior não pretendem influenciar de forma estratégica entidades externas, mas a obtenção de uma rentabilidade face ao investimento num diversificado conjunto de ativos e passivos financeiros.

Os derivados financeiros distinguem-se das restantes categorias na medida em que visam a transferência de risco (como risco de taxa de juros, risco de câmbio, riscos de capital e *commodities*, risco de crédito, entre outros) podem ser negociados por direito próprio nos mercados financeiros. As opções sobre ações concedidas a empregados são opções de compra de ações de uma empresa, que são oferecidas sob a forma de remuneração aos empregados cuja permanência no país de acolhimento seja inferior a um ano.

O outro investimento representa uma categoria residual na medida em que inclui operações com o exterior, não consideradas em outras categorias funcionais. Nesta categoria consideram-se os seguintes instrumentos financeiros – numerário e depósitos; outras participações; empréstimos (incluindo a utilização de crédito do FMI e empréstimos do FMI); regimes de seguros, pensões e garantias standardizadas; créditos comerciais e outras contas a receber / a pagar; e Direitos de Saque Especiais<sup>1</sup> (DSE).

Os ativos de reserva são os ativos externos com elevado nível de liquidez, negociabilidade e credibilidade e são controlados pelas autoridades monetárias para fazer face às necessidades de financiamento da balança de pagamentos, para intervenção nos mercados cambiais

---

<sup>1</sup> Ativos de reserva internacionais criados pelo FMI e alocados aos países membros como complemento das outras reservas oficiais. Os DSE concedem aos países o direito incondicional de obtenção de moeda ou outros ativos de reserva junto de outros países membros do FMI.

(influenciando a taxa de câmbio), e para outros objetivos, tais como a manutenção da confiança na moeda e na economia ou garantia do financiamento externo.

## **2.4 POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL (PII)**

A posição de investimento internacional, representa num determinado período de tempo, o valor das posições e a composição dos ativos financeiros dos residentes de uma economia, que representa passivos de economias não residentes, do ouro produzido como ativos de reserva, e por outro os passivos dos residentes face aos não residentes. Estas estatísticas traduzem as posições em fim de período face ao exterior, de ativos financeiros e passivos num dado período de tempo. As variações entre posições registadas em períodos consecutivos refletem fluxos existentes com o exterior, e que assumem naturezas diferentes - transações financeiras registadas na balança financeira, reavaliações (variações cambiais e outras variações de preço) e outras variações de volume, que afetam o nível de ativos e/ou passivos externos no final do período.

A posição de investimento internacional encontra-se, ainda desagregada de acordo com as mesmas categorias funcionais da balança financeira.

As variações cambiais traduzem reavaliações do valor de ativos e passivos financeiros expressos numa moeda diferente e, por isso, decorrentes do efeito da taxa de câmbio. As outras variações de preço, refletem outros fatores como, por exemplo, a volatilidade do preço dos ativos e/ou dos passivos financeiros (variações da bolsa de valores, com impactos na valorização do capital, índices obrigacionistas, com impactos na dívida), entre outros exemplos.

As variações de volume explicam a variação de posição não refletida nas transações, variações cambiais ou de preço sendo constituídas, por exemplo, por fenómenos como falências, alterações de setor institucional ou abatimentos ao ativo.

## **2.5 ANÁLISE DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

A representação das relações externas entre uma economia e o exterior pode ser analisada numa perspetiva individual, das relações que se efetuam entre duas economias parceiras. Este tipo de relações bilaterais designa-se por balança bilateral e o âmbito desta análise potencia a identificação dos principais fenómenos que norteiam as relações económicas entre os dois parceiros e a sua monitorização ao longo do tempo.

Adicionalmente, e pela comparação com outras economias parceiras as balanças bilaterais permitem identificar, para as várias componentes da rubrica da balança de pagamentos, quais os parceiros com quem uma economia tem mais relações, em que componentes e como tem evoluído ao longo do tempo. A análise financeira pode ainda ser complementada através da posição de investimento internacional bilateral identificando o conjunto de fenómenos que contribuem para a variação da posição de ativos e passivos financeiros entre as duas economias.

No entanto, a quantificação das relações bilaterais através das balanças de pagamentos e posições de investimento internacionais bilaterais apresenta algumas limitações. Estas limitações verificam-se ao nível não apenas de assimetrias de informação que ocorrem nos processos de compilação de cada país individualmente, como também de questões metodológicas que impedem de saber com exatidão a desagregação geográfica, em especial, dos passivos financeiros.

Não obstante, o trabalho de análise das relações bilaterais é um importante instrumento de diminuição de assimetrias de informação, permitindo através de troca de informação, colmatar lacunas existentes nas fontes de informação de cada país. Adicionalmente, permite monitorizar importantes fenómenos e efeitos de determinados acontecimentos económicos, na situação de endividamento e posição de investimento externa.

## **2.6 EVOLUÇÃO DA BOP E PII EM ANGOLA E PORTUGAL**

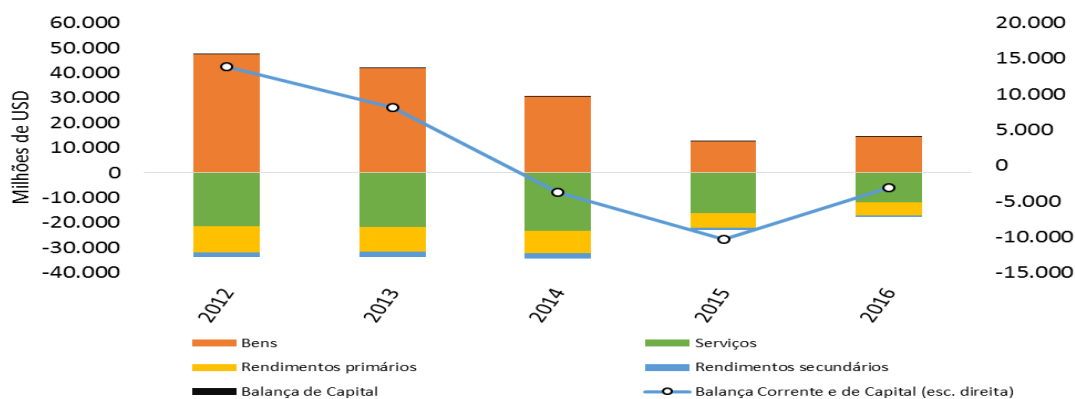
A compilação das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional em Angola e Portugal, é uma responsabilidade dos Bancos Centrais que têm como missão o registo das operações económicas realizadas com o exterior, de acordo com os requisitos definidos no BPM6 - em Angola é o Banco Nacional de Angola (BNA) e em Portugal o Banco de Portugal (BdP).

Na presente secção irá realizar-se uma análise da informação da balança de pagamentos de Angola e de Portugal ao longo dos vários anos, de acordo com a informação disponível.

Fazendo uma análise sobre a evolução do saldo da balança de pagamentos de Angola de 2012 até 2016, podemos aferir que no biénio 2012-2013, não obstante os persistentes défices registados nas balanças de serviços, rendimentos primários e secundários, o saldo superavitário da balança de bens foi suficiente para contrapor os défices destas balanças, resultando num saldo positivo para a balança corrente.

Angola mostra uma capacidade líquida de financiamento ao exterior durante os anos de 2012 e 2013 (acima dos 10.000 Milhões US\$), medida por um valor positivo do saldo da balança corrente e de capital verificando-se, a partir de 2013, uma necessidade líquida de financiamento externo de Angola que, em 2015 atingiu os 10.000 Milhões US\$.

O Gráfico 1 mostra a evolução do saldo das balanças corrente e de capital para os anos mencionados, assim como a decomposição pelas principais componentes: balança de bens, serviços e rendimentos primário e secundário. Verifica-se que a rubrica de bens é a única que contribui positivamente para o saldo externo, sendo que foi a componente determinante para a evolução deste indicador durante o período de 2012-2016. Não obstante, a balança de serviços tem reduzido o défice registado em 2012, assim como o rendimento primário e rendimento secundário (que se situa muito próximo de zero).



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 1 – Evolução das Balanças Corrente e de Capital de Angola e principais componentes, 2012-2016**

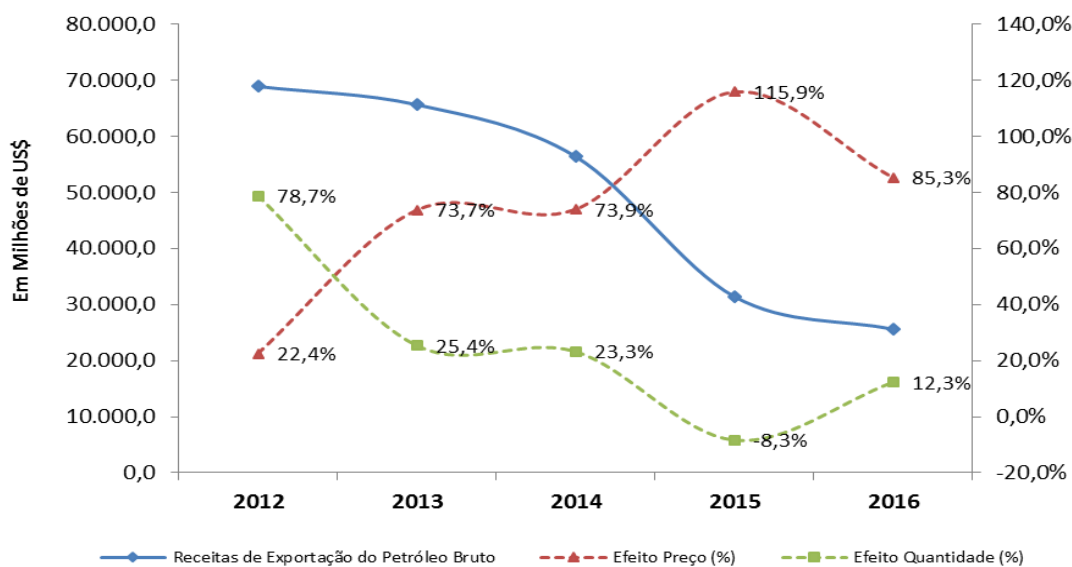
Relativamente à evolução da rubrica de bens, as exportações de Angola são determinadas, principalmente, pela venda de petróleo para outros países (Gráfico 2).



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 2 – Exportações totais por tipo de bem**

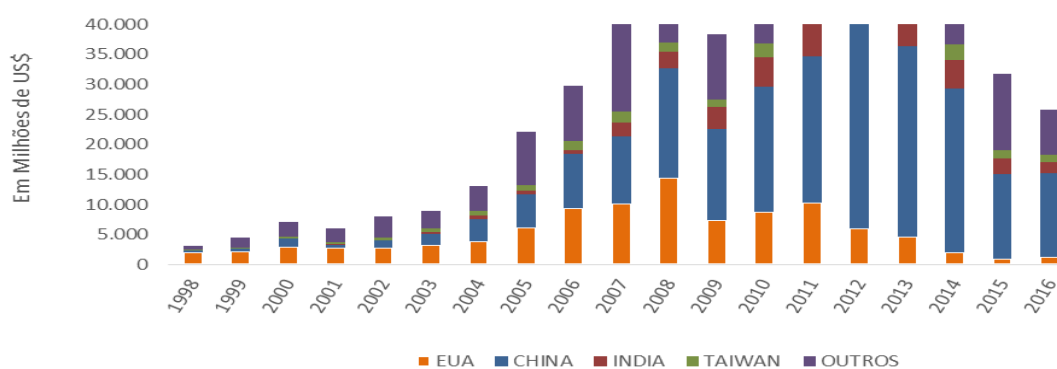
De acordo com o Gráfico 3, a evolução do preço do petróleo durante este período, evidencia uma quebra do preço do petróleo (cerca de 59%) a partir do segundo semestre de 2014 com impacto, consequentemente, no valor dos bens exportados. Esta situação deriva do facto de que a economia angolana é caracteristicamente uma economia mono-exportadora, onde as receitas de exportação de petróleo representam mais de 90% do valor total das exportações (Gráfico 3) logo, vulnerável a choques externos.



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 3 – Evolução do Preço do Petróleo no Período 2009-2016**

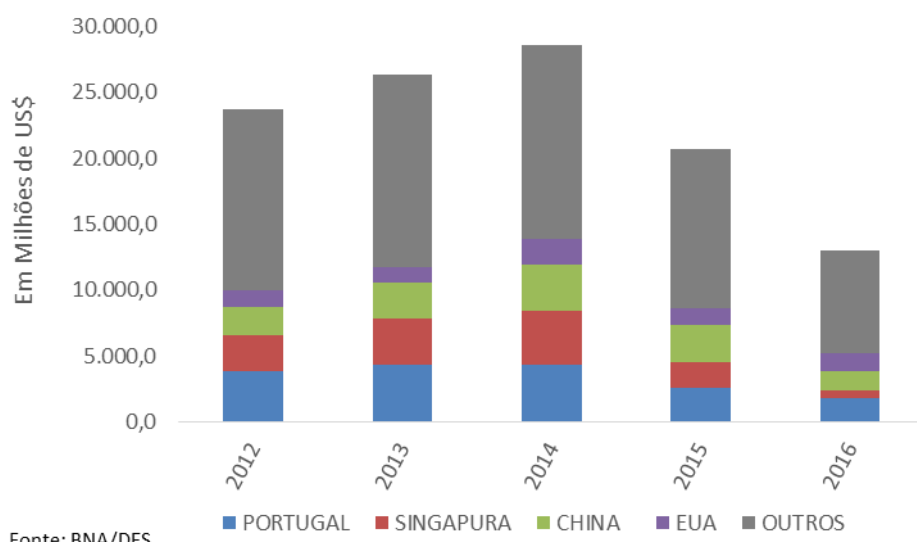
Além da diminuição do preço do petróleo, existem dois fatores que contribuíram negativamente para a balança comercial angolana - o abrandamento da economia chinesa que representa cerca de 54% do total das exportações de petróleo (veja-se o Gráfico 4), e o aumento da produção do gás de xisto nos E.U.A, refletindo uma diminuição acentuada nas quantidades exportadas para estes dois países que constituem os dois principais destinos do petróleo angolano.



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 4 – Exportações de Petróleo Bruto de Angola, por principais países de destino**

No Gráfico 5, encontram-se os principais países de onde Angola importa os bens necessários para satisfação das suas necessidades. Tal como se pode verificar, Portugal é o país que mais fornece mercadorias a este país.



**Gráfico 5 – Principais Países de Procedência das Importações**

No que diz respeito ao rendimento secundário, a redução do défice registado entre 2012 e 2016 encontra-se justificado pela redução da oferta de divisas à economia, que teve como consequência uma redução da capacidade de contratação de serviços especializados prestados por não residentes levando à uma melhoria no défice da balança de serviços.

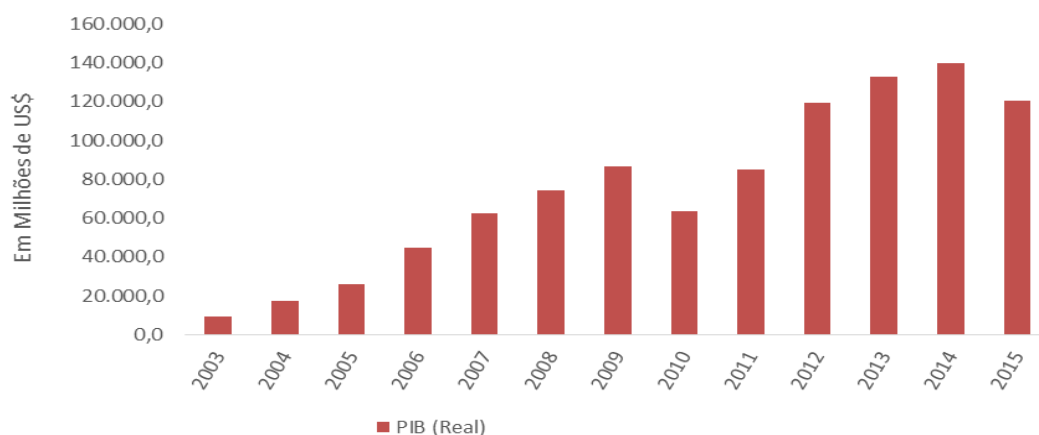
A balança de capital teve fluxos pouco expressivos no período em análise, limitando-se apenas ao registo de baixos valores concernentes ao licenciamento da atividade piscatória de entidades não residentes.

Adicionalmente, Angola vive após 2014 um quadro macroeconómico, que se consubstancia numa desaceleração do crescimento económico, desvalorização da moeda nacional, devido a insuficiência da oferta de divisas para atender uma procura cada vez mais crescente, e ainda no agravamento do nível de inflação, resultante do encarecimento dos produtos importados devido a desvalorização. Como consequência, o saldo orçamental torna-se deficitário, a partir de 2014, em que registou 6,6% do PIB e reduzindo posteriormente para 3,2% do PIB em 2016.

Muitas companhias foram obrigadas a rescindir os contratos com trabalhadores nacionais e expatriados, a taxa de desemprego do país situou-se em 19,9% em 2016, bem como enfrentaram dificuldades para realizar e repatriar lucros para casa mãe, o que levou a redução do défice da conta de rendimentos primários que é cronicamente deficitária.

O Gráfico 6 mostra a evolução do crescimento económico de Angola, medido através do produto interno bruto real. Verifica-se que após um período de forte crescimento económico iniciado em 2002, Angola vive um período de instabilidade, com os preços do petróleo a afetar negativamente o desempenho económico em 2015 e 2016.

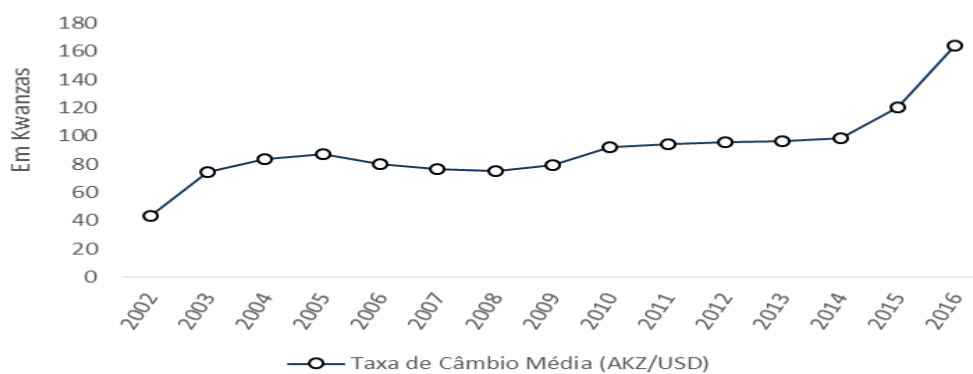
Como consequência verificou-se o abrandamento da atividade não-petrolífera, que levou a racionalização da despesa pública através da eliminação de subsídios aos combustíveis, aumento significativo da mobilização de receitas não-petrolíferas.



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 6 – Evolução do PIB Real de Angola**

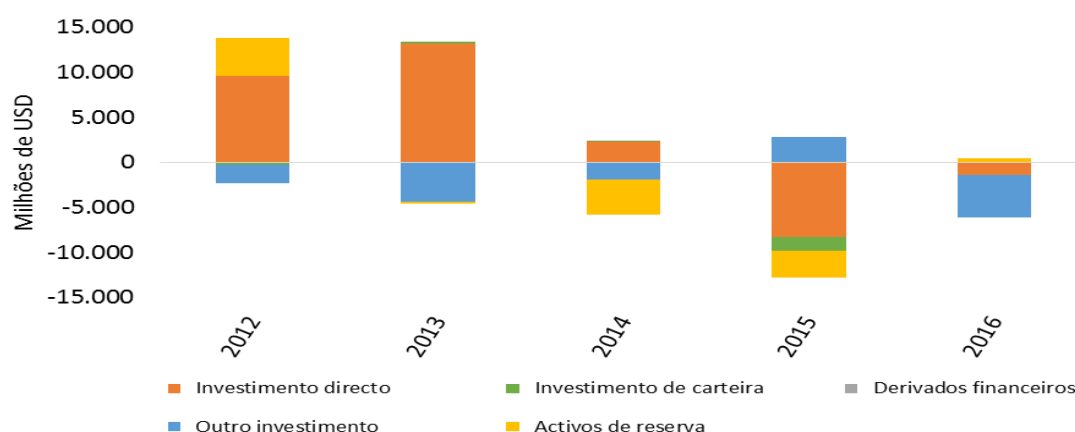
Uma das medidas tomadas para preservar a competitividade das exportações e reduzir a tendência das importações foi a depreciação da taxa de câmbio, como se pode observar no Gráfico 7.



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 7 – Evolução da Taxa de Câmbio do Kwanza em relação Dólar Americano**

A situação descrita no saldo nas balanças corrente e de capital traduz-se, numa variação de ativos líquida positiva nos anos de 2012 e 2013 e, a partir deste ano verifica-se uma variação líquida de negativa de ativos financeiros face ao exterior (Gráfico 8). Neste gráfico encontra-se a desagregação da balança financeira por categoria funcional. Tal como se pode observar, nos anos de 2012 e 2013, um contributo positivo do investimento direto para o aumento de ativos financeiros líquidos no exterior, sendo que em 2015 esta categoria funcional é a que contribui mais para a variação negativa de ativos externos líquidos.



Fonte: BNA/DES

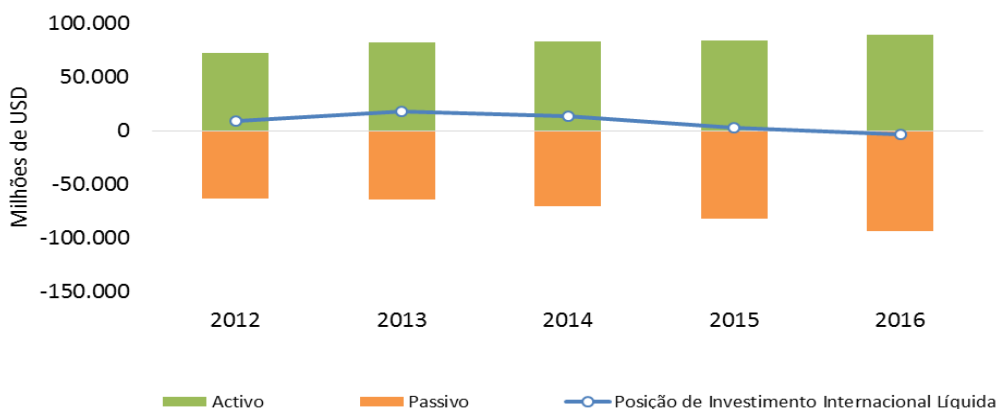
### Gráfico 8 – Evolução da Balança Financeira de Angola, 2012-2016 (Desagregada por Categorias Funcionais)

Do lado da balança financeira, observa-se que de 2012 a 2014 os ativos de investimento direto são superiores aos passivos que, no entanto, vai reduzindo gradualmente até haver uma inversão a partir de 2015, em que o saldo desta conta torna-se negativo, devido a perda da capacidade de investimento da economia angolana.

O outro investimento também apresentou um comportamento bastante irregular, apresentando-se deficitário quase todo período, diminuindo o défice em 2014 devido a contração simultânea das disponibilidades e principalmente responsabilidades. Em 2015, o saldo do outro investimento chega mesmo a ser superavitário justificado pela melhoria dos créditos comerciais em termos de aquisição líquida de ativos e principalmente pela contração do aumento líquido de passivos nos empréstimos, mas retornando ao saldo deficitário em 2016 devido essencialmente a diminuição dos depósitos em instituições financeiras externas, bem como o aumento da dívida externa.

Os ativos de reserva também seguiram a mesma tendência das demais contas, uma vez que está constituída maioritariamente pelas reservas internacionais, que a partir de 2013 começam a registar uma redução considerável devido a diminuição no nível de receitas de exportação, a venda de divisas para garantir a importação de bens, visto que quase tudo que é consumido no mercado interno é importado, agravando-se esta situação em 2014 e 2015 devido a capitalização do Fundo Soberano de Angola e o reembolso da prestação do empréstimo financeiro concedido pelo FMI no âmbito do *Stand By Arrangement*, recuperando o saldo superavitário em 2016, período em que se verificou uma forte contração das importações.

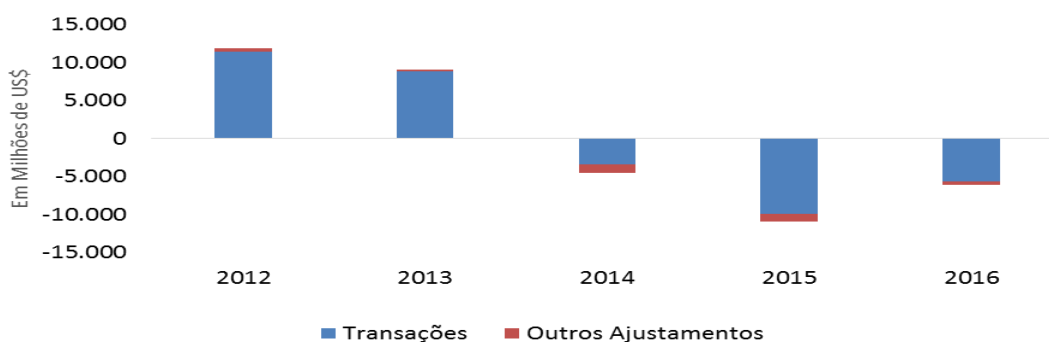
No que respeita a posição do investimento internacional líquida mostra uma situação positiva para Angola de 2012 a 2015 altura em que o total das obrigações para com os não residentes foram sempre inferiores às nossas disponibilidades face ao exterior. Mas em 2016 observa-se uma inversão da situação atingindo o valor negativo de 3.324 milhões de US\$ devido o mau momento que os países produtores e exportadores de petróleo bruto atravessam devido a queda do preço do petróleo nos mercados internacionais (Gráfico 9).



Fonte: BNA

**Gráfico 9 – Evolução da Posição do Investimento Internacional líquida de Angola, desagregação de ativos e passivos financeiros, 2012-2016**

A mesma tem seguido o comportamento das transações da balança financeira e com um contributo muito modesto de outros ajustamentos, que no caso de Angola agrega as variações de preços e as variações cambiais. Como podemos ver no Gráfico 10, a semelhança do comportamento do saldo da balança corrente e de capital que reflete a capacidade ou necessidade líquida de financiamento, o país passa de uma posição credora no período 2012-2013 para posição devedora de 2014 em diante, agravada em 2015 devido ao aumento significativo dos passivos no investimento direto estrangeiro, ante a redução de investimentos angolanos no exterior em consequência da atual situação macroeconómica do país.



Fonte: BNA/DES

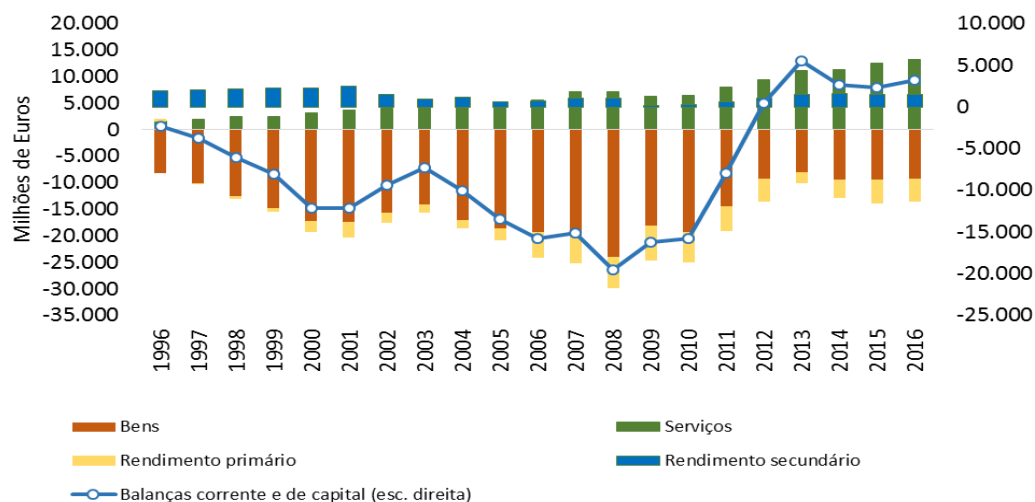
**Gráfico 10 – Evolução da Posição do Investimento Internacional líquida de Angola, decomposição por fenómeno, 2012-2016**

Entre 2007 e 2009, a economia portuguesa atravessou um dos piores momentos das últimas décadas. A crise financeira, e mais tarde a crise da dívida soberana que assolou alguns países da União Europeia, realçaram fragilidades estruturais ao nível da competitividade externa, levando a acumulação de dívidas face ao exterior.

No entanto, a partir 2012 a balança corrente e de capital passa a registar um saldo líquido positivo (Gráfico 11), refletindo uma capacidade de financiamento líquido ao exterior, devido a redução do défice da balança de bens, resultante dos excedentes de exportação, ao incremento

do *superavit* da balança de serviços, fortemente impulsionada pelo turismo, às ligeiras melhorias no défice da balança de rendimentos primários, ao rendimento secundário que ao contrário das demais sempre contribuiu positivamente para balança de pagamentos portuguesa, movida pela remessas dos emigrantes.

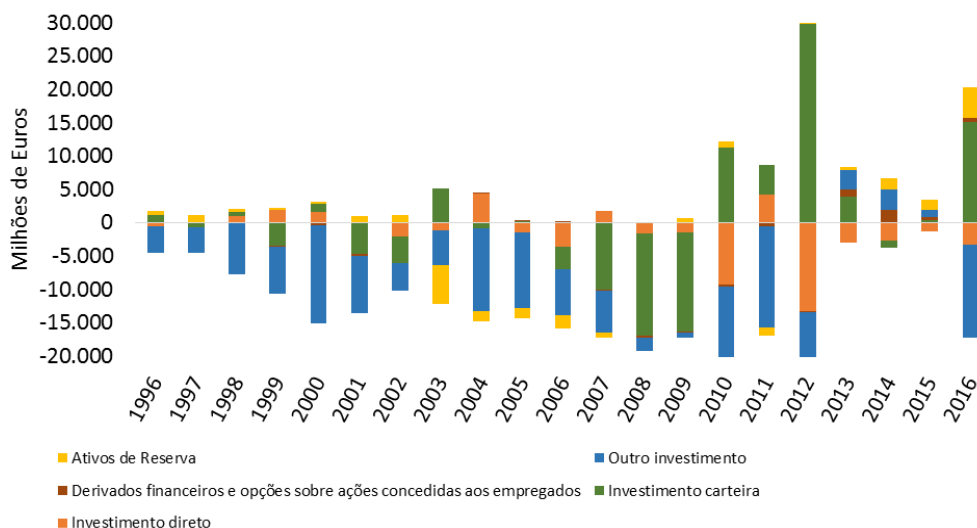
Durante o período em análise podemos constatar que o contributo da balança de capital foi sempre positivo, como resultado dos fundos provenientes da União Europeia. Este resultado reveste-se de muita importância pois poderão contribuir para a redução das vulnerabilidades de Portugal face ao exterior, através da redução do nível de endividamento externo.



Fonte: BPstat

### Gráfico 11 – Evolução da Balança de Corrente e de Capital de Portugal no Período 1996-2016

Do lado da balança financeira existem comportamentos diferentes ao longo do tempo (Gráfico 12). A partir de 2010, o investimento direto agrava o défice fruto do investimento de empresas não residentes no capital de empresas portuguesas, passando à superavitária no ano seguinte, mas retornando ao saldo deficitário logo no ano seguinte, melhorando nos anos seguintes, mas permanecendo negativo. O investimento de carteira torna-se positivo a partir de 2010, devido às amortizações de títulos emitidos por entidades residentes, comportamento que é seguido pelos derivados financeiros. O outro investimento que foi sempre negativo ao longo do período apresentado devido aos empréstimos obtidos, nomeadamente no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), apresentou saldos superavitários entre 2013 e 2015, mas retornando ao défice em 2016, os ativos de reserva também se comportaram de maneira bastante irregular, mas apresentando saldos superavitários a partir de 2013.

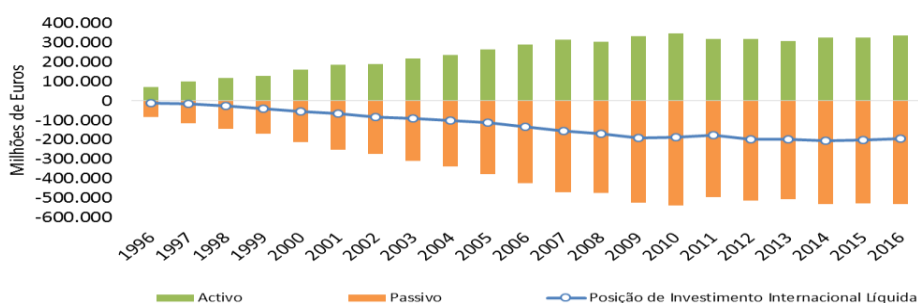


Fonte: BPstat

**Gráfico 12 – Evolução da Balança Financeira de Portugal no Período 1996-2016 (Desagregada por Categorias Funcionais)**

Segundo (Silvestre & Esteves, 2017), o projeto de compra de ativos do BCE (Banco Central Europeu), na qual as primeiras ocorreram em março de 2015, tem se constituído numa lufada de ar fresco para o financiamento português. A taxa de juro implícita na dívida, que mede a taxa média que é paga por todo o endividamento, caiu de 3,6% em 2014 para 3,2% no ano passado. Esta descida, que resulta da política do BCE, mas também eventualmente de outros fatores, corresponde a uma poupança em juros na ordem dos 1.000 milhões de euros.

A posição de investimento internacional líquida portuguesa tem sido negativa já há alguns anos (Gráfico 13), refletindo que as obrigações para com os não residentes ainda suplantam as suas disponibilidades sobre os mesmos.

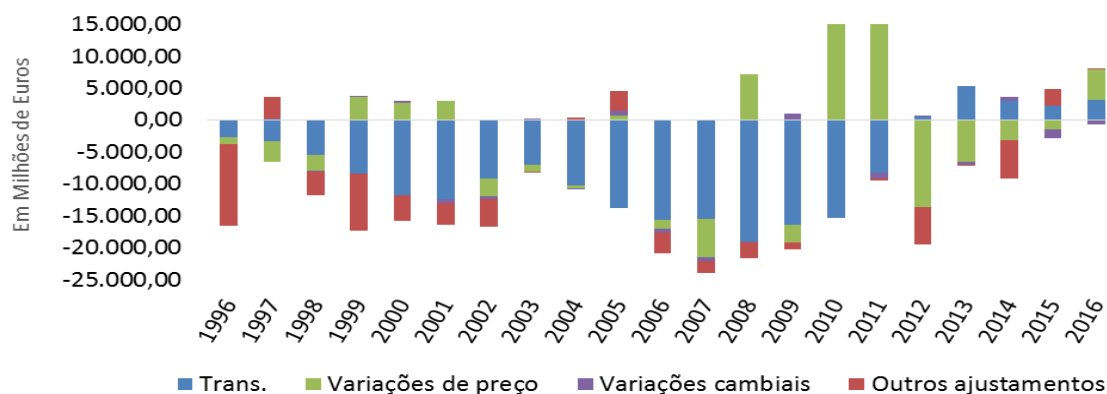


Fonte: BPstat

**Gráfico 13 – Evolução da Posição do Investimento Internacional de Portugal no Período 1996-2016**

Concorrem para o apuramento da posição de investimento internacional líquida, as transações na balança financeira, as variações ocorridas nos preços dos ativos financeiros e passivos, as variações da taxa de câmbio e outros ajustamentos efetuados nos volumes desses ativos financeiros e passivos.

Influenciaram negativamente para observância desta posição face aos não residentes, as transações ocorridas na balança financeira, refletindo o aumento líquido de passivos até 2011, seguido pela variação de preços a partir de 2010 teve um grande impacto devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) em vigor no momento, os outros ajustamentos no volume dos ativos e passivos, face a situação de falência e write-offs associados à crise vivida naquele período, e por ultimo sem muita expressão, as variações cambiais que também contribuíram negativamente.



Fonte : BPstat

**Gráfico 14 – Fatores que contribuíram para a evolução da Posição do Investimento Internacional de Portugal no Período 1996-2016**

## 2.7 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE ANGOLA E PORTUGAL

As relações entre Angola e Portugal verificam-se há muitos anos, desenrolando-se nos mais variados domínios da vida social. Os fortes laços históricos que unem os dois países, particularmente a proximidade cultural e a língua, têm constituído um fator importante para a cooperação bilateral entre os dois povos.

De acordo com (Adelino Torres, Manuel E. Ferreira, João Estevão, 1991), as transações comerciais tem sido o grande suporte da estrutura das relações económicas entre os dois países, pese embora as mesmas sejam condicionadas pelas influências do relacionamento político e outros fatores tais como o papel da política de cooperação portuguesa, o acesso e conhecimento do mercado angolano por parte dos empresários portugueses, a situação económica global em Angola, etc.

Nos últimos anos, não obstante a distância que separa os dois países, o volume de negócios transacionado entre Portugal e Angola ultrapassa largamente o realizado com a maioria dos países europeus, chegando mesmo a atingir o lugar de quarto maior mercado de destino das exportações portuguesas e o primeiro fora dos limites da União Europeia (ACIEP, 2010).

Segundo (M. E. Ferreira, 1994), a tendência crescente das exportações portuguesas para Angola com início nos meados dos anos 80 foi interrompida pelo reinício do conflito armado interno em Angola em 1993 e que levou a redução de mais de metade das exportações. De realçar que no mesmo período verificou-se uma alteração bastante significativa na estrutura das importações, com especial destaque da subida do peso do petróleo e a descida dos diamantes, café e as fibras vegetais têxteis, que viriam a reduzir consideravelmente pelas razões acima referidas.

Ao contrário do que acontece nas relações comerciais entre Angola e o resto do mundo, que se caracterizam por excedentes de Angola relativamente a esses países, a balança comercial (e também de serviços) luso-angolana é historicamente favorável a Portugal. Contudo, a partir de 2005, devido ao aumento das importações de petróleo tem-se assistido também um forte crescimento das importações (ACIEP, 2009).

No que respeita em particular à componente de serviços, Angola também tem sido uma fonte de receitas para o turismo português. Segundo a *Global Blue Portugal*<sup>2</sup>, no ano 2013 o mercado angolano representava a maior fatia de ‘*globeshoppers*’<sup>3</sup> (Neto, 2014). O índice de competitividade em viagens e turismo, elaborado anualmente pelo *World Economic Forum* (WEF) e que avalia a capacidade de alavancagem da atividade turística em cada um dos países, coloca Portugal num contexto mais favorável relativamente ao enquadramento regular do sector turístico nos destinos preferidos pelos angolanos (Idtour, 2015).

No domínio do investimento, Angola tem vindo a representar um parceiro cada vez mais importante nas relações económicas de Portugal com o exterior, acompanhando assim as tendências já registadas nas áreas do comércio de bens e serviços (ACIEP, 2010). Em 2012 Portugal foi o país estrangeiro com o maior valor de investimentos aprovados (AiP, 2014).

De modo geral, em Angola, as empresas portuguesas têm oportunidades de investimentos em praticamente todos os sectores, desde as tecnologias e energias renováveis, telecomunicações, exportações, investimento direto, construção, agricultura, indústria e outros (Bandi, 2014).

De acordo com a teoria das vantagens comparativas de (Ricardo, 1821), o comércio exterior será vantajoso para um país se cada país se especializar no produto que tiver vantagens comparativas. Assim, de acordo aos resultados obtidos a partir da competitividade exportadora de Portugal, medidos através do índice de vantagem comparativa revelada, e do dinamismo importador português, mostraram que as exportações portuguesas para o mercado angolano deviam concentrar-se apenas em 21 produtos, a 4 dígitos da nomenclatura combinada, pois além de Portugal ser competitivo nos mesmos, Angola apresentava um crescimento nas importações desses produtos acima da média (Couto & Barata, 2010). A notoriedade e reputação de muitas marcas portuguesas remontam ainda à época colonial, conseguindo assim, ainda hoje, vantagem competitiva (ALVES, 2015).

---

<sup>2</sup> Empresa portuguesa responsável pelo reembolso do imposto de valor acrescentado de produtos livres de impostos para estrangeiros

<sup>3</sup> Alguém que considera as compras um elemento fundamental nas suas viagens

Dados disponíveis indicam que 9.438 empresas exportadoras de bens foram internacionalizadas para Angola em 2014, de longe o mais elevado no contexto lusófono, sugerindo uma presença significativa das PME (Pequenas e Médias Empresas) no processo de relacionamento com Angola (SaeR, 2016). A herança colonial dos angolanos repercute-se também na partilha de hábitos e costumes, o que naturalmente representa uma vantagem de marketing para as empresas portuguesas (ALVES, 2015).

No ramo da construção civil e obras públicas, as empresas portuguesas praticamente detiveram o monopólio deste sector durante muitos anos, com uma quota de mercado a rondar os 80%. Com o fim da guerra civil e a necessidade de reconstrução de infraestruturas, o mercado angolano tornou-se mais atrativo, desencadeando o interesse de outros países, em especial do Brasil e da China, gerando uma concorrência acrescida para as empresas portuguesas e o inevitável esforço de adaptação a este novo quadro (Pereira, 2011).

Com o crescimento do comércio bilateral, abriram-se caminhos para maiores trocas de fluxos de capitais mistos entre Angola e Portugal, resultando na modificação da estrutura acionista dos bancos de direito angolano de origem portuguesa em Angola, a abertura de bancos de direito português de origem angolana em Portugal, o aumento do capital detido por empresas angolanas em bancos portugueses, o reforço da presença de empresas angolanas no capital de empresas portuguesas (C. B. Ferreira, 2013).

## **2.8 QUALIDADE DAS ESTATÍSTICAS DA BOP E PII**

Nos últimos anos tem crescido a preocupação sobre a necessidade de melhorar a qualidade das estatísticas oficiais produzidas em qualquer país para que estas desempenhem corretamente a sua função de instrumento de apoio à tomada de decisão por parte do governo, empresas, pesquisadores e famílias. Tal tem levado ao surgimento de novas abordagens em relação a qualidade das mesmas, dentro das agências nacionais e internacionais de produção de estatísticas. Parte do trabalho realizado neste domínio por estas organizações visa o estabelecimento de padrões de qualidade, que se consubstanciam na definição de referenciais de qualidade com base na identificação de procedimentos e/ou processos que garantam a qualidade das estatísticas produzidas, sendo que tais processos sejam periodicamente comparados com as melhores práticas internacionalmente aceites e melhorados sempre que necessários.

As pesquisas sobre qualidade de dados começaram por volta dos anos 90, e muitos foram os estudiosos que apresentaram diferentes definições de qualidade de dados e métodos de divisão de dimensões de qualidade (Cai & Zhu, 2015). Pois a fraca qualidade dos dados pode ter impactos negativos na vida socioeconómica de um país (Wang & Strong, 1996)

Geralmente os responsáveis pela compilação das estatísticas oficiais, prestam particular atenção nas dimensões da qualidade da informação, uma vez que estas compreendem praticamente todos os aspetos de como as estatísticas atendem às necessidades dos utilizadores e suas expectativas em relação às informações divulgadas.

A qualidade dos dados é um dos problemas mais importantes na gestão de dados (Fan & Geerts, 2012). A gestão da qualidade estatística está principalmente preocupada em garantir que vários procedimentos e métodos de trabalho sejam implementados para fornecer processos estatísticos eficazes e eficientes, minimizando o risco de erros ou fraquezas nos procedimentos ou sistemas, bem como nas fontes de dados.

A utilidade da estatística depende de sua disponibilidade, precisão e exatidão. De fato, pouco pode ser feito se os dados não estiverem disponíveis, se forem bem específicos ou se não espelhem com precisão o que realmente está a acontecer (Jerven, 2014).

Para os compiladores de estatísticas oficiais, a questão da qualidade deve ser o ponto fulcral de tudo o que fazem. Mas, no entanto, a "qualidade" não é um conceito bem definido, é multifacetada e as estatísticas consideradas pelos utilizadores como tendo alta qualidade para uma finalidade podem ser menos adequadas para outra. As estatísticas oficiais são frequentemente vistas como ferramentas de propósito geral, sendo uma única estatística usada para diversos fins. É mais útil pensar em qualidade, não como uma propriedade absoluta de uma determinada estatística, mas como uma propriedade variável, dependendo do uso ao qual a estatística é colocada (Holt & Jones, 1998). A noção de qualidade de dados não pode ser separada do contexto em que os dados são produzidos ou usados (Malaki, 2012).

A qualidade é o que garante a confiança do público nas estatísticas oficiais. Além disso, é importante que os compiladores das estatísticas oficiais encontrem maneiras de as apresentar de modo a que transmitam qualidade, aprimore a compreensão e evite a interpretação excessiva (Holt & Jones, 1998).

A confiança na qualidade da informação que produz é uma questão de sobrevivência para uma agência estatística. Se a informação se torna suspeita, a credibilidade da agência é posta em causa bem como a sua reputação como fonte independente e objetiva de informação fidedigna é prejudicada. Portanto, a atenção à qualidade é uma preocupação central para a gestão de uma instituição que produz estatísticas oficiais (Brackstone, 2003).

Willem de Vries, no seu artigo "Como estamos a fazer? Indicadores de desempenho para sistemas estatísticos nacionais", propõe uma abordagem sistêmica para avaliar o desempenho das agências nacionais de estatística e considera que existe uma alta correlação entre a qualidade de um sistema estatístico e a qualidade de seus produtos (De Vries, 1998)

O capítulo sobre "Qualidade de Dados" na publicação do *Australian Bureau of Statistics (ABS)* "Balança de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional, Austrália: Conceitos, Fontes e Métodos" é um exemplo de avaliação de qualidade de dados realizada por um produtor de dados. O mesmo lista as dimensões de qualidade do ABS nas estatísticas como exatidão, revisibilidade, oportunidade, relevância, abrangência e acessibilidade. O conceito de cada dimensão é brevemente desenvolvido e a qualidade dos dados para a balança de pagamentos e a posição de investimento internacional da Austrália de 1998 é avaliada em relação a essas dimensões (Australian Bureau of Statistics, 1998).

A avaliação do Serviço Estatístico Federal Suíço (FSO) e do sistema estatístico suíço de (Fellegi & Ryten, 2000) constitui o primeiro exemplo conhecido no qual a administração de uma agência estatística nacional solicitou voluntariamente aos seus homólogos de outro país a realização de um estudo. O relatório resultante, "Uma revisão por pares do Sistema Estatístico Suíço", identifica e descreve os pontos fortes e fracos do sistema estatístico suíço e elabora propostas e recomendações para melhoria.

A qualidade das estatísticas refere-se a todos os aspetos de quão bem as estatísticas atendem às necessidades e expectativas dos utilizadores quanto à informação estatística. Portanto, o conceito de qualidade deve contemplar todos os aspetos implícitos nessa ampla definição de qualidade das estatísticas. Isso significa que o compilador deve fornecer informações descritivas neutras sobre os componentes de qualidade - mesmo que seja um desafio inerente obter medidas quantitativas para alguns deles. A avaliação da qualidade das estatísticas deve ser deixada para os utilizadores para os seus usos particulares (Elvers & Lindén, 2015).

A qualidade da informação estatística pode ser avaliada a partir da perspectiva dos produtores, por um lado, e dos utilizadores, por outro. Enquanto os utilizadores a avaliam com base na utilidade e valor que derivam da utilização dos dados, os produtores medem profissionalmente a qualidade da informação estatística numa abordagem multidimensional ao longo de toda a cadeia do ciclo de produção estatística, desde a fase de planeamento até as etapas de disseminação e avaliação, com os feedbacks complementares necessários (Adebayo, 2017).

As estatísticas oficiais fornecem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade, servem ao governo e ao público em geral com dados sobre a economia, situação demográfica, social e ambiental. O que significa que estas estatísticas devem ser relevantes para a sociedade, compiladas de forma imparcial, livre de interferência política e acessível para todos sob iguais condições (De Vries, 1998).

Para o FMI, a qualidade dos dados macroeconômicos utilizados e divulgados é uma grande preocupação. A análise da realidade económica, as discussões sobre políticas com os países membros e a integridade dos dados que ela dissemina baseiam-se numa base sólida e confiável de informações estatísticas. Ao longo do tempo, o Fundo desenvolveu vários mecanismos e arranjos formais e informais para obter garantias sobre os dados que utiliza, mas infelizmente ainda verificam-se lacunas significativas a esse respeito. Na prática, pedaços de um sistema de qualidade de dados estão em vigor no FMI, mas como o sistema está incompleto na cobertura, adotado de forma desigual e incoerente em diferentes níveis, ele não funciona como poderia ser desejado (Jerven, 2016).

### **2.8.1 Conferências e Reuniões sobre a Qualidade das Estatísticas Oficiais**

A partir do site oficial do FMI, podemos extrair informações sobre alguns dos mais importantes encontros realizados a nível do mundo, para abordar questões relacionadas com a crescente preocupação sobre a qualidade das estatísticas oficiais, na qual estão incluídas as estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional, a saber:

- a) O Seminário de Qualidade Estatística 2000, realizado na Ilha de Jeju, República da Coreia, de 6 a 8 de dezembro de 2000. Patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional

e pelo Gabinete Nacional de Estatística da Coreia, cobriu uma ampla gama de questões relacionadas à qualidade dos dados, incluindo tendências e abordagens para avaliação da qualidade estatística e experiências nacionais na avaliação e melhoria da qualidade das estatísticas oficiais.

- b) Primeira conferência Internacional sobre Qualidade nas Estatísticas Oficiais, realizada em Estocolmo, Suécia, de 14 a 15 de maio de 2001. A mesma reuniu documentos que representam o pensamento atual sobre questões de qualidade no campo das estatísticas oficiais.
- c) A 53ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística (ISI), realizada em Seul, capital da Coreia do Sul, de 22 a 29 de agosto de 2001, que contou com uma sessão sobre Programas de Qualidade em Agências Estatísticas, organizada por Gordon J. Brackstone, do instituto de Estatística do Canadá, incluindo documentos detalhando abordagens sobre a qualidade de dados produzidos por agências nacionais e internacionais de estatística oficiais.
- d) Simpósio 2001, realizado de 17 a 19 de outubro de 2001 em Ottawa, Canadá, patrocinada pelo Instituto de Estatística do Canadá, onde foram abordadas questões sobre a obtenção de qualidade de dados numa agência de estatística a partir de uma perspectiva metodológica. A conferência concentrou-se em métodos para enfrentar os desafios da qualidade dos dados, especialmente do ponto de vista da precisão dos dados.
- e) Conferência Europeia sobre Qualidade e Metodologia nas Estatísticas Oficiais (Q2004), realizada de 24 a 26 de Maio de 2004, em Mainz, Alemanha como parte de um esforço para melhorar o intercâmbio científico e a cooperação em questões relacionadas a qualidade e metodologia.
- f) Segunda Conferência sobre Qualidade de Dados para Organizações Internacionais, realizada de 27 a 28 de maio de 2004 em Wiesbaden, Alemanha, imediatamente após a Conferência Europeia sobre Qualidade e Metodologia nas Estatísticas Oficiais, realizada sob os auspícios do Comitê de Coordenação de Atividades Estatísticas (CCSA).
- g) Conferência Europeia sobre Qualidade em Estatísticas de Pesquisas (Q2006) realizada de 24 a 26 de abril de 2006 em Cardiff, País de Gales, Reino Unido. A conferência centrou-se em tópicos relacionados com critérios de qualidade, tais como: precisão, relevância, oportunidade, acessibilidade, comparabilidade e coerência das estatísticas de pesquisa, bem como a implementação de ferramentas e modelos de gestão da qualidade.
- h) Terceira Conferência sobre Qualidade de Dados para Organizações Internacionais, realizada de 27 a 28 de abril de 2006 em Newport, Reino Unido, imediatamente após a Conferência Europeia sobre Qualidade em Estatísticas de Pesquisa, realizada sob os auspícios do Comitê de Coordenação de Atividades Estatísticas (CCSA).
- i) Quarta Conferência sobre Qualidade de Dados para Organizações Internacionais realizada de 7 a 8 de julho de 2008 na sede da FAO em Roma, realizada sob os auspícios do Comitê de Coordenação de Atividades Estatísticas (CCSA).

- j) Conferência Europeia sobre Qualidade nas Estatísticas Oficiais (Q2008), realizada de 9 a 11 de julho de 2008 em Roma, Itália, destinando-se a servir como um fórum a nível europeu para discutir desenvolvimentos recentes e conquistas no campo da qualidade e metodologias para estatísticas de pesquisa, com um foco especial em estatísticas oficiais.
- k) Conferência Europeia sobre Qualidade nas Estatísticas Oficiais (Q2010) decorrida entre 4 e 6 de Maio de 2010. A mesma ofereceu aos participantes uma plataforma para discussões de alto nível sobre vários tipos de questões de qualidade e aspetos metodológicos da produção estatística, centrando-se particularmente em enfrentar os desafios atuais e futuros para a reengenharia dos processos de negócios estatísticos do Sistema Estatístico Europeu.
- l) A Quinta Conferência sobre Qualidade de Dados para Organizações Internacionais realizou-se de 6 a 7 de maio de 2010 em Helsinque, Finlândia, sob os auspícios do Comitê de Coordenação de Atividades Estatísticas (CCSA).
- m) Sexta Conferência da CCSA sobre Qualidade nas Estatísticas Internacionais, realizada em 29 de maio de 2012, em Atenas, Grécia.
- n) Conferência Europeia sobre Qualidade nas Estatísticas Oficiais (Q2012) decorrida entre 30 de maio e 1 de junho de 2012, incidiu particularmente na melhoria da qualidade através da reengenharia de sistemas estatísticos e inovações na área da qualidade.

## **2.8.2 Quadros de Avaliação da Qualidade das Estatísticas da BOP e PII**

Os vários organismos nacionais e internacionais responsáveis pelo acompanhamento da atividade macroeconómica dos países, a nível regional, continental e mundial têm envidado esforços para avaliar periodicamente as estatísticas da BOP e da PII compiladas pelos seus membros a fim de garantir que os mesmos cumprem com os padrões de compilação internacionalmente instituídos.

Algumas áreas responsáveis pela produção destas estatísticas de alguns países e organizações internacionais, como Canadá, Suíça, Nações Unidas, União Europeia, OECD e o FMI, desenvolveram e implementaram quadros de avaliação de qualidade estatística, que são periodicamente preenchidos pelos seus membros e que lhes permite monitorizar a qualidade das estatísticas por eles produzidas.

### *2.8.2.1 Quadro Nacional de Garantia da Qualidade Genérica (NQAF)*

Em 2010, a Divisão de Estatística das Nações Unidas solicitou o desenvolvimento de um modelo para um Quadro Nacional de Garantia da Qualidade Genérico (*NQAF – National Quality Assurance Framework*) e diretrizes de acompanhamento. O modelo estabelecido pelo grupo de peritos, composto por representantes de vários países e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais, foi aprovado pela Comissão de Estatística da ONU em 2012. O objetivo do NQAF é servir de referência para que os países possam usar enquanto formulam e operacionalizam estruturas nacionais de qualidade próprias ou aperfeiçoam ainda mais as já existentes.

Trabalho adicional realizado incluiu: um mapeamento do modelo para estruturas de qualidade existentes, por exemplo, o quadro de avaliação de qualidade de dados do fundo monetário internacional, um glossário de termos relacionados à qualidade e uma lista abrangente de referências de qualidade de dados de autoria de organismos nacionais e internacionais.

Em 2012, a Comissão de Estatística endossou totalmente o modelo genérico de estrutura de garantia de qualidade nacional e incentivou os países a usá-lo. Além disso, pediu ao grupo de peritos que desenvolvesse um plano de ação para ajudar os países na implementação das suas estruturas nacionais de garantia de qualidade e apoiasse a proposta de testar o modelo genérico de garantia de qualidade nacional em alguns países com diferentes tipos de sistemas estatísticos.

Documentação relevante associada ao NQAF está disponível no portal das Nações Unidas (<https://unstats.un.org/unsd/dnss/qualitynqaf/nqaf.aspx>; acessado em Agosto de 2018).

#### 2.8.2.2 *Quadro de Garantia da Qualidade do Sistema Estatístico Europeu (ESS QAF)*

O Comité do Sistema Estatístico Europeu (CSEE – European Statistical System Committee) adotou o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias em Fevereiro de 2005. O Código de Conduta para as Estatísticas Europeias é o pilar do quadro comum de qualidade do Sistema Estatístico Europeu, constituindo-se numa ferramenta de autorregulação e baseia-se em 15 princípios que cobrem o ambiente institucional, os processos estatísticos e os resultados estatísticos. Um conjunto de indicadores de melhores práticas e normas para cada um dos Princípios fornece orientação e referência para a revisão da implementação do Código de Conduta, aumentando a transparência no Sistema Estatístico Europeu.

As autoridades estatísticas, incluindo a Autoridade de Estatística da União Europeia (Eurostat), os institutos nacionais de estatística e outras autoridades nacionais responsáveis pelo desenvolvimento, produção e divulgação das estatísticas europeias, comprometem-se a aderir ao código de conduta. Um conselho consultivo independente, o Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística (ESGAB, o Conselho de Administração) apresenta uma panorâmica do Sistema Estatístico Europeu no que diz respeito à aplicação do Código de Conduta. O Conselho analisa a implementação do Código de Conduta pela Autoridade Estatística da União Europeia (Eurostat) e pelo Sistema Estatístico Europeu como um todo todos os anos; e aconselha sobre medidas apropriadas para facilitar a implementação do Código de Conduta, sobre a sua comunicação aos utilizadores e fornecedores de dados, bem como sobre suas possíveis atualizações. O Código foi revisto pelo Comité do Sistema Estatístico Europeu (CSEE) em 2011 e 2017; o CSEE endossou a última revisão em 16 de novembro de 2017.

A missão do Eurostat é fornecer estatísticas de alta qualidade para a Europa. Por conseguinte, as considerações de qualidade desempenham um papel central no que diz respeito à gestão empresarial do Eurostat, bem como nas operações estatísticas do dia-a-dia.

O Código de Conduta para as Estatísticas Europeias define as normas para o desenvolvimento, produção e divulgação de estatísticas europeias. Baseia-se num Sistema Estatístico Europeu (SEE) comum. O SEE está comprometido com a qualidade, compromisso esse que está expresso na Declaração de Qualidade do SEE (eurostat, 2016) que diz o seguinte:

“O Sistema Estatístico Europeu é uma parceria em que o Eurostat e as autoridades estatísticas nacionais de cada Estado-Membro da UE e países da EFTA cooperam. Juntos, a nossa missão é fornecer informação estatística independente de alta qualidade a nível europeu, nacional e regional e disponibilizar esta informação a todos para a tomada de decisões, pesquisa e debate. O programa e as prioridades das estatísticas europeias são debatidos e acordados pelos membros do SEE, com as decisões finais tomadas de forma democrática, de acordo com os procedimentos legislativos europeus. Operamos sob um estrito regime jurídico complementado por um quadro de qualidade robusto, de classe mundial e autorreguladora, cuja espinha dorsal é o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias. Nosso cumprimento do Código de Conduta é periodicamente avaliado por meio de mecanismos de revisão e acompanhamento rigoroso das ações de melhorias identificadas.

Vemos a qualidade como a base da nossa vantagem competitiva em um mundo que experimenta uma tendência crescente de informação instantânea que muitas vezes não tem a prova necessária de qualidade. Nosso trabalho é regido pela independência profissional, tratamento imparcial de todos os nossos usuários, objetividade, confiabilidade, confidencialidade estatística e custo-efetividade. O desenvolvimento, produção e disseminação de nossas estatísticas baseiam-se em metodologias sólidas, nos melhores padrões internacionais e procedimentos apropriados que são bem documentados de maneira transparente. Nossos princípios de qualidade são: relevância, precisão, pontualidade e pontualidade, acessibilidade e clareza, bem como comparabilidade e coerência. Sempre nos esforçamos para minimizar o ônus de nossos entrevistados, cultivar uma boa cooperação com fornecedores de dados e cooperar estreitamente com grupos de partes interessadas, incluindo as comunidades científicas. Comprometemo-nos com a excelência estatística, identificando sistematicamente os nossos pontos fortes e fracos, bem como os riscos relacionados que devidamente levamos em conta pelo desenvolvimento contínuo do nosso quadro de qualidade comum. Ao modernizar, inovar e compilar continuamente novos indicadores, não apenas melhoramos a qualidade de nossos produtos e serviços, mas também tentamos antecipar os fenômenos e necessidades emergentes com nossos usuários”.

O Quadro de Garantia da Qualidade do Sistema Estatístico Europeu (ESS QAF; <https://ec.europa.eu/eurostat/web/quality>, acessado em Agosto 2018) identifica possíveis atividades, métodos e ferramentas que podem fornecer orientações e elementos de prova para a implementação do código de conduta ao desenvolver, produzir e divulgar estatísticas europeias.

O Eurostat segue uma abordagem abrangente de gestão da qualidade baseada no código de conduta, que abrange todos os domínios estatísticos. Na realidade, a qualidade da estatística não é unidimensional nem absoluta. Em vez disso, deve ser entendido como um conceito relativo, sendo as características dos produtos definidas em relação às necessidades dos utilizadores. Tal como acontece com outros produtos, a informação estatística tem de ser adequada ao fim proposto e esta abordagem, levando a uma garantia de qualidade diferenciada

(para estatísticas de uso direto de políticas, estatísticas padrão e experimental), surge da otimização contínua e da aprendizagem em interação com os utilizadores.

### 2.8.2.3 *Estrutura de Oportunidades Estatísticas Económicas de Curto Prazo (STES)*

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) criou a Estrutura de Oportunidades Estatísticas Económicas de Curto Prazo (*STES – Short-Term Economic Statistics*), que é uma ferramenta para ajudar as organizações estatísticas a melhorar a pontualidade das suas estatísticas económicas de curto prazo. O Marco de Oportunidade da STES é uma coleção estruturada de documentação sobre uma gama de boas práticas metodológicas e operacionais atualmente usadas pelas Organizações Estatísticas Nacionais para melhorar a oportunidade, reduzir custos ou melhorar a precisão na produção de estatísticas económicas de curto prazo. Essa estrutura é apresentada como um site amigável para o utilizador em <http://www.oecd.org/sdd/short-termeconomicstatisticsstestimelinessframework.htm> (acedido em Agosto 2018), onde tanto o resumo quanto a documentação detalhada dos métodos podem ser acedidos através da tabela de referência principal. A documentação atual referenciada dentro do quadro, vem de 21 países diferentes (a partir e fevereiro de 2013) e é continuamente atualizada.

### 2.8.2.4 *Estrutura de Garantia de Qualidade de Dados e Diretrizes de Qualidade*

A criação pela Agência Nacional de Estatísticas do Canadá [Statistics Canada (StatCan)] de uma Estrutura de Garantia de Qualidade<sup>4</sup> e Diretrizes de Qualidade<sup>5</sup>, serve como exemplo de um esforço nacional para entender e gerir a qualidade dos dados. A estrutura apresenta mecanismos básicos para a gestão da qualidade dos dados dentro do StatCan, enquanto as diretrizes complementam este quadro com descrições de um conjunto de melhores práticas para todas as etapas de um programa estatístico.

### 2.8.2.5 *Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados (DQAF)*

O Quadro de Avaliação da Qualidade de Dados (*DQAF – Data Quality Assessment Framework*; <https://dsbb.imf.org/dqrs/DQAF>) do FMI foi adotado em Julho de 2003 e a sua revisão mais recente é de maio de 2012. O documento contém um conjunto de pré-requisitos para a qualidade dos dados, como o ambiente legal e institucional para dados e cinco dimensões - garantias de integridade, solidez metodológica, precisão e confiabilidade, facilidade de manutenção e acessibilidade – que são usados para avaliações abrangentes da qualidade dos dados dos países e abrange ambientes institucionais, processos estatísticos e características dos produtos estatísticos.

O FMI possui três ferramentas formais para reportar questões sobre a qualidade de dados específicos de cada país (<https://dsbb.imf.org/dqrs>):

---

<sup>4</sup> Quality Assurance Framework; <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/12-586-x/12-586-x2017001-eng.htm>; acedido em Agosto de 2018.

<sup>5</sup> Quality Guidelines; <https://www150.statcan.gc.ca/n1/en/catalogue/12-539-X>; acedido em Agosto de 2018.

- O Anexo sobre Questões Estatísticas dos relatórios de consulta do Artigo IV - que relata a adequação dos dados para a vigilância;
- As iniciativas de disseminação de dados - compostas pelo Padrão Especial de Divulgação de Dados Plus (*SDDS Plus – Special Data Dissemination Standard Plus*), o Padrão Especial de Divulgação de Dados (*SDDS – Special Data Dissemination Standard*) e o Sistema Geral de Divulgação de Dados (*e-GDDS – Enhanced General Data Dissemination System*), que envolvem países com metodologia e padrões de dados por meio do Quadro Padrão de Divulgação do FMI; e
- Os módulos de dados dos Relatórios sobre o Cumprimento de Normas e Códigos (*ROSCs – Reports on Observance of Standards and Codes*).

Tanto os módulos de dados dos Relatórios sobre o Cumprimento de Normas e Códigos (ROSCs), como as iniciativas de disseminação de dados - SDDS Plus, SDDS e o e-GDDS dependem muito do DQAF como medida de qualidade.

O Quadro Padrão de Divulgação do Fundo Monetário Internacional (*DSBB – Dissemination Standards Bulletin Board*; <https://dsbb.imf.org/>) fornece acesso à Página de Dados de Resumo Nacional (*NSDP – National Summary Data Page*), que é um portal de dados para os países participantes do SDDS Plus, SDDS e e-GDDS. Os *NSDPs* permitem que os utilizadores acedam aos dados, visualizem metadados ou procurem links para conjuntos de dados on-line para todas as categorias disponíveis de um país, mesmo que essas categorias sejam compiladas por várias agências estatísticas.

O SDDS Plus foi criado em 2012, com o objetivo de auxiliar os países membros no que diz respeito à publicação de dados estatísticos económicos e financeiros abrangentes, oportunos, acessíveis e confiáveis num mundo de contínua integração económica e financeira.

O SDDS foi criado em 1996 para orientar os países que têm ou que podem procurar acesso aos mercados de capitais internacionais na disseminação de dados económicos e financeiros para o público. Este site fornece informações sobre dados económicos e financeiros divulgados pelos países membros que assinam o SDDS.

O e-GDDS foi criado em 2015, substituindo o GDDS, criado em 1997, cujo objetivo é orientar os países na disseminação de dados, apoiando a transparência, incentivando o desenvolvimento estatístico e ajudando a criar fortes sinergias entre a disseminação de dados e a vigilância. O e-GDDS substituiu.

O DQAF vê a qualidade através de um prisma que abrange a governação de sistemas estatísticos, processos estatísticos básicos e características observáveis dos resultados. O quadro é aplicável aos países em todas as fases de desenvolvimento, uma vez que abrange de forma alargada os vários aspetos de qualidade em que os dados são recolhidos, processados e divulgados.

### **2.8.3 Metadados dos Países Africanos de Expressão Portuguesa e de Portugal**

(Jerven, 2014), discute os metadados disponíveis sobre as estatísticas Africanas da balança de Pagamentos. Aqui trazemos alguns exemplos de alguns países membros do FMI que reportam periodicamente os seus metadados com base no DQAF, através do Quadro de Padrão de Divulgação do Fundo Monetário Internacional (*DSBB*). Conforme já havíamos referido acima, a submissão da informação por parte dos membros é feita tendo em conta a sua participação no SDDS PLUS, SDDS, ou no e-GDDS.

Nos exemplos que vamos apresentar, com a exceção de Portugal que é participante do SDDS PLUS, todos os outros países africanos são participantes do e-GDDS.

### **2.8.4 Cabo Verde**

Não existe uma publicação nacional que contenha a metodologia para a compilação da balança de pagamentos de Cabo Verde. A informação resumida sobre esta metodologia é publicada no Anuário da balança de pagamentos do FMI.

Os metadados reportados por Cabo Verde ao FMI estão detalhados no Anexo 3. Para outras informações veja-se o portal do Banco de Cabo Verde (<http://www.bcv.cv>).

### **2.8.5 Moçambique**

Um documento abrangente de fontes e métodos (chamado guia de compilação) é publicado e atualizado regularmente, e inclui o seguinte:

- Informações sobre conceitos, definições, classificações, fontes de dados, compilação;
- Métodos, técnicas estatísticas e outros aspetos e procedimentos metodológicos relevantes;
- Informações sobre fontes de pesquisa, como características da pesquisa.

Os metadados reportados por Moçambique estão detalhados no Anexo 4. Para outras informações veja-se o portal do Banco de Moçambique (<http://www.bancomoc.mz/>).

### **2.8.6 São Tomé e Príncipe**

Os utilizadores da informação estatística da balança de pagamentos não são informados das políticas, princípios que orientam uma revisão, o calendário de revisões de dados preliminares ou o período a que estes dados se referem. Dados provisórios são identificados nas tabelas publicadas, mas não há menção às revisões feitas.

O Banco Central de São Tomé e Príncipe divulga as estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional para todos os utilizadores simultaneamente no seu site (<http://www.bcstp.st/>). As informações também são divulgadas trimestralmente no Boletim de Estatísticas Económicas e anualmente no Relatório Anual do BCSTP.

Os metadados reportados por São Tomé e Príncipe ao FMI estão detalhados no Anexo 5.

### **2.8.7 Guiné Bissau**

A secção dos metadados divulgados ao FMI (Anexo 6) referente a “Divulgação de documentação sobre conceitos, âmbito, classificações, bases de registro, fontes de dados e técnicas estatísticas”, está preenchida com “*Nós não temos*”, portanto, a Guiné Bissau não tem esta documentação ou não a divulga.

Para mais detalhes veja-se o portal do Banco Central dos Estados da África Ocidental (<http://www.bceao.int/>).

### **2.8.8 Angola**

Não há cronograma de revisão ou política declarada para conduzir estudos ou análises de revisões rotineiramente, pelo que quando surge a necessidade, o BNA revê a sua metodologia e práticas de compilação para aderir mais de perto à metodologia recomendada no BPM6.

Não há aviso prévio sobre mudanças na metodologia. Se ocorrerem algumas alterações, são incluídas nas publicações ao mesmo tempo em que os dados afetados são alterados e anotados nas tabelas.

Os metadados reportados por Angola no site do FMI estão detalhados no Anexo 7. Para mais informações, as estatísticas anuais da BOP estão disponíveis no site do BNA em ([www.bna.ao](http://www.bna.ao)) publicados na balança de pagamentos numa base anual.

### **2.8.9 Portugal**

Conforme referido nos metadados reportados por Portugal (Anexo 8), o Boletim Estatístico é uma publicação mensal bilingue em português/inglês, na qual são disponibilizadas as estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos produzidas pelo Banco de Portugal; inclui também um resumo de outros indicadores económicos. Arquivos pdf para download estão disponíveis. As séries temporais também estão disponíveis no formato csv.

O suplemento ao Boletim Estatístico 2/2015 descrevem o quadro atual subjacente à produção nacional das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimentos internacional em Portugal. Para mais detalhes veja-se o portal do Banco de Portugal (<https://www.bportugal.pt/>).

### 3 METODOLOGIA

Neste ponto irá ser descrita a metodologia a utilizar neste trabalho, onde se irá efetuar uma análise exploratória recorrendo a pesquisa documental da informação estatística compilada pelo Banco Nacional de Angola em relação a Portugal, e vice-versa.

Neste sentido, irá proceder-se a análise da Balança de Pagamentos e Posição do Investimento bilateral entre os dois países no período compreendido entre 2012-2016. Serão analisados os fluxos económicos entre as duas economias, através das transações realizadas entre os seus agentes económicos em todas as categorias funcionais da Balança de Pagamentos. Adicionalmente, são analisados outros fluxos, incluindo as mudanças no volume, no valor ou na classificação de um ativo financeiro ou passivo, bem como a posição dos ativos financeiros e passivos entre ambos.

#### 3.1 ANÁLISE DA BOP E PII BILATERAL

Para o efeito, será realizada uma desagregação por rubrica da balança corrente e de capital, categoria funcional no que respeita à balança financeira e fenómenos na posição de investimento internacional que as duas Instituições compilam relativamente aos dados de Portugal *vis-a-vis* Angola.

Será realizada uma comparação da metodologia utilizada e os resultados obtidos (produzidos) pelos dois países no período supracitado. Adicionalmente, pretende-se aferir a existência de possíveis inconsistências e caso existam, identificar quais as razões, para produzirmos um conjunto de recomendações com vista a harmonizar o processo de compilação entre as duas instituições responsáveis por este processo.

Atendendo ao facto de que os valores da balança de pagamentos de Angola estão expressos em US\$ e os valores de Portugal estão expresso em euros, tivemos que converter os dados de US\$ para euros utilizando a taxa de câmbio do euro em relação ao dólar disponível no BPstat. A taxa de câmbio utilizada foi a média aritmética das taxas diárias e depois a média dos 12 meses.

Em termos genéricos, no caso de Portugal, a balança de pagamentos é compilada mensalmente enquanto a posição de investimento internacional é compilada trimestralmente, ambas valorizadas aos preços de mercado. Para efeitos das contas externas, na delimitação do território português incluem-se o continente e as regiões autónomas (Açores e Madeira), assim como as embaixadas, consulados e outras representações do Estado português situados noutros países, sendo a informação publicada no Boletim Estatístico e no site do BdP (Bpstat).

No caso de Angola a balança de pagamentos e a posição de investimento internacional são compiladas trimestralmente, ambas valorizadas aos preços de mercado, a cobertura da informação abrange todo o território geográfico da República de Angola, sendo que não são realizados ajustes de sazonalidade aos dados. A informação é publicada no boletim anual da Balança de Pagamentos e Posição do Investimento Internacional e no site do Banco Nacional de Angola (BNA).

Tendo em consideração a importância do petróleo no contexto do apuramento das exportações de Angola e Importações de Portugal relativamente a este país, será particularizada a forma como está a ser efetuado o registo em termos de BOP/PII bilateral para cada um dos países.

A seguinte tabela sintetiza a informação existente, de acordo com a informação existente em Angola relativamente a Portugal.

<b>Angola em Relação à Portugal</b>	<b>Portugal em Relação à Angola</b>
<b>BOP</b>	
<p><b>Balança corrente</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Bens</p> <p style="padding-left: 40px;">Rendimento secundário</p> <p style="padding-left: 40px;">Remessas</p> <p><b>Balança financeira</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Investimento direto</p>	<p><b>Balança corrente</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Bens</p> <p style="padding-left: 40px;">Serviços</p> <p style="padding-left: 40px;">Rendimento primário</p> <p style="padding-left: 40px;">Rendimento secundário</p> <p style="padding-left: 40px;">Remessas</p> <p><b>Balança de capital</b></p> <p><b>Balança financeira</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Investimento direto</p> <p style="padding-left: 40px;">Investimento carteira</p>
<b>PII</b>	
	<p><b>Ativo</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Investimento Direto</p> <p style="padding-left: 40px;">Investimento Carteira</p> <p><b>Passivo</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Investimento Direto</p> <p style="padding-left: 40px;">Investimento Carteira</p>

**Quadro 1 – Informação Existente e/ou Publicada entre os dois Países**

### 3.2 FONTES DE INFORMAÇÕES

Em Portugal, a balança de pagamentos e a posição de investimento internacional são compiladas a partir de fontes de informação internas e externas ao BdP, como:

- Questionários;
- Reporte direto das empresas [Comunicação de Operações e Posições com o Exterior (COPE)];
- Outros Departamentos do BdP (Departamento de Mercados);

- Reporte de outros organismos governamentais (Instituto Nacional de Estatística [ INE e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP)].

No caso de Angola as informações também são obtidas a partir de fontes internas e externas ao BNA, como:

- Questionário dirigido à pessoas coletivas residentes em Angola que efetuem transações com não residentes, a partir de um portal do Departamento de Estatística;
- Outros Departamentos do BNA;
- Reporte de outros organismos governamentais.

Os dados utilizados neste trabalho têm como fonte primária os Departamentos de Estatística dos Bancos Centrais de Angola e Portugal.

Do lado de Angola, parte dos dados foram extraídos do site<sup>6</sup> do BNA e outra parte fornecida diretamente pelo departamento de estatísticas. Os dados da BOP estão apresentados em milhões de US\$, são compilados numa base trimestral, registando as transações efetuadas entre agentes económicos nacionais e o resto do mundo, nas balanças correntes, de capitais e financeira.

Do lado de Portugal, uma parte dos dados foram retirados do site do BdP (Bpstat), sendo que os mesmos estão apresentados em milhões de euros

Relativamente à balança de bens, enquanto o BNA tem como fontes os inquéritos para as exportações e a Administração Geral Tributária (AGT) para as importações, o BdP utiliza a informação proveniente do INE de Portugal, relativa ao comércio internacional de bens.

No que respeita aos serviços, o BNA tem como fontes os inquéritos, a AGT, *Debt Management Financing Analysing System (DMFAS)*, Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e o plano de execução de caixa do BNA, já o BdP utiliza a COPE, a Comunicação de Operações de Liquidação (COL), informação proveniente do INE de Portugal, relativa ao comércio internacional de bens. Para o rendimento primário/secundário o BNA utiliza os inquéritos, registos administrativos, o balanço do BNA, e o DMFAS, o BdP utiliza a COPE, a Informação Empresarial Simplificada (IES), o Sistema Integrado sobre Estatísticas de Títulos (SIET) e o *Centralized Securities Database (CSDB)*.

Para balança de capital o BNA utiliza os inquéritos, registos administrativos e o DMFAS e o BdP usa a informação proveniente do INE de Portugal e das COPE.

O investimento direto tem como fonte os inquéritos por parte do BNA e a COPE e a IES por parte do BdP. Para o investimento de carteira, as fontes utilizadas pelo BNA são os inquéritos e os balancetes das contas monetárias, para o BdP as fontes são a COPE, SIET e o CSDB.

Em relação aos derivados financeiros, esta categoria não é abordada na BOP e de Angola e o BdP utiliza como fonte para compilar a mesma a COPE e o inquérito sobre transações e posições de Derivados Financeiros (QDF).

---

<sup>6</sup> [http://www.bna.ao/Conteudos/Temas/lista\\_temas.aspx?idc=144&idsc=309&idl=1](http://www.bna.ao/Conteudos/Temas/lista_temas.aspx?idc=144&idsc=309&idl=1)

Finalmente, para os ativos de reserva, o BNA utiliza como fonte os balanços do BNA enquanto que o BdP utiliza dados que são recolhidos internamente ao Banco de Portugal, a partir dos sistemas de informação contabilístico, de pagamentos e de operações de mercados, e cobrem informação completa sobre posições, transações e rendimentos.

### **3.3 QUESTIONÁRIO SOBRE A QUALIDADE DAS ESTATÍSTICAS DA BOP E PII**

Nesta secção vamos apresentar a metodologia de recolha de informações relativas à qualidade das estatísticas da BOP e da PII, a qual tem por base um questionário dirigido ao chefe de Divisão de Estatísticas Externas do Departamento de Estatística do Banco de Angola. Este instrumento de recolha da informação encontra-se no Anexo 9. O desenho do questionário teve em consideração o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados do FMI (DQAF), e a colaboração do Dr. António Agostinho, coordenador do Núcleo de Auditoria Estatística do Banco de Portugal.

Os metadados de Angola disponíveis no site do FMI (veja-se o Anexo 7), abrangem todas as dimensões, elementos e indicadores do DQAF, mas não todas as questões centrais específicas nem todos pontos-chave, como apresentados exhaustivamente no questionário dirigido ao BNA

O DQAF encontra-se organizado numa estrutura em cascata que progride do nível geral para o específico. O nível do primeiro dígito define as condições institucionais necessárias para a qualidade e as cinco dimensões da qualidade dos dados: integridade, rigor metodológico, exatidão e fiabilidade, utilidade e acessibilidade. Esse nível subdivide-se em elementos (nível de dois dígitos) e indicadores (nível de três dígitos).

O nível seguinte trata das questões centrais específicas para a compilação das estatísticas. Abaixo de cada questão central há pontos-chave que descrevem características da qualidade que podem ser consideradas na avaliação das questões centrais. Os pontos-chave devem ser vistos como indicativos e não exaustivos.

O questionário desenvolvido tem por base a Figura 1 (adaptada da figura apresentada no DQAF), onde apresentamos a estrutura organizada em cascata, com uma das dimensões. Descrevemos abaixo os elementos e os indicadores de cada dimensão. Para cada um, as respostas ao questionário foram classificadas nas seguintes categorias e formularam-se algumas recomendações:

- Prática amplamente não observada;
- Prática não observada;
- Prática observada;
- Prática amplamente observada;
- Prática não aplicável.

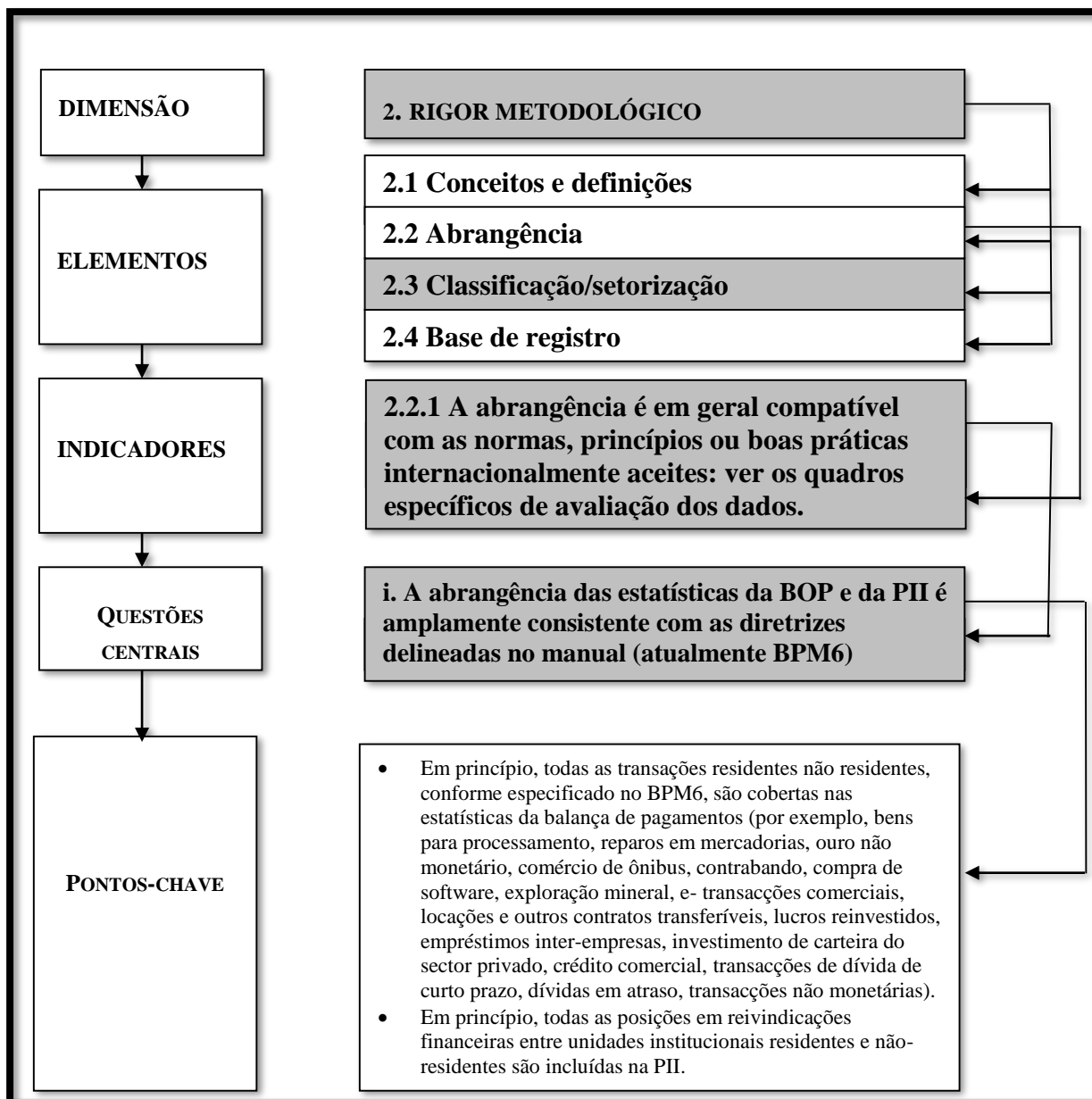


Figura 1 – Enquadramento do questionário { adaptado de (FMI, 2006) }

**Precondições para a qualidade:** Embora não constitua uma dimensão da qualidade propriamente dita, este grupo de “determinantes da qualidade” é formado por elementos e indicadores que desempenham uma função fundamental, pois são precondições, ou requisitos institucionais básicos, para a qualidade das estatísticas. Cumpre observar que a ênfase recai sobre a entidade central que coordena a atividade estatística, como o órgão nacional de estatística, banco central ou ministério/secretaria. Essas precondições abrangem os seguintes elementos:

- (i) Ambiente jurídico e institucional;

- (ii) Recursos disponíveis para a atividade estatística e
- (iii) Reconhecimento da importância da qualidade na orientação da atividade estatística.

**Integridade:** Esta dimensão expressa a ideia de que os sistemas estatísticos devem respeitar o princípio da objetividade na recolha, compilação e disseminação das estatísticas. Engloba mecanismos institucionais que garantem o profissionalismo nas políticas e práticas estatísticas, a transparência e a observância de normas deontológicas. Os três elementos desta dimensão da qualidade são:

- (i) Profissionalismo;
- (ii) Transparência; e
- (iii) Normas deontológicas.

**Rigor metodológico:** Esta dimensão expressa a ideia de que a base metodológica para a produção de estatísticas deve ser sólida e que esse objetivo pode ser alcançado se forem seguidos padrões, normas e boas práticas aceites internacionalmente. Ela é, necessariamente, específica para cada conjunto de dados e reflete diferentes metodologias para diferentes conjuntos de dados. Os seus quatro elementos são:

- (i) Conceitos e definições;
- (ii) Abrangência;
- (iii) Classificação/setorização; e
- (iv) Base de registo.

**Exatidão e fiabilidade:** Esta dimensão abrange a ideia de que os produtos estatísticos constituem um retrato razoavelmente fiel da realidade económica. Está relacionada à noção de que os dados de base formam uma base adequada para a compilação das estatísticas, as técnicas estatísticas são sólidas e os dados de base, dados intermédios e os produtos estatísticos são avaliados e validados periodicamente, inclusive no que diz respeito a estudos de revisões. Os seus cinco elementos são:

- (i) Dados de base;
- (ii) Técnicas estatísticas;
- (iii) Avaliação e validação dos dados de base;
- (iv) Avaliação e validação dos dados intermédios e dos produtos estatísticos; e
- (v) Estudos de revisões.

**Utilidade:** Esta dimensão está relacionada à necessidade de que as estatísticas abranjam informações pertinentes sobre a área, de que sejam disseminadas tempestivamente e com a

periodicidade apropriada, sejam coerentes internamente e com outros conjuntos de dados importantes e que sigam uma política regular de revisões. Os seus quatro elementos são:

- (i) Pertinência;
- (ii) Tempestividade e periodicidade;
- (iii) Coerência; e
- (iv) Política e prática de revisões.

**Acessibilidade:** Esta dimensão está relacionada à necessidade de garantir que os dados e metadados sejam facilmente acessíveis, sejam apresentados de uma maneira clara e compreensível e disponibilizados de modo imparcial, que os metadados sejam atualizados e pertinentes e que haja um serviço de apoio rápido e capacitado. Os seus três elementos são:

- (i) Acessibilidade dos dados;
- (ii) Acessibilidade dos metadados; e
- (iii) Utilizadores.

## 4 RESULTADOS

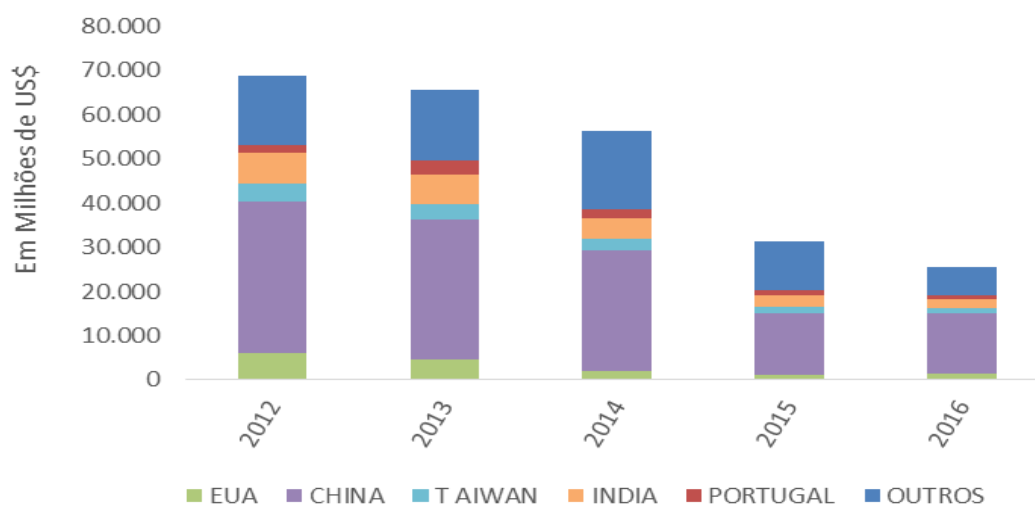
### 4.1 ANÁLISE DOS DADOS BILATERAIS

Nesta secção procederemos à análise dos dados bilaterais, ou seja, vamos analisar os dados produzidos por Angola sobre as transações económicas em relação a Portugal e vice-versa, para apurar se os métodos e a metodologia aplicada para coleta e compilação dos dados aplicadas por cada um dos países têm produzido resultados similares.

#### 4.1.1 Balança de Bens

A balança de bens de Angola foi sempre positiva no período entre 2012 e 2016, como resultado dos valores arrecadados com a exportação de bens, essencialmente do petróleo bruto que constituiu sempre mais de 90% do total das exportações no período em análise (Gráfico 15).

Entre 2012 e 2014, Portugal incrementou as suas importações de Angola que se cingiram quase unicamente ao petróleo bruto. Contudo as importações portuguesas nunca tiveram muito peso no total das exportações de petróleo de Angola, em 2012 representou 2,5% do total, subindo para 4,7% em 2013, mas descendo para 3,1% em 2016.



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 15 – Principais Países de Destino da Exportação de Petróleo Bruto de Angola no Período 2012-2016**

Podemos aferir no Quadro 2 o quão esmagador é o peso do sector petrolífero no total das exportações de Angola, razão pela qual o país tem sido duramente atingido pelas variações dos preços do petróleo nos mercados internacionais, o que tem se refletido na queda brusca das receitas de exportação.

U.M: Em Milhões de U.S\$					
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Petróleo Bruto</b>	<b>68.871,4</b>	<b>65.611,2</b>	<b>56.363,9</b>	<b>31.393,8</b>	<b>25.577,4</b>
<b>Refinados de Petróleo</b>	<b>515,0</b>	<b>687,6</b>	<b>662,9</b>	<b>385,6</b>	<b>331,0</b>
<b>Gás</b>	<b>329,9</b>	<b>603,3</b>	<b>615,1</b>	<b>115,6</b>	<b>457,7</b>
<b>Diamantes</b>	<b>1.159,5</b>	<b>1.167,1</b>	<b>1.335,4</b>	<b>1.065,8</b>	<b>980,0</b>
<b>Outras exportações</b>	<b>217,6</b>	<b>177,4</b>	<b>192,5</b>	<b>220,4</b>	<b>242,8</b>
Café	1,0	0,5	1,2	1,1	1,1
Cimento	0,0	0,0	0,0	21,4	67,7
Granito	0,0	0,0	0,0	7,4	8,7
Mármore	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1
Madeira	0,0	0,0	0,0	14,1	31,7
Pescado	25,6	49,1	49,0	41,8	44,6
Marinha e Aviação	191,0	127,8	142,4	134,2	88,9
<b>Total</b>	<b>71.093,3</b>	<b>68.246,5</b>	<b>59.169,9</b>	<b>33.181,1</b>	<b>27.588,9</b>

Fonte: BNA/DES

### Quadro 2 – Evolução das Exportações Totais de Angola no Período 2012-2016

A incapacidade do mercado interno satisfazer as necessidades em termos de bens de consumo, bens intermédios e bens de capital leva a que o país recorra a outros mercados para suprir tais necessidades. No período em referência, os produtos mais importados foram as máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos, os bens alimentares, os combustíveis e os materiais de construção (Quadro 3). Estes produtos foram dando suporte ao programa de reconstrução nacional no período 2012-2014, e suprimindo as necessidades básicas da população de uma forma geral.

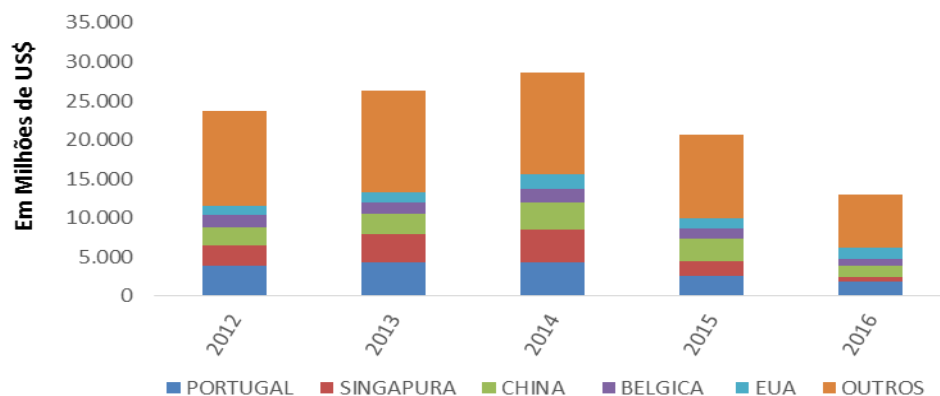
U.M: Em Milhões de US\$					
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016
MÁQUINAS, APARELHOS MECÂNICOS E ELÉCTRICOS	5.061,0	5.303,6	6.413,6	5.600,2	3.188,2
BENS ALIMENATRES	3.219,3	3.844,7	4.008,8	3.006,5	2.347,0
COMBUSTÍVEIS	4.041,6	4.962,7	4.764,3	3.018,0	1.712,4
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.385,9	2.646,9	3.132,7	2.509,5	1.154,0
PRODUTOS QUÍMICOS	1.139,1	1.241,6	1.367,7	1.087,5	873,9
OBRAS DIVERSAS	1.071,6	1.270,4	1.756,2	1.026,5	572,2
PLÁSTICOS, BORRACHAS, PELE E COUROS	756,0	821,8	936,5	650,7	426,3
AERONAVES E EMBARCAÇÕES	1.598,9	1.496,9	136,1	224,8	425,4
VEÍCULOS	2.487,2	2.579,7	3.471,8	1.156,3	348,7
TEXTEIS E VESTUÁRIO	453,4	560,1	604,0	434,0	264,1
PAPEL OU CARTÃO E SUAS OBRAS	299,6	356,6	303,0	195,6	149,5
BEBIDAS E VINAGRE	582,3	709,4	638,6	376,1	110,2
PRODUTOS MINERAIS	159,9	166,8	145,4	107,4	64,1
MADEIRA, CORTIÇA	74,6	96,6	88,7	57,2	28,6
OUTROS PRODUTOS	373,6	273,1	812,9	1.242,1	1.376,1
<b>TOTAL</b>	<b>23.703,8</b>	<b>26.331,0</b>	<b>28.580,3</b>	<b>20.692,5</b>	<b>13.040,5</b>

Fonte: BNA/DES

### Quadro 3 – Evolução das Importações Angolanas no Período 2012-2016

Contudo, assistimos a uma redução acentuada na importação dos mesmos entre 2015-2016, devido a escassez de divisas na economia angolana, fruto do abrandamento da economia mundial nessa época, passando de US\$ 28.580,3 milhões em 2014 para US\$ 13.040,5 milhões em 2016.

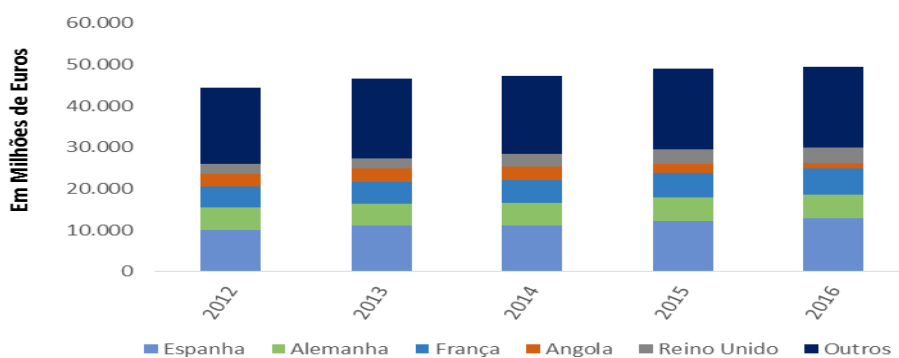
Nos últimos anos, Portugal esteve sempre em primeiro lugar entre os principais fornecedores de bens a Angola (Gráfico 16), sendo superado pela China em 2015 apenas, representando cerca de 16% do total das importações em 2012, mas caindo cerca de 13% em 2016 devido a situação socio-financeira que Angola vive.



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 16 – Principais Países de Precedência das Importações Angolanas no Período 2012-2016**

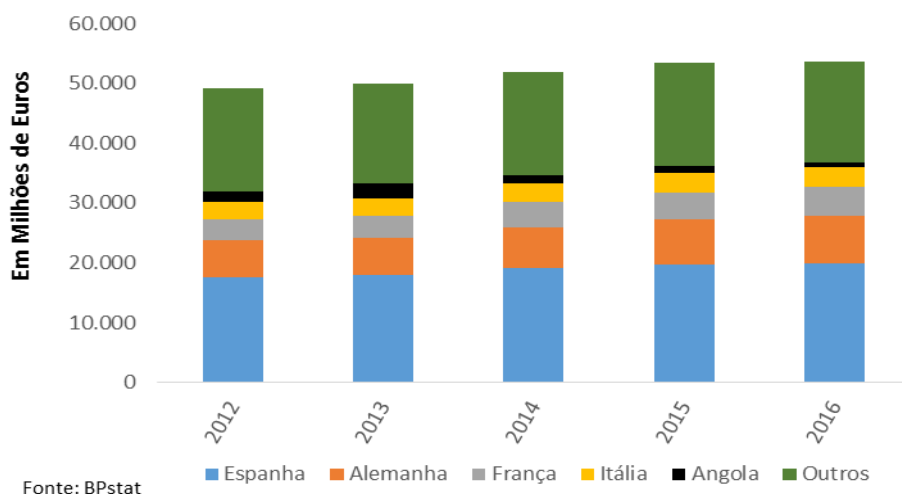
Portugal tem como principais mercados de destino das suas exportações os países da União Europeia, principalmente a Espanha, Alemanha e a França (Gráfico 17). Entre 2011 e 2014, o mercado angolano foi o 4.º maior país de destino, passando para 6.º em 2015, e para o 8.º em 2016 (Instituto Nacional de Estatística, 2016).



Fonte: BPstat

**Gráfico 17 – Evolução das Exportações de Portugal no Período 2012-2016**

Angola não tem sido propriamente um país de onde Portugal tradicionalmente adquire bens (Gráfico 18). Apenas a partir de 2007 regista-se um movimento crescente nesse sentido, conhecendo o seu ponto alto entre 2011 e 2014 com o aumento da importação de petróleo bruto. A redução verificada nas importações de Angola resultou na descida deste parceiro de 9.º principal fornecedor em 2015 para 12.º em 2016 (Instituto Nacional de Estatística, 2016).



**Gráfico 18 – Principais Países de Procedência das Importações Portuguesas no Período 2012-2016**

No Quadro 4 estabelecemos uma análise comparativa à balança de bens bilateral, no qual estabelecemos a comparação tendo como base os dados de Angola, sendo assim fizemos a diferença entre os créditos de Angola e os débitos de Portugal, que metodologicamente devem ser iguais. Assim, na coluna da diferença, os valores com sinal negativo significam que os dados de Angola subvalorizados em relação à Portugal e os dados com valores positivos estão sobrevalorizados.

Bens	2012			2013			2014			2015			2016		
	Crédito	Débito	Saldo	Crédito	Débito	Saldo	Crédito	Débito	Saldo	Crédito	Débito	Saldo	Crédito	Débito	Saldo
Angola	1 338,2	3 016,5	-1 678,4	2 313,4	3 262,9	-949,5	1 435,7	3 292,1	-1 856,4	1 071,6	2 367,0	-1 295,4	720,0	1 615,7	-895,704
Portugal	1 631,9	3 112,8	1 480,9	2 390,9	3 269,9	879,0	1 479,8	3 187,5	1 707,7	1 063,4	2 108,9	1 045,5	750,8	1 505,4	754,6
Diferença(Angola vs Portugal)	-293,8	-96,3	-197,5	-77,5	-7,0	-70,5	-44,1	104,6	-148,7	8,2	258,0	-249,9	-30,8	110,3	-141,1
Diferença %	-18,0	-3,1		-3,2	-0,2	-64,3	-3,0	3,3	110,9	0,8	12,2	68,1	-4,1	7,3	-43,5

U.M: Em Milhões de Euros

**Quadro 4 – Análise da Balança de Bens Bilateral no Período 2012-2016**

No caso do Banco de Portugal, os bens registados nas estatísticas da balança de pagamentos correspondem a produtos físicos, sobre os quais ocorre uma mudança de propriedade entre um residente e um não residente, englobam as mercadorias, exportações líquidas associadas ao comércio triangular (*merchanting*) e ouro não monetário.

As mercadorias são compiladas com base na informação apurada pelo INE de Portugal no âmbito das estatísticas do comércio internacional. Existem, contudo, algumas diferenças metodológicas entre os conceitos utilizados no comércio internacional e na balança de bens, que justificam, para efeitos de balança de pagamentos, a introdução de alguns ajustamentos sobre a informação de base.

As exportações e importações de bens são registadas na balança de pagamentos numa base fob (*free on board*), i.e., ao valor de mercado na fronteira do país exportador (o que quer dizer que inclui encargos com seguros e com serviços de transporte até à fronteira do país exportador). No entanto, no comércio internacional as importações de bens estão valorizadas numa base cif

(*cost, insurance and freight*), o que significa que incluem o valor do transporte e dos seguros até à fronteira do país de destino da mercadoria.

Assim, na balança de pagamentos de Portugal, é retirada ao valor das importações de bens do comércio internacional do INE de Portugal a parte relativa aos encargos com fretes e seguros desde a fronteira dos países exportadores até ao seu destino em Portugal. Esses encargos relativos ao transporte das mercadorias e ao respetivo seguro implícitos nas importações são estimados a partir de um rácio cif-fob (também designado por margem cif-fob), que é apurado com base nas estatísticas do comércio internacional, por modo de entrega, e em informação do setor segurador. Este rácio, calculado por país, para os países da União Europeia, e por continente, para os outros países, é aplicado numa base mensal às importações por país de origem, de modo a que o registo em bens seja feito somente pelo valor das mercadorias propriamente ditas.

No caso do Banco Nacional de Angola, os bens registados nas estatísticas da balança de pagamentos correspondem a produtos físicos, sobre os quais ocorre uma mudança de propriedade entre um residente e um não residente e engloba as mercadorias e ouro não monetário.

Uma vez que, a semelhança do que acontece em Portugal, a metodologia utilizada pelo INE de Angola para compilação da informação sobre o comércio internacional difere da metodologia utilizada na balança de pagamentos para compilação das estatísticas externas, para as exportações são utilizados os dados reportados pelas empresas exportadoras de petróleo, diamantes, cimento, madeira, pescado, rochas ornamentais, etc., efetuando-se em seguida, para efeitos de controlo de qualidade, a reconciliação com a informação proveniente dos respetivos ministérios de tutela.

Para as importações, a informação é recolhida diretamente da base dados da AGT numa base fob (*free on board*), onde os dados são extraídos numa ótica mensal (15 dias após o fecho do mês) e trimestral (90 dias após o fecho do trimestre).

Podemos aferir na balança de bens bilateral que em todos os anos os dados apresentam diferenças, por exemplo em 2012 e 2013 os dados compilados por Angola apresentam um valor inferior ao compilado por Portugal tanto a crédito como a débito, em 2015 os valores já são superiores nas duas categorias.

Em 2012 o valor do crédito foi registado 18% abaixo do que Portugal registou como seu débito e o débito também foi registado 3,1% abaixo do que foi registado como crédito por Portugal. No ano seguinte a situação repete-se, 3,2% e 0,2% abaixo para o crédito e o débito respetivamente, alterando, no entanto, a partir de 2014 onde o crédito foi registado 3,0% a menos e o débito foi registado 3,3% a mais do que Portugal registou como seu crédito, passando a registar a mais 0,8% e 12,2% a crédito e a débito respetivamente, em 2015.

#### **4.1.2 Rendimento Secundário**

Como já foi dito acima, a balança de rendimento secundário regista as transferências correntes (em dinheiro ou em géneros) entre residentes e não residentes. Nesta rubrica iremos analisar apenas as transferências pessoais efetuadas entre os dois países.

As transferências pessoais entre famílias residentes e não residentes são todas as transferências correntes, em dinheiro ou em espécie, realizadas entre famílias residentes e não residentes. Estas transferências são independentes da fonte de rendimento do remetente ou da relação entre as famílias. As transferências pessoais também incluem as remessas, que consistem em transferências pessoais feitas pelos migrantes que residem e trabalham noutras economias, para famílias residentes nos seus países de origem.

As transferências pessoais incluem ainda as transferências correntes que são devidas pelos apostadores aos vencedores e, em alguns casos, a instituições de caridade; considera-se que essas transferências são efetuadas diretamente pelos participantes na lotaria ou jogos de azar para os vencedores e instituições de caridade.

Na balança de pagamentos de Portugal as remessas de emigrantes / imigrantes e as outras transferências pessoais são apuradas com base na informação reportada nas COPE e nas COL; na informação recolhida pelo Departamento de Sistemas de Pagamentos do Banco de Portugal sobre transferências de fundos realizados através de instituições de pagamento; nos dados sobre população imigrante, divulgada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; e nos dados sobre população emigrante, recolhidos a partir do Observatório da Emigração.

Através da informação dos bancos disponibilizada pelo Departamento de Sistemas de Pagamentos, é apurada uma média entre o montante total de transferências e o número total de operações mensais, que é multiplicado pelo número de portugueses a viver no exterior, e a este valor é somado os valores declarados pelas casas de remessas, resultando no valor total das transferências pessoais nesse período. Depois deste valor será estimado o valor das remessas cujo critério varia de país para país. Para o caso de Angola, sobre o valor das remessas recebidas é aplicado um fator de 1,5 sob a lógica de que do total de portugueses em Angola nem todos enviam dinheiro e estão mais ou menos agrupados em 2. Para o caso do valor enviado o fator é 3, sugerindo que os angolanos estão agrupados em um número de 3 pessoas visto o carácter da emigração ser aparentemente mais duradouro.

Em Angola, o valor das transferências pessoais registados na balança de pagamentos têm como fonte o Departamento de Supervisão Bancária, reportados pelos bancos e casas de remessas de valores. Os valores totais mensais das transferências pessoais é o total das transferências realizadas pelos bancos mais os valores transferidos pelas casas de remessas de valores.

Os valores das remessas de trabalhadores, são apurados através dos inquéritos que são dirigidos às empresas dos mais variados sectores, onde estas enviam parte dos salários dos seus funcionários para os seus países de origem.

Para esta rubrica utilizaremos a mesma metodologia usada na balança de bens (Quadro 5). Assim, constatamos que do lado de Angola os débitos crescem de 2012 à 2013, depois vão baixando até 2016 ao contrário dos créditos que vão baixando de 2012 à 2016, fenómeno que pode ser explicado pela escassez de divisas no mercado angolano.

Transferências Pessoais	U.M: Em Milhões de Euros														
	2012			2013			2014			2015			2016		
	Crédito	Débito	Saldo	Crédito	Débito	Saldo	Crédito	Débito	Saldo	Crédito	Débito	Saldo	Crédito	Débito	Saldo
Angola	3,8	300,2	-296,3	3,0	359,4	-356,4	2,8	284,1	-281,3	1,4	159,3	-157,9	0,6	38,5	-37,9
Portugal	54,6	354,1	299,5	33,8	396,3	362,5	68,5	267,4	199,0	65,6	422,2	356,6	50,4	377,3	326,9
Diferença(Angola vs Portugal)	-50,7	-53,9	3,2	-30,9	-36,9	6,1	-65,6	16,7	-82,3	-64,2	-262,9	198,8	-49,9	-338,8	288,9
Diferença %	-92,9	-15,2		-91,2	-9,3	91,6	-95,8	6,2	-1455,0	-97,8	-62,3	-341,5	-98,9	-89,8	45,4

### Quadro 5 – Análise das Transferências Pessoais Bilaterais no Período 2012-2016

Podemos constatar que existem prováveis problemas no registo das transferências pessoais porque no que se refere ao crédito, em todo período em análise Angola registou em média 95% a menos em relação à Portugal. Do lado dos débitos a situação mostra-se problemática entre 2015 e 2016, onde os valores foram registados a menos em 62,3% e 89,8% respetivamente.

Esta situação reflete a diferença nos critérios ou metodologias para registar os valores nesta rubrica, o que sugere que sejam analisados os métodos utilizados entre as duas instituições proforma a harmonizar a informação.

#### 4.1.3 Dívida Externa

O conceito de dívida externa encontra-se muito associado ao da posição de investimento internacional. Na realidade, a dívida externa constitui um subconjunto das estatísticas da posição de investimento internacional.

A dívida externa bruta, a qualquer momento, é o saldo daqueles passivos reais, e não contingentes, que exigem pagamento (s) do principal e / ou juros do devedor em algum (s) ponto (s) no futuro e que sejam devido a não residentes pelos residentes de uma economia.

No caso de Angola e Portugal, a dívida externa é tratada e apresentada de formas distintas. Em Angola o Banco Nacional de Angola apenas compila a dívida externa do sector público (composto pela administração pública e as empresas públicas financeiras e não financeiras) e a mesma é apresentada incluindo os itens do memorando que são o capital e os juros em mora.

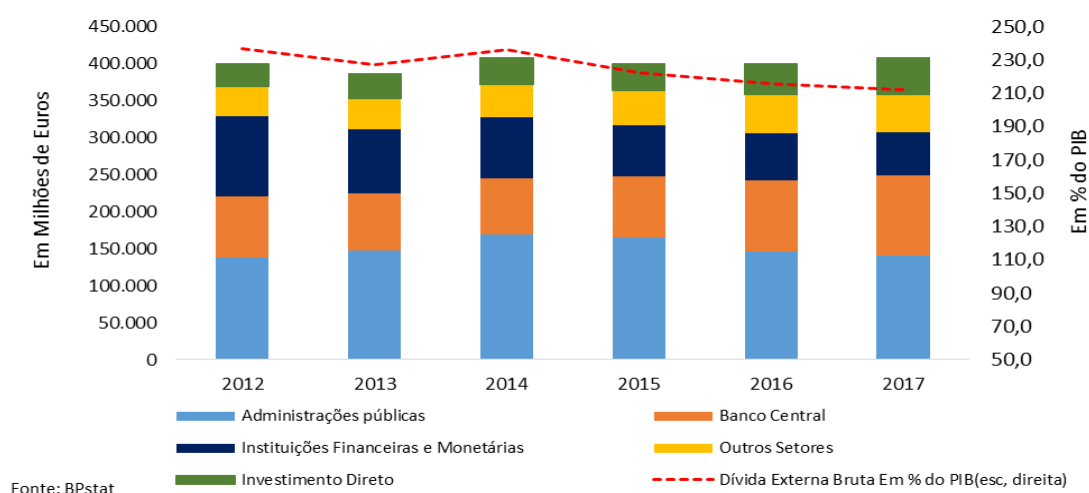
No caso de Portugal, o banco central compila e publica a dívida externa total (incluindo a pública e a privada), desagregada em sectores institucionais. A mesma reflete o valor e a composição do stock de passivos de dívida de Portugal face ao exterior. Os passivos de dívida são os que requerem o pagamento pelo devedor do capital e / ou de juros em determinado (s) momento (s) futuro (s) e que são devidos a não residentes por residentes em Portugal. Incluem-se aqui os títulos de dívida emitidos por residentes em Portugal e detidos por não residentes, como por exemplo obrigações, papel comercial, e os empréstimos concedidos por não residentes a residentes em Portugal, depósitos e créditos comerciais. Dito de outro modo, a

dívida externa compreende todo o stock de passivos do país face ao exterior com exceção do que existe sob a forma de capital ou de derivados financeiros.

No âmbito da União Europeia (UE), as estatísticas do sector público permitem observar o cumprimento dos critérios definidos pelo Tratado de Maastricht, de acordo com o qual os Estados-Membros se encontram obrigados ao cumprimento de regras específicas de disciplina orçamental, designadamente a manter o défice das contas públicas abaixo do valor de referência de 3% do PIB e a dívida pública abaixo do limiar de 60% do PIB.

Como podemos observar no Gráfico 19, no período 2012-2017 a dívida externa portuguesa apresentou um comportamento quase regular, diminuindo ligeiramente em 2013, mas voltando a aumentar no ano seguinte e mantendo uma tendência crescente entre 2015 e 2017. O sector que mais contribuiu para o aumento da mesma neste período foi o sector das administrações públicas, que entre 2014 e 2015 registou os seus valores mais elevados, seguido do banco central que mostra uma tendência crescente. Os outros sectores contribuíram mais modestamente, o sector das instituições financeiras e monetárias tem vindo a reduzir o seu peso na dívida externa ao contrário dos outros sectores e do investimento direto.

Não obstante o aumento da dívida externa bruta, observa-se que a mesma em percentagem do PIB regista uma descida, motivada pelo aumento do PIB verificado no período em análise.

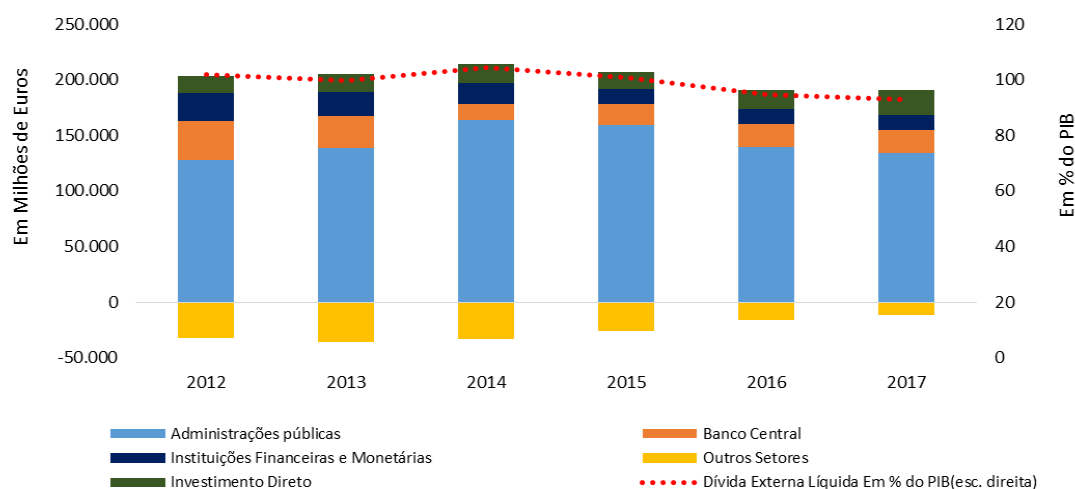


**Gráfico 19 – Dívida Externa Bruta Portuguesa no Período 2012-2017**

Da dívida externa bruta, como definida acima, pode deduzir-se o stock de ativos de dívida sobre o exterior, obtendo-se, deste modo, a dívida externa líquida. Ou seja, deduzindo da Posição do Investimento Internacional líquida aqueles passivos que não requerem o pagamento pelo devedor do capital e / ou de juros em determinado (s) momento (s) futuro (s), obtemos a dívida externa líquida.

A dívida externa líquida de Portugal (Gráfico 20) corresponde, assim, à dívida externa bruta deduzida dos ativos de dívida, i.e., da dívida de não residentes face a residentes em Portugal, como por exemplo obrigações e papel comercial emitidos por não residentes e detidos por

residentes em Portugal, empréstimos concedidos a não residentes por residentes em Portugal e depósitos e créditos comerciais sobre o exterior detidos por residentes em Portugal.

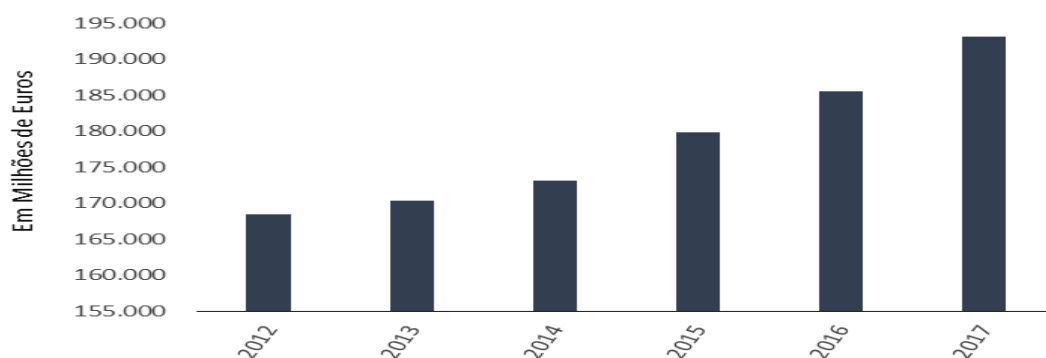


Fonte: BPstat

**Gráfico 20 – Dívida Externa Líquida Portuguesa no Período 2012-2017**

Após a compensação entre os ativos e passivos sobre os não residentes, fica mais visível o vasto peso das administrações públicas na dívida externa portuguesa, assim como é possível apurar que os outros sectores possuem mais ativos do que passivos com o exterior.

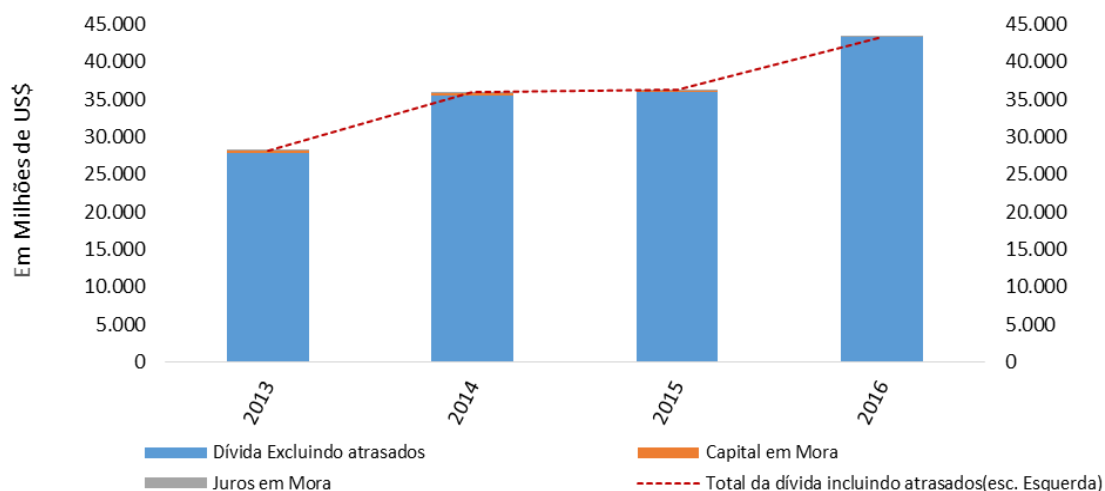
Ao contrário do que acontece com a dívida externa bruta, a líquida em percentagem do PIB segue a mesma tendência descendente da absoluta. Veja-se adicionalmente o Gráfico 21 – Evolução do PIB Nominal de Portugal no Período 2012-2017.



Fonte: Prodata

**Gráfico 21 – Evolução do PIB Nominal de Portugal no Período 2012-2017**

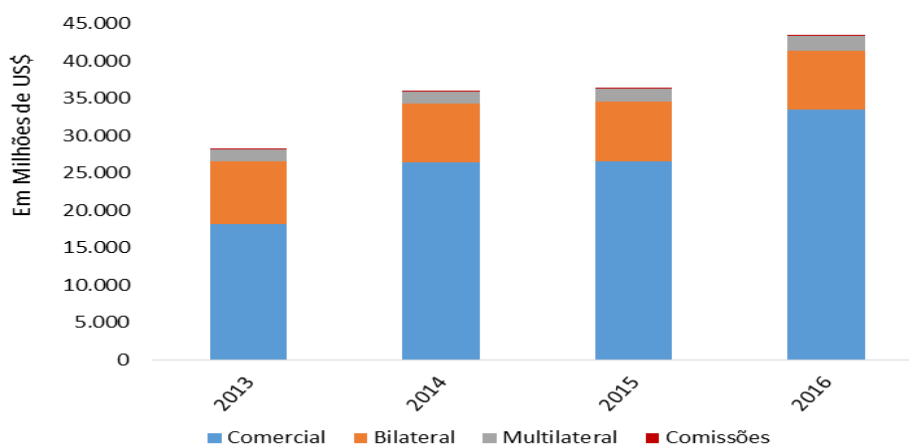
No caso de Angola, a compilação da dívida externa bruta do sector público também segue a mesma metodologia apresentada acima, refletindo o valor e a composição do stock de passivos de dívida do sector público de Angola face ao exterior (Gráfico 22).



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 22 – Composição da Dívida Externa Bruta do Sector Público de Angola no Período 2012-2016**

A dívida externa bruta do sector público de Angola apresenta uma tendência crescente no período em análise (Gráfico 23), sendo que a maior parte dela é de carácter comercial (contratada pelas empresas públicas financeiras e não financeiras, a instituições não residentes), seguindo-se a bilateral (contratada pelo governo central junto de outros governos), multilateral (contratada junto de Organizações Internacionais) e as comissões.



Fonte: BNA/DES

**Gráfico 23 – Dívida Externa Bruta do Sector Público de Angola no Período 2012-2016**

## 4.2 QUALIDADE DAS ESTATÍSTICAS DA BOP E DA PII

Nesta secção iremos resumir e discutir as respostas ao questionário dirigido ao Departamento de Estatística do Banco Nacional de Angola (Anexo 7.9), o qual teve por objetivo obter informações sobre a qualidade das estatísticas da BOP e PII naquela instituição. As diversas questões foram enquadradas nas várias dimensões de qualidade consideradas no DQAF, conforme detalhado no capítulo da Metodologia. O quadro seguinte apresenta um resumo dos

resultados do questionário e uma síntese de recomendações, as principais serão mais detalhadas no capítulo das conclusões.

**Quadro 6 – Resumo da Avaliação da Qualidade das Estatísticas da BOP e PII de Angola Usando o DQAF** (ANO= Prática Amplamente Não Observada; NO= Prática Não Observada; O= Prática Observada; AO= Prática Amplamente Observada; NA = Prática Não Aplicável)

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>0. Pré-Requisitos de Qualidade</b>							
<b>0.1 Ambiente jurídico e institucional</b>				x			
<b>0.1.1 A responsabilidade pela coleta, processamento e divulgação das estatísticas está claramente definida?</b>				x		De acordo ao artigo 16º da Lei n.º 16/10 (Lei do Banco Nacional de Angola), o BNA é responsável pela recolha, compilação e divulgação das estatísticas monetárias, financeiras, da balança de pagamentos e estatísticas cambiais, bem como quaisquer outras estatísticas consideradas necessárias no âmbito da sua atividade. Ainda na mesma senda, a atividade estatística do BNA é igualmente regulada pelo artigo 10.º da Lei n.º 3/11 (Lei do Sistema Estatístico Nacional).	
<b>0.1.2 A partilha de dados e a coordenação entre entidades produtoras de estatísticas oficiais é adequada?</b>			x			O BNA participa do Comitê Consultivo Técnico, presidido pelo Instituto Nacional de Estatística. Esse Comitê se reúne periodicamente para avaliar e coordenar questões estatísticas emergentes, promover o entendimento adequado dos requisitos de dados e discutir procedimentos para evitar a duplicação de esforços.	

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>0.1.3 Os dados dos reportes individuais são mantidos em sigilo e utilizados apenas para fins estatísticos?</b>				x		O sigilo estatístico é salvaguardado pelo artigo 96.º da Lei n.º 16/10 (Lei do Banco Nacional de Angola) e pelo artigo 61.º da Lei n.º 13/05 (Lei das Instituições Financeiras), segundo o qual as informações relativas a todas as atividades do BNA são estritamente confidenciais e abrangidas pelas disposições em matéria de sigilo bancário. O Código de Conduta para o pessoal da BNA fornece as diretrizes para a conduta profissional de todos os seus funcionários, incluindo a adesão estrita às disposições de sigilo bancário. Além disso, existem mecanismos para salvaguardar o acesso aos sistemas de informação e para impedir o acesso não autorizado a dados individuais.	
<b>0.1.4 A prestação de dados estatísticos é regulamentada por lei e/ou é assegurada por medidas que a fomentem?</b>				x		O Artigo 17º da Lei n.º 16/10 (Lei do Banco Nacional de Angola), diz que o BNA pode exigir que qualquer entidade pública ou privada forneça diretamente as informações necessárias para conduzir suas atividades do banco central, nomeadamente no que diz respeito às políticas monetária e cambial e aos sistemas de pagamentos. Este artigo regula que a recusa em fornecer as informações exigidas e a prestação de informações falsas é punida com penalidades por crimes de desobediência e deturpação, respetivamente, sob a Lei Penal. O Aviso nº 23/2012, de 30 de Abril, regulamenta a obrigatoriedade do cumprimento da prestação de informação estatística para a balança de pagamentos, bem como estabelece o tipo, a forma e a periodicidade necessária ao registo e compilação da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional.	
<b>0.2 Recursos</b>			x				

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>0.2.1 Os recursos de pessoal, instalações, recursos informáticos e financiamento são proporcionais aos programas estatísticos?</b>			x			No atual quadro o número de funcionários alocados para o processo de compilação da BOP e PII de Angola não são satisfatórios. Já os recursos de informática (hardware e software) utilizados e os recursos financeiros alocados para esse fim satisfazem bem as necessidades.	R1: Deve-se melhorar o número de técnicos para compilação da BOP e PII, para permitir que os principais requisitos em termos de qualidade de trabalho sejam alcançados.
<b>0.2.2 São implementadas medidas para assegurar o uso eficiente dos recursos?</b>				x		Existe a nível de todo BNA um programa de avaliação anual do desempenho dos seus funcionários. E na base dos acordos celebrados com algumas organizações estrangeiras, sempre que necessário a busca por eficiência é realizada em coordenação com as missões de assistência técnica do FMI.	
<b>0.3 Relevância</b>			x				
<b>0.3.1 A relevância e utilidade prática das estatísticas existentes para atender às necessidades dos usuários são monitoradas</b>			x			Com maior frequência nos últimos anos, pontualmente os utilizadores têm solicitado esclarecimentos sobre as estatísticas do sector externo através de marcações de audiências, cartas dirigidas ao Departamento de Comunicação e Marca, ou dirigindo-se pessoalmente ao Departamentos de Estatística. Por outro lado, constata-se que a instituição ainda não realiza estudos para aferir se as necessidades dos usuários estão a ser satisfeitas.	R2: O BNA deve procurar o contacto permanente com os atuais usuários da informação da BOP e PII para obter o feedback se as suas necessidades estão a ser supridas.
<b>0.4 Outra gestão da qualidade</b>			x				
<b>0.4.1 Existem procedimentos dedicados a assegurar a qualidade das estatísticas</b>			x			Com o objetivo de assegurar os padrões mínimos de qualidade, ao receber a informação reportada a partir de um aplicativo informático denominado Portaldes, o BNA aplica testes/ análise da consistência da informação aos requisitos de reporte e os relatórios não consistentes são devolvidos às instituições reportantes para efeitos de correção.	

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>0.4.2 Existem procedimentos para monitorar a qualidade durante o planeamento e implementação do programa estatístico</b>			x			O processo de planeamento do programa de trabalho inclui a programação de atividades para alargamento da cobertura, sessões de capacitação aos fornecedores de informação, assim como revisões periódicas aos métodos aplicados.	R3: Recomendam-se melhorias nas medidas de controlo de qualidade das estatísticas produzidas, dentro e fora do ciclo de produção.
<b>1. Garantia de Integridade</b>							
<b>1.1 Integridade Institucional</b>			x				
<b>1.1.1 As estatísticas são produzidas de forma imparcial</b>				x		Os técnicos da Divisão das Estatísticas Externas participam em sessões de refrescamento e capacitação metodológica, no âmbito dos acordos de assistência técnica celebrados com o FMI, no Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Oriental e Austral (MEFMI), ou em outras ações de formação promovidas pelas demais instituições nacionais e estrangeiras.	
<b>1.1.2 A escolha de fontes de dados e técnicas estatísticas, bem como decisões sobre a divulgação é informada unicamente por considerações estatísticas</b>				x		A escolha de fontes de dados, técnicas estatísticas e outros aspetos da disseminação são baseados exclusivamente em considerações estatísticas. No que diz respeito à balança de pagamentos e outras estatísticas do setor externo, as fontes de dados são selecionadas com base na disponibilidade, na importância relativa de reportes individuais em termos de cobertura do universo, bem como na disponibilidade de recursos (aplicativos de software e equipe).	

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>1.1.3 A entidade estatística pertinente está autorizada a fazer comentários sobre a interpretação errônea e o uso indevido das estatísticas</b>		x				Não é uma prática constante o BNA fazer um acompanhamento da re-disseminação das estatísticas de sua autoria, por parte dos órgãos de comunicação ou outras instituições.	R4: É muito importante que se faça o acompanhamento de toda informação da BOP e PII divulgada pelo BNA, de forma a que se ocorrer alguma deturpação ou má interpretação da informação divulgada o BNA possa rapidamente corrigi-la e evitar que os consumidores ou interessados neste tipo de informação possam utilizar informações deturpadas nas suas análises.
<b>1.2 Transparência</b>			x				
<b>1.2.1 Os termos e condições que regem a recolha, processamento e divulgação das estatísticas são divulgados publicamente</b>			x			Estão divulgados no site do BNA, para além da Legislação e Normas que regulamentam a atividade estatística, o Código de Práticas de Estatística do BNA que estabelece o padrão para o desenvolvimento, produção e disseminação de estatísticas. O Código baseia-se em 13 princípios relativos ao ambiente institucional, processos estatísticos e resultados estatísticos. O objetivo é assegurar que as estatísticas produzidas sejam precisas, relevantes e oportunas e que cumpram os valores de independência profissional, imparcialidade e objetividade. Um conjunto de indicadores de boas práticas para cada um dos 13 princípios fornece uma referência para medir a implementação do Código	
<b>1.2.2 O acesso às estatísticas por parte dos membros do governo antes da sua divulgação é identificado publicamente</b>					x	Não há acesso governamental ou outro às estatísticas antes de sua disseminação.	

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>1.2.3 Os produtos das unidades estatísticas são claramente identificados</b>				x		As informações divulgadas no site do BNA são claramente identificadas como sendo da autoria do BNA.	
<b>1.2.4 Mudanças importantes na metodologia, dados de base e técnicas estatísticas são anunciadas com antecedência</b>	x					Não é dado o aviso prévio de grandes mudanças na metodologia. Sempre que tal acontece é emitida uma nota informativa no boletim que contém a nova informação revisada.	
<b>1.3 Padrões éticos</b>				x			
<b>1.3.1 Existem normas de conduta estabelecidas que são conhecidas pelos funcionários</b>				x		O Código de Conduta para o pessoal do BNA fornece as diretrizes para a conduta ética e profissional de todos os seus funcionários. O Código inclui padrões éticos, compromissos com confidencialidade e profissionalismo, restrições às atividades externas e evitação de conflitos de interesse. Os funcionários estão totalmente cientes dessas diretrizes. Quando o Código foi emitido em 2011, todo o pessoal foi informado e obrigado a assinar. A nova equipe recebe uma cópia do Código de Conduta e é obrigada a assinar.	
<b>2. Solidez Metodológica</b>							
<b>2.1 Conceitos e Definições</b>				x			
<b>2.1.1 A estrutura geral em termos de conceitos e definições segue os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites</b>				x		A compilação da BOP e da PII segue o enquadramento metodológico definidos na 6ª Edição do Manual da Balança de Pagamentos e Posição do Investimento Internacional (BPM6) do Fundo Monetário Internacional (FMI), em termos de âmbito, conceitos e definições, sistemas de classificação e setorização, regras de valorização e princípios de registo.	
<b>2.2 Âmbito</b>		x					

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>2.2.1 O escopo é amplamente consistente com os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites</b>				X		Em princípio, a BOP abrange todas as transações efetuadas dentro do território da República de Angola realizadas entre residentes e não residentes. Na prática, abrange as principais transações correntes e financeiras realizadas, embora com dificuldades em relação a dados sobre viagens, telecomunicações, informática e serviços de informação, entre outros.	
<b>2.3 Classificação / Sectorização</b>			X				
<b>2.3.1 Os sistemas de classificação/setorização utilizados são amplamente consistentes com os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites</b>				X			
<b>2.4 Base de registo</b>			X				
<b>2.4.1 São usados preços de mercado para avaliar transações e posições. Para algumas posições, são utilizadas proxies</b>				X			
<b>2.4.2 O registo é feito numa base <i>accrual</i></b>				X		O período de registo é o momento em que o valor económico que é o objeto da transação é criado, transformado, trocado, transferido ou extinto. No caso de importações e exportações, é o momento em que a mercadoria atravessa a fronteira.	
<b>2.4.3 Os procedimentos de compensação são amplamente consistentes com os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites</b>			X				

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>3. Precisão e Fiabilidade</b>							
<b>3.1 Dados de Base</b>				x			
<b>3.1.1 Os dados de base são recolhidos por meio de programas abrangentes que levam em consideração as condições específicas do país</b>				x		A BOP é compilada através de informações recolhidas de várias fontes, incluindo registos administrativos, saldos de contas, inquéritos dirigidos às empresas públicas e privadas e informações de instituições governamentais.	R5: A Instituição deve manter encontros periódicos com os participantes do mercado financeiro, quer seja com os principais atores bem como a mídia que cobre esse segmento do mercado angolano, para que possa identificar novos desenvolvimentos que devam ser levados em conta no processo de compilação da BOP, assim como transações que não estejam a ser captadas pela mesma.
<b>3.1.2 Os dados de base aproximam razoavelmente às definições, âmbito, classificações, valorização e momento de registos necessários</b>			x			Há um esforço por parte do BNA em alargar cada vez mais a sua base de cobertura de informação a todas as entidades consideradas relevantes para o processo de produção das estatísticas externas.	R6: É recomendável que as fontes de dados existentes para a compilação da BOP e PII sejam periodicamente monitorizadas, para garantir que as mesmas sejam em cada momento as mais apropriadas para captar as informações necessárias para o processo de compilação e/ou também detetar a necessidade de eventuais novas fontes.
<b>3.1.3 Os dados de base estão disponíveis em tempo oportuno</b>			x			O Aviso nº N.º 23/2012 de 30 de Abril, orienta aos respondentes dos inquéritos que a informação deve ser remetida trimestralmente com desagregação mensal até ao 20º dia útil do mês imediatamente a seguir ao final do trimestre. Por outro lado, o aplicativo informático através do qual os correspondentes submetem a informação, está parametrizado para emitir alertas de envio da informação 25 dias depois do término do trimestre.	

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
3.2 Avaliação dos dados de base			x				
3.2.1 Os dados de base - incluindo censos, inquéritos amostrais e dados administrativos - são rotineiramente avaliados, por exemplo, para cobertura, erro de amostragem, erro de não resposta e erro de não amostragem; os resultados das avaliações são monitorados e disponibilizados para orientar os processos estatísticos			x			Os dados coletados para a BOP são cruzados com informações relatadas pelos Ministérios e outras fontes de alternativas de informação. As discrepâncias são analisadas e os resultados são usados para melhorar a coleta de dados.	
3.3 Técnicas estatísticas			x				
3.3.1 O processo de compilação de dados emprega técnicas estatísticas sólidas para lidar com as fontes de dados			x				
3.3.2 Outros procedimentos estatísticos (por exemplo, ajustes, transformações de dados e análise estatística) empregam técnicas estatísticas sólidas.	x						
3.4 Avaliação e validação dos dados intermediários e dos produtos estatísticos.			x				
3.4.1 Os resultados intermediários são validados contra outras informações sempre que possível.			x				

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
3.4.2 As discrepâncias estatísticas nos dados intermediários são avaliadas e investigadas.			x				
3.4.3 Discrepâncias estatísticas e outros indicadores potenciais de problemas nos resultados estatísticos são investigados.			x			Realizam-se de forma pontual algumas análises de consistência com alguns parceiros (como é o caso de Portugal) em determinadas rubricas, como é o caso das remessas de e para o exterior.	R7: É recomendado que se faça um esforço para no curto prazo o BNA inicie a compilação de balanças por países, ainda que numa primeira fase se concentrem os esforços nos principais parceiros, para que seja possível efetuarem-se análise de balanças de pagamentos bilaterais e se possam identificar, avaliar e corrigir eventuais discrepâncias nos resultados estatísticos.
3.5 Estudos de revisão		x					
3.5.1 Realizam-se periodicamente estudos e análises de revisões que são usados para informar os processos estatísticos.		x				Não são efetuados periodicamente estudos de revisão	R8: É importante que se efetuem estudos de revisões à informação compilada para que a sua precisão e fiabilidade possam estar asseguradas, podendo através desta corrigirem-se alguns erros que possam ter escapado durante o processo de compilação.
<b>4. Utilidade</b>							
4.1 Periodicidade e oportunidade				x			
4.1.1 A periodicidade segue os padrões de disseminação.				x		A Balança de Pagamentos e a Posição do Investimento Internacional de Angola são compiladas trimestralmente.	

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>4.1.2 A pontualidade segue os padrões de disseminação</b>				x		A Balança de Pagamentos de Angola e a Posição do Investimento Internacional de Angola são divulgadas anualmente, cinco meses após o final do período de referência, as mesmas seguem o padrão de disseminação do FMI, e-GDDS (General Data Dissemination System). Mas no momento estão a ser desenvolvidos esforços para que no mais curto espaço de tempo elas passem a ser divulgadas trimestralmente.	
<b>4.2 Consistência</b>			x				
<b>4.2.1 As estatísticas são consistentes dentro do conjunto de dados.</b>			x			As estatísticas da BOP e PII compiladas pelo BNA são internamente consistentes, uma vez que metodologicamente em termos de conceitos, definições e classificações utilizados, obedecem os mesmos preceitos para qualquer que seja a periodicidade a que se refiram, ou seja, assegura-se que os resultados estatísticos mensais sejam consistentes com os correspondentes trimestrais e anuais	
<b>4.2.2 As estatísticas são consistentes ou reconciliáveis durante um período de tempo razoável.</b>			x				
<b>4.2.3 As estatísticas são consistentes ou conciliáveis com as obtidas por meio de outras fontes de dados e/ou estruturas estatísticas.</b>			x				
<b>4.3 Política e prática de revisão</b>		x					

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>4.3.1 Revisões e/ou atualizações seguem um cronograma regular e transparente.</b>	x					Não há cronograma de revisão ou política declarada para conduzir estudos ou análises de revisões rotineiramente.	R9: Os utilizadores devem estar devidamente informados dos períodos exatos em que os dados são revistos, pelo que é de todo importante que seja estabelecido um cronograma de revisões e que o mesmo seja cumprido na íntegra.
<b>4.3.2 Dados preliminares e/ou revisados / atualizados são claramente identificados</b>	x					Normalmente, os dados da BOP utilizados internamente são preliminares até que sejam considerados definitivos, o que geralmente ocorre cinco meses após o final do ano.	
<b>4.3.3 Estudos e análises de revisões são tornadas públicas</b>	x						
<b>5. Acessibilidade</b>							
<b>5.1 Acessibilidade de dados</b>			x				
<b>5.1.1 As estatísticas são apresentadas de uma maneira que facilita sua correta interpretação e permite realizar comparações significativas (apresentação e clareza do texto, quadros e gráficos).</b>				x		Além das séries é também publicado o relatório da Balança de Pagamentos e da Posição do Investimento Internacional, explicando de maneira clara e com recurso a demonstrações gráficas o comportamento das diferentes contas que compõe a BOP e a PII. Contudo, não são efetuados ajustes sazonais na BOP de Angola.	R10: Por forma a permitir uma melhor análise económica é recomendável que se façam ajustes sazonais nas séries das contas correntes e de capitais.
<b>5.1.2 Os meios e formatos de disseminação são adequados</b>				x		Estas informações são divulgadas no site do BNA e por meio de cópias impressas postas a disposição dos usuários gratuitamente.	R11: Para melhor satisfazer as necessidades dos usuários, os dados publicados no site deviam estar num formato que permitisse aos usuários o acesso online a uma base de dados estatística interativa, permitindo-os extrair a informação de acordo as suas necessidades.

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
5.1.3 As estatísticas são divulgadas de acordo com um calendário pré-anunciado				x		Está publicado no site do BNA um calendário de divulgação das estatísticas da BOP e da PII.	R12: O calendário que atualmente está publicado tem a data Outubro de 2014 o que demonstra que o mesmo não tem sido atualizado, o ideal seria que o mesmo fosse publicado previamente no início de cada ano e com datas bem definidas.
5.1.4 As estatísticas são postas a disposição de todos os utilizadores ao mesmo tempo				x			
5.1.5 As estatísticas não rotineiramente divulgadas são disponibilizadas mediante solicitação		x					
5.2 Acessibilidade aos metadados				x			
5.2.1 A documentação sobre conceitos, abrangência, classificações, base de registro, fontes de dados e técnicas estatísticas está disponível, com indicação das diferenças em relação às normas, princípios e boas práticas aceites internacionalmente		x				Para além da metodologia apresentada no relatório da BOP e PII (os quais se encontram publicados no site do BNA e também em termos físicos através das cópias impressas) e dos metadados divulgados na página do FMI, os usuários não dispõem de outras fontes para tomarem conhecimento de toda metodologia e fontes de informação que envolve o processo de compilação da balança de pagamentos e da posição do investimento internacional.	R13: Por forma a tornar o processo de compilação das estatísticas externas mais transparente e perceptível por parte dos usuários é recomendável que se desenvolvam manuais de procedimentos abrangentes em relação a metodologia usada para recolha, processamento e difusão da informação produzida.
5.2.2 Os níveis de detalhe são adaptados às necessidades do público-alvo			x				
5.3 Assistência aos usuários			x				

DIMENSÃO, ELEMENTO E INDICADOR	AVALIAÇÃO				NA	COMENTÁRIOS SOBRE A AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FOCAIS E DOS PONTOS CHAVES	RECOMENDAÇÕES
	ANO	NO	O	AO			
<b>5.3.1 Os pontos de contato são divulgados</b>		x				<p>Não existe um serviço rápido de apoio aos usuários das estatísticas da BOP e PII, nem mesmo as publicações identificam pontos de contactos para consultas, existem apenas contactos disponibilizados na página DSBB, do FMI, mas que carecem de atualização no que concerne às estatísticas externas. Por outro lado, o BNA ainda não dispõe de materiais ou programas para aumentar a conscientização sobre o uso das estatísticas por si produzidas.</p>	R14: É de todo importante que os usuários tenham, para além do formulário eletrónico (no site do BNA) para pedidos de informação, um contacto de apoio bem identificado com correio eletrónico e contacto telefónico, para auxiliá-los em tempo útil no caso de eventuais explicações sobre as matérias estatísticas publicadas.
<b>5.3.2 Catálogos de publicações, documentos e outros serviços, com informações sobre preços se relevante, são facilmente acessíveis</b>					x		

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As relações económicas realizadas entre um país e o exterior são representadas estatisticamente através de dois quadros - a balança de pagamentos e a posição de investimento internacional. Esses registos surgiram da necessidade de cada país conhecer a situação económica em relação aos seus parceiros comerciais internacionais. Essas relações também podem ser analisadas numa perspetiva individual, ou seja, das relações que se efetuam entre duas economias parceiras.

Este trabalho teve como objetivo, por um lado, analisar a balança de pagamentos e posição do investimento internacional bilateral entre Angola e Portugal, na qual foram apresentados os principais conceitos que o tema envolve e analisadas as respetivas balanças de pagamentos e posição do investimento internacional, e por outro analisar a qualidade do processo de compilação destas estatísticas.

Da análise da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional bilateral entre Angola e Portugal, pudemos perceber um pouco sobre as relações que estas duas economias mantêm com o resto do mundo. Os dois países têm estruturas económicas distintas, na medida em que Angola é um país em vias de desenvolvimento e com uma estrutura de exportação quase totalmente dependente de um único produto e importa quase tudo o que o mercado interno consome, ao passo que Portugal é um país industrializado que possui uma grelha de produtos de exportação muito diversificada.

Dado o reduzido nível de detalhe da informação que o Banco Nacional de Angola utiliza para compilar a balança de pagamentos e a posição do investimento internacional, pois a maior parte das fontes de informação fornecem as informações de forma agregada o que impede uma análise individual com os mais variados parceiros comerciais que possui, não foi possível realizar uma parte do principal trabalho que nos propusemos fazer. Com efeito, pretendia-se efetuar uma análise aos registos das transações realizadas entre os dois países nas suas respetivas balanças e constatar se existiriam discrepâncias e caso acontecesse analisar as metodologias utilizadas por cada um deles, e possivelmente reforçar a cooperação existente entre o BNA e o BdP na partilha de informações para suprirem as lacunas de informação, quer dum lado, quer doutro.

No que concerne a análise da qualidade das estatísticas externas compiladas pelo BNA, após analisar o questionário desenvolvido a partir do DQAF remetido a esta instituição e na base dele elaborar um quadro onde pudemos observar as práticas levadas a cabo pelo sector de estatísticas externas e fazer algumas recomendações. Na referida tabela são analisadas as diferentes dimensões do DQAF, mais propriamente dos elementos aos indicadores, para efeitos de consulta dos processos estatísticos. Já as constatações são apresentadas tendo como foco as questões focais e os pontos-chave.

Deste trabalho resultaram um conjunto de recomendações sobre melhorias nas práticas internacionalmente aceites de compilação da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, levadas a cabo pelo BNA das quais vamos abordar algumas que achamos que devem ser implementadas no curto ou médio prazo e deixar as restantes para serem abordadas num trabalho posterior.

As referidas recomendações estão numeradas no quadro em epígrafe, pelo que começaremos com a recomendação nº 1 ou simplesmente R1.

R1: O sector da estatística da Balança de Pagamentos e da Posição do Investimento Internacional, conta atualmente com 4 técnicos o que se tem revelado muito insuficiente para as responsabilidades de compilação destas estatísticas e não só, face as responsabilidades assumidas pelo BNA neste quesito, o que em certa medida não tem possibilitado aos mesmos a adoção na íntegra de alguns padrões, diretrizes e boas práticas internacionalmente aceites como recomendam algumas organizações internacionais, ou que procedam a análises macroeconómicas mais apuradas em relação as séries da BOP e PII, com vista permitir que os principais requisitos em termos de qualidade de trabalho sejam alcançados.

R2: A identificação e agrupamento dos utilizadores bem como o acompanhamento permanente das suas necessidades (dado que novas necessidades podem surgir e com elas novos dados), constituem elementos essenciais para monitorar o grau de satisfação dos utilizadores. Nesta senda, o BNA deve procurar o contacto permanente com os utilizadores da informação da BOP e PII para obter o feedback se as suas necessidades estão a ser supridas, saber se a informação que está a ser produzida é relevante e se chega em tempo útil ou se está a cumprir com os seus objetivos.

R3: A preocupação de produzir estatísticas de qualidade deve figurar entre os principais objetivos do BNA. Assim, com o objetivo de melhorar e aprofundar o processo da gestão da qualidade, recomendam-se melhorias nas medidas de controlo (dentro e fora do ciclo de produção) de qualidade das estatísticas produzidas. A solução passaria pela criação de uma unidade afeta ao Departamento de Estatística, à semelhança do que acontece no BdP, que se dedique exclusivamente a analisar e avaliar os procedimentos observados em todo ciclo de produção e disseminação de toda informação estatística, e possa sugerir e/ou orientar a implementação de novos métodos de trabalho sempre que se julgue necessário.

R4: As informações produzidas e disseminadas visam cumprir com um dos objetivos, como já foi dito acima, que é o de servir de instrumento de apoio à tomada de decisão. No caso do governo, o conhecimento e monitorização dos indicadores da performance do país com o exterior, para as empresas, a tomada de decisões relativamente às estratégias de desenvolvimento da sua atividade produtiva, ou de investimento nas relações com o exterior, para as famílias o acompanhamento da situação internacional com vista à melhor tomada de decisões de consumo, investimento e poupança, permitindo ainda a realização da atividade intelectual e de investigação.

Neste sentido é muito importante que a re-disseminação de toda informação da BOP e PII produzida e divulgada pelo BNA, por parte dos *media* ou de outros utilizadores, tenha um acompanhamento rigoroso de forma a que se ocorrer alguma deturpação ou má interpretação da informação o BNA possa rapidamente corrigi-la e evitar que sejam realizadas pesquisas ou sejam tomadas decisões com base em indicadores errados. Ainda no sentido de prevenir ou evitar que tal situação ocorra, deve-se intensificar a prática de realização de workshops com jornalistas, universidades, bem como promover ações de divulgação sobre a compilação e difusão de estatísticas da responsabilidade da referida instituição, visando uma melhoria da

utilização da informação estatística disponibilizada e também melhorar a literacia estatística de grupos alvo, bem como do público em geral.

R5: A Instituição deve manter encontros periódicos com os participantes do mercado financeiro, quer seja com os principais atores bem como os *media* que cobrem esse segmento do mercado angolano, para que possa identificar novos desenvolvimentos que devam ser levados em conta no processo de compilação da BOP, assim como transações que não estejam a ser captadas pela mesma.

R6: É recomendável que as fontes de dados existentes para a compilação das estatísticas BOP e PII sejam periodicamente monitorizadas, para garantir que as mesmas sejam em cada momento as mais apropriadas para captar as informações necessárias para o processo de compilação e/ou também detetar a necessidade de eventuais novas fontes.

R7: A primeira parte deste trabalho estava dedicada a cumprir com um dos grandes objetivos da estatística que é a identificação dos principais fenómenos que norteiam as relações económicas entre dois países (no caso Angola e Portugal) para sua posterior monitorização ao longo do tempo, facto que não foi possível devido a falta de detalhe por país no processo de compilação da informação por parte de Angola. Portanto, visto ser de capital importância por parte daqueles que tomam decisões, conhecer a nossa situação económica face aos nossos principais parceiros, é de todo relevante que se criem mecanismos no sentido de que a informação seja recolhida desagregada pelos vários países de contraparte, ainda que numa primeira fase se concentrem os esforços nos principais parceiros, para que seja possível efetuar análises das balanças de pagamentos bilaterais e se possam identificar, avaliar e corrigir eventuais discrepâncias nos resultados estatísticos obtidos.

R8: Uma vez que no processo de produção das estatísticas em apreço ocorre, por um lado, que nem sempre temos todos os dados necessários disponíveis e normalmente estes são estimados para que se cumpra a periodicidade da divulgação da informação, havendo a necessidade de substituí-los sempre que os dados observados se tornam disponíveis e, por outro, existem alterações nos dados resultantes de correções efetuadas pelos respondentes ou pelos compiladores, é importante que se efetuem estudos de revisões regulares à informação compilada que permitam identificar possíveis problemas nas estimativas, métodos específicos que podem ser melhorados ou modificar o processo de compilação das estatísticas, prevenindo eventuais situações de correções da informação anteriormente publicada, assegurando assim o alcance da precisão e fiabilidade dos dados.

R9: A adoção de uma política de revisões transmite confiança aos utilizadores, devendo as mesmas ocorrer com uma regularidade bem definida e/ou sempre que se tornem necessárias para permitir que possam ser implementadas medidas de ajuste à análise económica. Devem tornar-se numa atividade corrente no Departamento de Estatística do BNA, visando melhorar a qualidade e a precisão da informação, a fim de evitar uma avaliação incorreta do desenvolvimento económico.

Deve-se elaborar e divulgar amplamente um calendário de revisões, o qual deve ser rigorosamente cumprido, permitindo que os utilizadores estejam sempre informados sobre as

datas, as razões e a natureza das mesmas. Uma vez que existem esforços por parte do BNA para a publicação trimestral da informação é recomendável que sempre rever os dados do período mais recente, reveja também o trimestre anterior e quando proceder a revisão do IV trimestre faça a revisão do ano inteiro. E sempre que houver necessidade para a realização de revisões significativas de forma extraordinárias (quer sejam devidas a erros dos respondentes ou dos compiladores), as mesmas devem ser imediatamente efetuadas e publicadas, acompanhadas de uma nota de esclarecimento.

R10: Como já dissemos acima, num mundo que se afigura cada vez mais globalizado, as estatísticas da BOP e da PII constituem-se num elemento de capital importância para a análise e condução da política macroeconómica de um país. Assim sendo, uma vez que um conjunto de séries destas estatísticas podem ser afetadas por fatores que podem causar flutuações de natureza sazonal, como por exemplo o clima, férias, feriados, etc, que normalmente ocultam outros movimentos de curto prazo e de tendência e desta forma enviesar a análise económica, é recomendável que se façam ajustamentos sazonais nas séries das contas correntes e de capitais, possibilitando elaborar uma ideia mais concreta sobre o comportamento tendencial das referidas séries, constituindo-se num instrumento analítico adicional para os compiladores da BOP e PII, que no final são os mesmos que procedem à sua análise.

As séries ajustadas de sazonalidade não deverão ser consideradas como substitutas das séries originais, elas apenas deverão ser usadas como séries complementares para a análise económica, pois serão essenciais para analisar o comportamento da variável em relação ao período homólogo.

R11: A existência de grupos distintos de utilizadores pode levar-nos a ponderar a necessidade de múltiplos formatos de disseminação. Para melhor satisfazer as necessidades dos utilizadores, os dados publicados no *site* devem estar num formato que permita o acesso online a uma base de dados estatística interativa (sempre acompanhada de metadados), permitindo a extração da informação de acordo as necessidades dos utilizadores.

R12: O calendário de divulgação das publicações estatísticas que atualmente está publicado no site do BNA tem a data de Outubro de 2014, o que demonstra que o mesmo não tem sido devidamente atualizado, pelo que se recomenda que o mesmo seja publicado previamente no início de cada ano e com datas bem definidas.

R13: Por forma a tornar o processo de compilação das estatísticas externas mais transparente e perceptível por parte dos utilizadores é recomendável que se desenvolvam manuais de procedimentos abrangentes em relação a metodologia usada para recolha, processamento e difusão da informação produzida.

R14: É de todo importante que os utilizadores tenham, para além do formulário eletrónico (no site do BNA) para pedidos de informação, um contacto de apoio bem identificado com correio eletrónico e contacto telefónico, para auxiliá-los em tempo útil no caso de eventuais explicações sobre as matérias estatísticas publicadas. Por outro lado, urge a necessidade de aumentar a conscientização sobre o uso destas estatísticas por parte dos agentes económicos, investigadores e estudantes, elaborando brochuras, vídeos onde os compiladores façam breves análises das

informações publicadas, ou outros meios que possam levar ao conhecimento destes a existência e a utilidade destas estatísticas.

## 6 REFERÊNCIAS

- ACIEP. (2009). *Mercados informação global Relações Económicas Portugal -Angola*.
- ACIEP. (2010). *Ficha de Mercados*.
- Adebayo, A. A. (2017). *Towards Reinventing the Statistical System of the Central Bank of Nigeria for Enhanced Knowledge Creation Dissertation report presented as partial requirement for Management*.
- Adelino Torres, Manuel E. Ferreira, João Estevão, N. C. e P. B. (1991). *Portugal-PALOP, As relações económicas e financeiras*.
- AiP. (2014). ANGOLA Integração regional na SADC e relacionamento com os países da CPLP Parceiro.
- ALVES, G. M. (2015). *O impacto do marketing de relacionamento nas relações comerciais entre Portugal e Angola*.
- Australian Bureau of Statistics. (1998). Balance of Payments and International Investment Position, Australia: Concepts, Sources and Methods, 5302.0(June), Table 51. Retrieved from <http://abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/DetailsPage/5302.0Jun2010?OpenDocument>
- Bandi, A. P. S. (2014). *Relação económica bilateral Angola-Portugal: dinâmicas do relacionamento (2005-2010)*.
- Brackstone, G. (2003). *MANAGING DATA QUALITY IN A STATISTICAL AGENCY*.
- Cai, L., & Zhu, Y. (2015). The Challenges of Data Quality and Data Quality Assessment in the Big Data Era. *Data Science Journal*, 14(0), 2. <https://doi.org/10.5334/dsj-2015-002>
- Couto, J. P., & Barata, P. A. A. (2010). *Angola renasce: Um estudo sobre a perspectivas de ampliação das relações económicas entre Portugal e Angola*. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.1980.tb00220.x>
- De Vries, W. F. M. (1998). *Performance indicators for national statistical systems. Netherlands Official Statistics* (Vol. 5). Retrieved from <https://dsbb.imf.org/content/pdfs/nld.pdf>
- Elvers, E., & Lindén, H. (2015). Quality Concept for Official Statistics. In *Wiley StatsRef: Statistics Reference Online* (pp. 1–13). Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd. <https://doi.org/10.1002/9781118445112.stat03101.pub2>
- eurostat. Declaração de qualidade do Sistema Estatístico Europeu, 0646 § (2016).
- Fan, W., & Geerts, F. (2012). Foundations of Data Quality Management. *Synthesis Lectures on Data Management*, 4(5), 1–217. <https://doi.org/10.2200/S00439ED1V01Y201207DTM030>
- Fellegi, I. P., & Ryten, J. (2000). *A Peer Review of the Swiss Statistical System*.
- Ferreira, C. B. (2013). *IMPORTÂNCIA DA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA NAS*

*RELAÇÕES ECONÓMICAS PORTUGAL – ANGOLA.*

- Ferreira, M. E. (1994). *Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: comércio, investimento e dívida (1973-1994)*.
- FMI. (2006). Factsheet, Data Quality Assessment Framework (DQAF). Retrieved from [https://unstats.un.org/unsd/dnss/docs-nqaf/IMF-dqrs\\_factsheet.pdf](https://unstats.un.org/unsd/dnss/docs-nqaf/IMF-dqrs_factsheet.pdf)
- FMI. (2009). *Balance of Payments and International Investment Position Manual Balance of Payments and International Investment Position Manual Sixth Edition (BPM6) INTERNATIONAL MONETARY FUND (6ª)*. IMF Multimedia Services Division. Retrieved from <https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>
- Holt, T., & Jones, T. (1998). *Quality work and conflicting quality objectives*.
- Idtour. (2015). *ANGOLA Estudo de Mercado Emissor*.
- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Anuário Estatístico*.
- Jerven, M. (2014). On the accuracy of trade and GDP statistics in Africa: Errors of commission and omission. *Journal of African Trade*, 1(1), 45–52. <https://doi.org/10.1016/j.joat.2014.08.001>
- Jerven, M. (2016). *Data and Statistics at the IMF: Quality Assurances for Low-Income Countries*. Retrieved from [http://www-ieo.imf.org/ieo/files/completedevaluations/BP6\\_-\\_Data\\_and\\_Statistics\\_at\\_the\\_IMF—Quality\\_Assurances\\_for\\_Low-Income\\_Countries.PDF](http://www-ieo.imf.org/ieo/files/completedevaluations/BP6_-_Data_and_Statistics_at_the_IMF—Quality_Assurances_for_Low-Income_Countries.PDF)
- Malaki, A. (2012). *Multidimensional contexts for data quality assessment*.
- Paulani, L., & Braga, M. (2008). *A Nova Contabilidade Social (3ª)*.
- Pereira, R. P. (2011). A nova realidade da presença chinesa em Angola e suas implicações para Portugal : o sector da construção civil e obras públicas como estudo de caso, 183–214.
- Ricardo, D. (1821). *Principles of political economy and taxation*. (Everyman Library, Ed.) (3ª). J M Dent.
- SaeR. (2016). *A Estratégia de Angola e suas relações económicas com Portugal e a União Europeia*.
- Silvestre, J., & Esteves, C. (2017). O ano da economia portuguesa em cinco gráficos. Retrieved from <https://expresso.pt/economia/2017-05-04-O-ano-da-economia-portuguesa-em-cinco-graficos#gs.ai2IghMR>
- Wang, R. Y., & Strong, D. M. (1996). Beyond Accuracy: What Data Quality Means to Data Consumers. *Journal of Management Information Systems*, 12(4), 5–33. <https://doi.org/10.1080/07421222.1996.11518099>

## 7 ANEXOS

### 7.1 ANEXO 1 - DETALHE DA COMPONENTE DE SERVIÇOS – BPM6

#### Serviços

##### **Serviços de manufatura de insumos físicos detidos por terceiros**

*Bens para transformação na economia declarante - mercadorias de retorno (CR), os bens recebidos (DR)*

*Bens para processamento no exterior - Mercadorias enviadas (CR), bens devolvidos (DR)*

##### **Serviços de manutenção e reparação n.i.e.**

##### **Transporte**

Para todos os meios de transporte

Passageiro

*Dos quais: a pagar pelos trabalhadores fronteiriços, sazonais e outros de curto prazo*

Frete

Outro

Transporte marítimo

Passageiro

*Dos quais: a pagar pelos trabalhadores fronteiriços, sazonais e outros de curto prazo*

Frete

Outro

Transporte aéreo

Passageiro

*Dos quais: a pagar pelos trabalhadores fronteiriços, sazonais e outros de curto prazo*

Frete

Outro

Outros meios de transporte

Passageiro

*Dos quais: a pagar pelos trabalhadores fronteiriços, sazonais e outros de curto prazo*

Frete

Outro

Serviços postais e de correio

**Viagens**

Negócio

*Aquisição de bens e serviços por trabalhadores fronteiriços, sazonais e outros de curto prazo*

*Outro*

Pessoal

*Relacionadas à saúde*

*Relacionadas com a educação*

*Outro*

*Para viagens de negócios e pessoais*

*Bens*

*Serviços de transporte local*

*Serviços de alojamento*

*Serviços de Catering*

*Outros serviços*

*Dos quais: Serviços de saúde*

*Dos quais: Serviços de Educação*

**Construção**

*Construção no estrangeiro*

*Construção na economia declarante*

**Serviços de seguros e previdência**

*Seguro direto*

*Resseguro*

*Serviços auxiliares de seguros*

*Serviços de pensão e garantias padronizadas*

**Serviços financeiros**

*Serviços cobrados explicitamente e outros serviços financeiros*

*Serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM)*

**Taxas pelo uso de propriedade intelectual**

**Serviços de telecomunicações, informática e informação**

*Serviços de telecomunicações*

*Serviços de informática*

*Serviços de informação*

**Outros serviços de negócios**

Serviços de pesquisa e desenvolvimento

Serviços profissionais e consultoria em gestão de empresas

Serviços técnicos, relacionados com o comércio, e outros serviços de negócio

**Serviços pessoais, culturais e recreativos**

Serviços audiovisuais e afins

Outros serviços pessoais, culturais e recreativos

**Bens e serviços do governo n.i.e.**

*Serviços de turismo relacionados com viagens e transporte de passageiros*

**7.2 ANEXO 2 – FONTES DE INFORMAÇÃO PARA COMPILAÇÃO DA BOP E PII DE ANGOLA E PORTUGAL**

	Fontes	Periodicidade	Categorias Funcionais
Angola	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inquéritos dirigidos às empresas dos vários sectores da economia nacional;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trimestral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Exportações</li> <li>Serviços</li> <li>Rendimento Primário</li> <li>Rendimento Secundário</li> <li>Balança de Capital</li> <li>Investimento Direto</li> <li>Investimento de Carteira</li> <li>Outro Investimento</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Base de dados da Administração Geral Tributária (AGT);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mensal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Importações</li> <li>Serviços</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registos Administrativos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mensal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Rendimento Primário</li> <li>Balança de Capital</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Execução do plano de caixa do BNA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mensal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Balancetes das contas monetárias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mensal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimento de Carteira</li> <li>Outro Investimento</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Balanço do BNA</li>   <li>• Base de dados da dívida externa-Debt Management Financing Analysing System (DMFAS);</li>   <li>• Base de dados do Tesouro - Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mensal</li>   <li>• Mensal</li>   <li>• Mensal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rendimento Primário</li> <li>• Ativos de reserva</li>   <li>• Serviços</li> <li>• Rendimento Primário</li> <li>• Balança de Capital</li>   <li>• Serviços</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Comunicação de Operações e Posições com o Exterior (COPE): Reporte direto ao Banco de Portugal das operações económicas e financeiras;</li>   <li>○ Comunicação de Operações de Liquidação (COL): Reporte ao Banco de Portugal, efetuado pelos bancos residentes, sobre as liquidações associadas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Mensal</li>   <li>○ Mensal</li>   <li>○ Anual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Serviços</li> <li>○ Rendimento Primário</li> <li>○ Rendimento Secundário</li> <li>○ Investimento Direto</li> <li>○ Investimento de Carteira</li> <li>○ Derivados Financeiros</li> <li>○ Outro Investimento</li>   <li>○ Serviços</li> <li>○ Outro Investimento</li> <li>○</li>   <li>○ Rendimento Primário</li> </ul>

<p>Portugal</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Informação Empresarial Simplificada (IES): Contém informação de natureza contabilística, fiscal e estatística que as empresas reportam;</li>   <li>○ Sistema Integrado sobre Estatísticas de Títulos (SIET): É um sistema de informação do Banco de Portugal baseado na comunicação de informação numa base “título-a-título” e “investidor- -a-investidor”;</li>   <li>○ Comércio Internacional: Informação proveniente do INE relativa ao comércio internacional de bens</li>   <li>○ Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF): Inquérito sobre variáveis de índole contabilística junto de uma amostra de empresas não financeiras;</li>   <li>○ Centralized Securities Database (CSDB): Base de dados do Eurosistema que contém informação detalhada sobre as características dos títulos (dívida e capital);</li>   <li>○ Inquérito sobre transações e posições de Derivados Financeiros (QDF): reporte ao Banco de Portugal por parte dos bancos, em nome próprio e em nome de outras entidades, e dos fundos da segurança social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Mensal</li>   <li>○ Mensal</li>   <li>○ Trimestral</li>   <li>○ Mensal</li>   <li>○ Mensal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Investimento Direto</li> <li>○ Outro Investimento</li>   <li>○ Rendimento Primário</li> <li>○ Investimento de Carteira</li>   <li>○ Bens;</li> <li>○ Serviços</li> <li>○ Balança de Capital</li>   <li>○ Outro Investimento</li>   <li>○ Rendimento Primário</li> <li>○ Investimento de Carteira</li>   <li>○ Derivados Financeiros</li> </ul>
-----------------	--	--	---

## **7.3 ANEXO 3 – METADADOS REPORTADOS POR CABO VERDE AO FMI**

### **0. Pré-requisitos**

#### **0.1 Ambiente legal**

##### **0.1.1 Responsabilidade pela recolha, processamento e disseminação das estatísticas**

Banco de Cabo Verde

O Artigo 20 da Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde de 1993 afirma que o Banco de Cabo Verde (BCV) é responsável por centralizar e preparar as estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos.

##### **0.1.2 Partilha de dados e coordenação entre as entidades produtoras de dados**

Banco de Cabo Verde

Como uma das agências que produzem estatísticas setoriais, o BCV faz parte do Sistema Nacional de Estatísticas. Nos termos do artigo 5º da Lei Básica do Sistema Nacional de Estatística (Lei 15 / V / 96), as agências que produzem estatísticas sectoriais estão autorizadas a disponibilizar, divulgar e divulgar os resultados das atividades pelas quais são responsáveis, sem prejuízo de cumprimento das regras relativas ao segredo estatístico.

##### **0.1.3 Confidencialidade dos dados dos reportes individuais**

Banco de Cabo Verde

Os dados extraídos de pesquisas para compilar a balança de pagamentos são confidenciais e são apresentados de forma agregada, de acordo com a Circular Série A, nº 066, de 3 de novembro de 1998.

### **1. Integridade**

#### **1.2 Transparência**

##### **1.2.1 Divulgação de termos e condições para recolha, processamento e disseminação de dados estatísticos**

Banco de Cabo Verde

O público pode consultar essas leis, em português, no Boletim Oficial em bibliotecas públicas.

Para mais informações, visite: [www.bcv.cv](http://www.bcv.cv)

##### **1.2.2 Acesso governamental interno às estatísticas antes da divulgação**

Banco de Cabo Verde

O inquérito monetário e as estatísticas da balança de pagamentos não são disponibilizados às autoridades governamentais antes da sua divulgação. Consequentemente, uma vez que a consistência da pesquisa monetária e da balança de pagamentos tenha sido verificada pelo corpo técnico e pelo Diretor do Departamento de Pesquisa Econômica e Estatística, eles são liberados simultaneamente para todos os usuários.

### **1.2.3 Atribuição de produtos estatísticos**

Banco de Cabo Verde

Não há comentários ministeriais sobre a pesquisa monetária e as estatísticas da balança de pagamentos no momento de sua divulgação.

### **1.2.4 Aviso prévio de grandes mudanças na metodologia, dados de base e técnicas estatísticas.**

Banco de Cabo Verde

Quando qualquer mudança é feita na metodologia para a compilação de dados da balança de pagamentos, o público em geral é notificado no momento da divulgação dos dados.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Conceitos e definições**

#### **2.1.1 Conceitos e definições**

A Balança de Pagamentos é uma tabela estatística trimestral que resume as transações econômicas de residentes de Cabo Verde com o resto do mundo.

A balança de pagamentos de Cabo Verde é compilada em escudos cabo-verdianos pelo Departamento de Estatísticas e Pesquisa Económica do Banco de Cabo Verde, seguindo o Manual da Balança de Pagamentos, 5ª edição (BPM5).

As estatísticas da balança de pagamentos são compiladas em duas apresentações, padrão e analítica, mas apenas a apresentação analítica é divulgada.

Os dados das estatísticas da balança de pagamentos provêm essencialmente de três fontes principais: estatísticas do comércio externo (Direção Geral das Alfândegas), registos cambiais (dos bancos) e inquéritos a várias empresas públicas ou privadas e instituições que operam no país.

O conceito de residência adotado é baseado no centro de interesse económico da unidade envolvida na transação, conforme definido no BPM5.

### **2.2 Escopo**

#### **2.2.1 Escopo**

Âmbito dos dados

As estatísticas da balança de pagamentos cobrem todo o território de Cabo Verde.

Em princípio, as estatísticas da balança de pagamentos cobrem todas as transações entre as unidades residentes de Cabo Verde (governo, autoridade monetária, sector financeiro, empresas, organizações não governamentais (ONG) e agregados familiares) e não residentes; no entanto, muito poucos dados sobre investimentos estrangeiros diretos e turismo são compilados, uma vez que as empresas de investimento estrangeiro que operam em Cabo Verde não foram devidamente monitoradas.

## **2.3 Classificação / setorização**

### **2.3.1 Classificação / setorização**

Desde Janeiro de 1999, as estatísticas da balança de pagamentos (apresentações padrão e analíticas) foram compiladas de acordo com as recomendações metodológicas do BPM5.

O padrão da balança de pagamentos apresenta todas as transações entre residentes e não-residentes, classificadas na conta corrente e na conta de operações de capital e financeiras.

A apresentação analítica da balança de pagamentos apresenta as transações acima da linha (conta corrente e conta de operações de capital e financeiras, erros e omissões e saldo global) e transações abaixo da linha (ativos de reserva e financiamento excepcional). A conta corrente inclui o principal padrão de bens, serviços, receita e transferências correntes. A conta de capital inclui todas as transferências que impliquem mudança de propriedade de ativos fixos em relação à aquisição, doação ou alienação de ativos fixos. Inclui também o perdão da dívida pelos credores. A conta financeira inclui transações associadas à transferência de propriedade de ativos financeiros (investimento direto, investimento de carteira e outros investimentos). O financiamento da balança de pagamentos (abaixo da linha) consiste em ativos de reserva e financiamento excepcional (saques sobre novos empréstimos e atrasados da dívida externa).

## **2.4 Base de Registo**

### **2.4.1 Avaliação**

As transações são avaliadas a preços de mercado. Exportações e importações são avaliadas numa base f.o.b.

### **2.4.2 Base de Registo**

Unidade de Contabilidade:

A balança de pagamentos é apresentada em escudos de Cabo Verde (CVE). Todas as transações em moeda estrangeira são convertidas em CVE às taxas de câmbio médias mensais das respetivas moedas.

Tempo de registo:

As transações são registradas no momento em que o valor económico é criado, transformado, trocado, transferido ou extinto, de acordo com o BPM5. As importações e exportações são

registradas quando cruzam as fronteiras nacionais. Os rendimentos de investimentos são registrados em regime de competência.

### **3. Precisão e confiabilidade**

#### **3.1 Dados de Base**

##### **3.1.1 Programas de recolha de dados de base**

A compilação da balança de pagamentos resulta da combinação de várias fontes de dados, incluindo registros administrativos e cambiais, saldos contábeis e pesquisas de várias empresas e instituições públicas ou privadas.

As estatísticas de comércio exterior (Direção Geral de Alfândegas) são usadas principalmente para compilar dados sobre importações e exportações de bens, numa base f.o.b., bem como bens para processamento (saldo de mercadorias), transporte marítimo de mercadorias (saldo de serviços), e transferências correntes e de capital em bens (saldo de transferências e conta de capital).

Os registros cambiais, obtidos de bancos (centrais e comerciais), classificados por tipo de operação e por entidade executora, fornecem valores para toda a gama de transações entre entidades residentes e não residentes de nossa economia, através do sistema financeiro.

Pesquisas são um complemento fundamental para as outras fontes. Eles cobrem praticamente todas as indústrias. Os dados são recolhidos de empresas de investimento estrangeiro, bem como empresas nacionais envolvidas em atividades com o resto do mundo (não residentes), empresas do setor de transporte (marítimo e aéreo, nacional e estrangeiro), empresas do setor turístico, instituições financeiras e organizações não-governamentais. organizações não-governamentais (ONGs), embaixadas estrangeiras, organizações internacionais, Diretoria Geral de Cooperação Internacional e outras.

##### **3.1.2 Definições de dados de base, escopo, classificações, avaliação e tempo de registro**

Importações e exportações de mercadorias:

Os dados sobre importações e exportações de bens são compilados com base em informações da Direção Geral de Alfândegas.

Os dados sobre comércio de mercadorias para processamento, bens adquiridos em portos e aeroportos por empresas de transporte e conserto de mercadorias são obtidos de registros de câmbio e pesquisas de empresas de livre comércio, empresas de transporte e combustíveis, bem como das Alfândegas.

Serviços:

Registros obtidos através do sistema financeiro fornecem a maioria dos dados para transporte, viagem e outros serviços. Essas informações são complementadas por pesquisas de empresas (transporte, turismo, comunicações, seguros, construção, etc.) e por informações dos serviços postais e da Direção Geral de Alfândegas.

Rendimento:

Os principais componentes do rendimento, rendimento do trabalho (compensação dos empregados) e rendimento do investimento (dividendos e rendimentos distribuídos e reinvestidos) baseiam-se essencialmente em registos cambiais, registos do Ministério das Finanças e inquéritos a empresas.

Transferências correntes:

As fontes de dados para a compilação de transferências públicas incluem a Diretoria de Cooperação Internacional (portfólio de projetos), bem como pesquisas de organizações internacionais, embaixadas estrangeiras, ONGs e outras entidades.

Outras fontes para a compilação de transferências (públicas e outras) são os registos cambiais (quando as transferências são feitas através do sistema bancário), a Direção de Alfândegas (transferências de mercadorias) e os serviços postais (transferências de emigrantes através de vale postal).

Transferências de capital:

Os dados provêm essencialmente de fontes do governo geral (Ministério das Finanças, Direção Geral do Tesouro) e da Direção Geral das Alfândegas.

Investimento direto:

As principais fontes de dados para a compilação de investimento direto estrangeiro são o Departamento de Mercados do Banco de Cabo Verde e os inquéritos a empresas de investimento estrangeiro.

Outros investimentos

Os dados estatísticos sobre outros investimentos provêm da Direcção-Geral do Tesouro do Ministério das Finanças, do Departamento de Mercados do Banco de Cabo Verde, dos bancos comerciais (crédito comercial do sector privado) e inquéritos a empresas de investimento estrangeiro.

Reservas:

As reservas são compiladas com base em informações da Área de Estatísticas Monetárias do Departamento de Estatística e Pesquisa Económica do Banco de Cabo Verde.

Financiamento Excepcional:

As principais fontes de dados sobre operações de financiamento excepcionais são a Direcção-Geral do Tesouro (Ministério das Finanças) e o Departamento de Mercados do Banco Central de Cabo Verde.

### **3.3 Técnicas estatísticas**

#### **3.3.1 Técnicas estatísticas de dados de base**

As estatísticas de comércio exterior são usadas principalmente para compilar dados sobre importações e exportações de bens, numa f.o.b. base, bem como bens para processamento (bens), transporte marítimo de mercadorias (serviços), subvenções e remessas de emigrantes em bens (transferências e conta de capital).

Ajustes de cobertura são feitos para as exportações (vendas da Free Shop) e para as importações (importações de empresas de combustíveis, que entram no entreposto aduaneiro e são subsequentemente reexportadas).

Exceto pelo comércio de mercadorias em geral, os registros de câmbio obtidos de bancos (centrais e comerciais), classificados por tipo de operação e por entidade executora, fornecem valores para toda a gama de transações entre entidades residentes e não residentes de nossa economia, através do sistema financeiro. Nenhum ajuste é feito normalmente para esses dados.

Pesquisas são um complemento fundamental para as outras fontes. Eles cobrem praticamente todas as indústrias. Os dados são coletados de empresas de investimento estrangeiro, bem como empresas nacionais envolvidas em atividades com o resto do mundo (não residentes), empresas do setor de transporte (marítimo e aéreo, nacional e estrangeiro), empresas do setor turístico, instituições financeiras, ONGs, embaixadas, organizações internacionais, Diretoria Geral de Cooperação Internacional, etc. No entanto, as respostas da pesquisa estão sujeitas a atrasos significativos. Quando esse é o caso, e dada a necessidade de informações oportunas, os compiladores do balanço de pagamentos estimam as informações que faltam, analisando as tendências de evolução dos diferentes componentes do balanço de pagamentos. As revisões são feitas posteriormente com base nos dados reais obtidos. Estatísticas sobre a Posição do Investimento Internacional (PII) ainda não foram compiladas.

## **4. Facilidade de Manutenção**

### **4.1 Periodicidade e pontualidade**

#### **4.1.1 Periodicidade**

A balança de pagamentos de Cabo Verde é compilada e divulgada trimestralmente.

#### **4.1.2 Pontualidade**

A divulgação ocorre 3-4 meses após o final do trimestre de referência.

### **4.2 Consistência**

#### **4.2.1 Consistência interna**

As estatísticas da balança de pagamentos são compiladas na apresentação padrão e analítica, mas apenas a apresentação analítica é divulgada.

Além da tabela de apresentação analítica, os dados trimestrais são divulgados para as importações e exportações por produto, e pela direção do comércio, remessas dos emigrantes por país de origem e por município de destino, trimestralmente, nos últimos três anos.

## **4.2.2 Consistência temporal**

## **4.3 Revisão**

### **4.3.1 Cronograma de revisão**

Banco de Cabo Verde

Embora não exista uma política estabelecida sobre as revisões das estatísticas do inquérito monetário, deve notar-se que quando os dados não chegam a tempo ou quando existe alguma alteração na metodologia, o público é notificado do estado dos dados (provisório ou final) em uma nota de rodapé.

Periodicamente (e/ou trimestralmente), são feitas revisões nos dados estatísticos da balança de pagamentos compilados e divulgados, embora não haja uma política estabelecida para isso.

Balança de pagamentos

Os dados compilados e divulgados a título provisório são revisados trimestralmente. Em geral, nenhum ajuste sazonal é feito.

### **4.3.2 Identificação de dados preliminares e/ou revisados**

Banco de Cabo Verde

Os dados provisórios são revisados, mas nenhuma menção é feita às mudanças introduzidas.

O público também é notificado sobre o status dos dados publicados da balança de pagamentos, ou seja, se os dados são estimados, provisórios ou finais.

## **5. Acessibilidade**

### **5.1 Dados**

#### **5.1.1 Apresentação estatística**

As estatísticas da balança de pagamentos cobrem todas as transações entre as unidades residentes de Cabo Verde (Governo, Autoridade Monetária, Sector Financeiro e outros sectores) e não residentes. Os dados cobrem todo o território de Cabo Verde. A balança de pagamentos é compilada em escudos de Cabo Verde pelo Departamento de Estatística e Investigação Económica do BCV, de acordo com o BPM5.

#### **5.1.2 Mídia e formato de disseminação**

Cópia impressa - boletim trimestral

Boletim de Estatísticas (Boletim de Estatística)

Indicadores Económicos e Financeiros (Indicadores Económicos e Financeiros)

Cópia impressa – Outros

Relatório do Conselho de Administração (Relatório do Conselho de Administração)

Boletim Económico (Boletim Económico)

Eletrônica - Boletim on-line ou dados

[www.bcv.cv](http://www.bcv.cv) (em português)

### **5.1.3 Calendário de lançamento antecipado**

Banco de Cabo Verde

Não há calendários de divulgação antecipada para a publicação de estatísticas monetárias e financeiras, nem para a publicação de estatísticas da balança de pagamentos.

### **5.1.4 Publicação simultânea**

Banco de Cabo Verde

O Banco de Cabo Verde publica simultaneamente estatísticas monetárias e financeiras e estatísticas da balança de pagamentos no seu web site e em suporte impresso (este último, com um pequeno atraso na divulgação eletrónica).

## **5.2 Metadados**

### **5.2.1 Divulgação de documentação sobre conceitos, escopo, classificações, bases de registro, fontes de dados e técnicas estatísticas**

Não existe uma publicação nacional que contenha a metodologia para a compilação da balança de pagamentos de Cabo Verde. A informação resumida sobre esta metodologia é publicada no Anuário da Balança de Pagamentos do FMI.

## **7.4 ANEXO 4 – METADADOS REPORTADOS POR MOÇAMBIQUE AO FMI**

### **0. Pré-requisitos**

#### **0.1 Ambiente legal**

##### **0.1.1 Responsabilidade pela coleta, processamento e disseminação de estatísticas**

###### **Banco Central**

As atividades estatísticas do Banco de Moçambique são regidas pela Lei Orgânica do Banco de Moçambique (Lei 1/92), pela Lei do Sistema Nacional de Estatística (SEN) (Lei 7/96), e pela Lei Cambial (Lei 11/2009).

De acordo com o Artigo 16 (2) da Lei Orgânica do Banco de Moçambique (BM) de 3 de Janeiro de 1992, “o banco central será responsável por centralizar e compilar as estatísticas monetárias, financeiras e cambiais que julgar necessárias para perseguir uma política eficiente nesses campos”; e o parágrafo (3) do mesmo artigo declara que “será também responsabilidade do BM monitorar a atividade nos mercados monetário, financeiro e cambial”. Artigo 4º da Lei sobre o Sistema Nacional de Estatísticas (Lei 7 / 96) define os objetivos gerais do SEN relativos à compilação e divulgação de estatísticas monetárias pelo Banco de Moçambique.

Os artigos 37 e 38 da Lei Orgânica do Banco de Moçambique estipulam que: (a) Para efeitos desta lei, todas as instituições de crédito e outras especificadas por lei, com exceção das companhias de seguros e fundos de pensões, estarão sujeitas a supervisão por lei. o banco central; (b) Caberá ao banco central realizar inspeções em instituições sujeitas à sua supervisão em conformidade com a lei (Artigo 39 da referida Lei). Assim, todas as instituições de crédito, locação financeira e outras instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Moçambique devem apresentar mensalmente balanços analíticos ao Banco de Moçambique (Artigo 74 da Lei 15/99, Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras).

Como nenhuma menção específica é feita na Lei 1/92 (Lei Orgânica do Banco) sobre a responsabilidade do BM de compilar a balança de pagamentos (BOP), um memorando de cooperação estatística foi assinado em 6 de Setembro de 2002 e atualizado em 21 de Dezembro. 2009 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo BM, atribuindo ao Banco de Moçambique a responsabilidade de centralizar a compilação da BOP como parte integrante do cálculo das contas nacionais pelo INE. De acordo com este memorando, o BM pode exigir que qualquer entidade pública ou privada forneça diretamente as informações necessárias para compilar o BOP e a PII.

Estatísticas do comércio externo são compiladas pelo INE. Embora não seja especificamente mencionado que o INE é a autoridade responsável pela compilação e divulgação de dados de comércio exterior, o Artigo 6º da Lei 7/96 atribui ao INE o papel de autoridade estatística responsável pela realização de todas as atividades necessárias, tais como a realização de inquéritos para fins de produção de estatísticas.

Os dados da BP sobre a dívida externa são compilados pelo Ministério das Finanças (dívida multilateral e bilateral). Os dados da dívida externa são divulgados pelo Ministério das Finanças como um serviço público.

A Lei 7/96, que institui o SEN, que inclui o BM, regula os princípios do segredo estatístico e sigilo.

O público tem acesso à Lei Orgânica do BM, à Lei do Sistema Bancário e à Lei do SEN.

Essas leis estão disponíveis em português no Centro de Documentação e Informação do BM.

A lei sobre o SEN também está disponível no site do INE.

### **0.1.3 Confidencialidade dos dados dos reportes individuais**

Banco Central

A Lei 7/96, que institui o SEN, que inclui o BM, regula os princípios do segredo estatístico e sigilo. O Artigo 14 enfatiza que todas as informações estatísticas individuais coletadas pelas agências produtoras de estatísticas oficiais dentro da SEN são confidenciais e não podem ser incluídas de forma identificável em nenhuma publicação ou fornecidas a nenhum indivíduo ou entidade; informações específicas sobre pessoas físicas ou empresas públicas ou privadas nunca poderão ser divulgadas sem a autorização por escrito dos respetivos representantes.

No que respeita à violação do segredo estatístico, o artigo 28.º da mesma lei estabelece explicitamente: “Os funcionários e representantes das agências da SEN que violarem o princípio do segredo estatístico estarão sujeitos a responsabilidade disciplinar, sem prejuízo de qualquer responsabilidade civil ou criminal.”

A carta que acompanha os inquéritos e outros pedidos de informação estatística notifica as empresas ou instituições de que as informações solicitadas serão utilizadas de uma forma estritamente confidencial, em conjunto e para fins de compilação de estatísticas da BOP e da PII.

O artigo 74 da Lei Orgânica do BM, o artigo 56 da Lei das Instituições Financeiras e o Manual de Pessoal do BM exigem que os funcionários do BM observem o sigilo bancário. As penalidades para empregados que violem a confidencialidade das informações ou cometam qualquer outros tipos de infração estão definidas no Artigo 102 da Lei 15/99.

### **0.1.4 Garantindo o reporte estatístico**

Banco Central

Nos termos dos artigos 106.º e 107.º da Lei das Instituições de Crédito (Lei 15/99), o facto de as sociedades de depósito não fornecerem informações (balancetes mensais e outras informações sobre a posição da instituição em formatos aprovados pelo BM) dentro dos prazos estabelecidos será punível com uma multa.

Todas as sociedades de depósitos e outras instituições financeiras sujeitas à supervisão do BM devem publicar seus balanços trimestralmente e apresentar seus balanços anuais, demonstrativos de lucros e relatório do Conselho de Administração e auditores independentes ao BM até abril de cada ano, nos termos do Aviso 6/99 de 5 de Abril, emitido pelo Governador do Banco de Moçambique.

## **0.2 Recursos**

### **0.2.1 Pessoal, instalações, recursos informáticos e financiamento**

A Divisão de Balança de Pagamentos encontra-se no Departamento de Investigação e Estatística do Banco de Moçambique, o Banco Central de Moçambique, em conjunto com a Divisão de Estatísticas Monetárias, a Divisão de Análise Macroeconómica e a Divisão de Investigação.

O pessoal encarregue de executar as tarefas da divisão da balança de pagamentos é composto por cinco pessoas, incluindo o chefe da divisão e cerca de 80%, formado em Economia e Relações Internacionais e participou do curso metodológico (BPM5) sobre balança de pagamentos e posição de investimento internacional. O pessoal mais jovem trabalha na divisão há pelo menos 5 anos e o volume de negócios é muito baixo.

A divisão está equipada com recursos de computação adequados, de modo que, para cada pessoal, haja um computador de mesa, conectado com segurança a um servidor remoto, onde todas as informações são armazenadas e armazenadas em backup.

As estatísticas da balança de pagamentos e posição do investimento internacional são compiladas em planilhas do Excel, mas existem esforços para construir uma data warehouse onde todas as informações serão armazenadas e os relatórios serão extraídos.

O financiamento para as atividades atuais, bem como para a produção estatística programada, é garantido e orçado pelo Banco.

## **1. Integridade**

### **1.2 Transparência**

#### **1.2.1 Divulgação de termos e condições para recolha, processamento e disseminação de dados estatísticos**

Banco Central

O público tem acesso à Lei Orgânica do BM, à Lei do Sistema Bancário e à Lei do SEN.

Essas leis estão disponíveis em português no Centro de Documentação e Informação do BM.

A lei sobre o SEN também está disponível no site do INE.

#### **1.2.2 Acesso governamental interno às estatísticas antes do lançamento**

Banco Central

Nenhuma das estatísticas compiladas e divulgadas pelo BM é acessível a qualquer agência do governo antes de serem divulgadas ao público.

### **1.2.3 Atribuição de produtos estatísticos**

Banco Central

Não há comentários ministeriais sobre os dados no momento de sua divulgação. A qualidade e consistência dos dados no inquérito de ajuda monetária e externa são por vezes discutidos e analisados com o Ministério das Finanças. Os dados do comércio externo também são discutidos com o INE. Deve-se notar que essas discussões ocorrem após a compilação de dados estatísticos.

### **1.2.4 Aviso prévio de grandes mudanças na metodologia, dados de origem e técnicas estatísticas.**

Banco Central

É dado aviso de mudanças substanciais na metodologia aplicável aos dados estatísticos, fontes e técnicas no relatório anual da BOP.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Conceitos e definições**

#### **2.1.1 Conceitos e definições**

O quadro conceptual global, os conceitos e definições da balança de pagamentos (BOP) seguem em geral a 5.<sup>a</sup> edição do Manual da Balança de Pagamentos. Ou seja, o sistema de dupla entrada é aplicado, há uma clara distinção entre diferentes componentes da conta corrente, a conta financeira fornece registro separado de transações em ativos e transações em passivos, base direcional é usado para compilar o investimento estrangeiro direto e todos os principais aspectos do Manual são aplicados.

Em relação às definições, todas estão em conformidade com o BPM5 e a definição de não residente foi incorporada na Lei de Câmbio (Lei nº 11/2009, de 11 de março de 2009).

### **2.2 Escopo**

#### **2.2.1 Escopo**

Âmbito dos dados

Em princípio, a BOP de Moçambique abrange todas as unidades institucionais residentes envolvidas em transações com não residentes, embora para enclaves territoriais não residentes em Moçambique, a cobertura de algumas transações seja limitada. Ou seja, cobre a área geográfica administrada pelas autoridades governamentais de Moçambique. Da mesma forma, todas as transações residentes e não residentes são incluídas conforme especificado no BPM5. Estes incluem, por exemplo, os Mineiros moçambicanos que trabalham na África do Sul, que

embora possam permanecer por mais de um ano, o seu centro de interesse económico é Moçambique.

Exceções à cobertura

Aquisição e outras transações sobre ativos imobiliários por residentes no exterior não são cobertas na BP. Acredita-se que estes sejam insignificantes.

Atividade não registrada

Não há estimativas de sobrevalorização das exportações. A subvalorização das importações é estimada com base no volume de compras e vendas cambiais reportadas pelas agências de câmbio.

## **2.3 Classificação / setorização**

### **2.3.1 Classificação / setorização**

O sistema de classificação e setorização utilizado na compilação das estatísticas da BOP é consistente com a estrutura recomendada em BPM5. O sistema de classificação inclui os principais componentes padronizados, que são divididos em três grupos principais de contas:

Conta corrente: inclui importações e exportações de bens e serviços (transporte, viagens, comunicações, construção, seguros, finanças, TI e informações, royalties e licenças, serviços governamentais, etc.); renda (remuneração de empregados, renda de investimentos diretos, renda de investimento de carteira, outros investimentos, incluindo: juros sobre dívida pública e privada, investimentos de curto prazo no exterior, etc.) e transferências correntes (subsídios para apoiar importações do setor público, concessões em espécie), programas especiais, transferências correntes privadas, etc.).

Conta de capital: inclui operações de capital do governo, particularmente perdão de dívidas e doações para programas de investimento. Inclui também transferências de capital do setor privado.

Conta financeira: inclui investimento direto no exterior e em Moçambique, investimento de carteira, derivados financeiros e outro investimento, subdivididos em ativos (créditos comerciais, empréstimos, numerário e depósitos, e outros ativos) e passivos (créditos comerciais, empréstimos, numerário e depósitos, e Outras responsabilidades). Os dados são divulgados para os vários sectores institucionais, nomeadamente, as autoridades monetárias, o governo central, os bancos comerciais e outros sectores (empresas não financeiras e famílias).

Considerando que em muitos casos os dados de base usados para medir duas entradas em uma única transação são diferentes e não refletem necessariamente os mesmos valores e tempo de registro, o BOP inclui um item de “erros e omissões líquidas”, que é usado para balancear as transações nos três grupos acima mencionados.

## **2.4 Base de registo**

### **2.4.1 Avaliação**

## 1. Unidade de conta

A BOP da República de Moçambique é compilada em dólares americanos. As transações em outras moedas são convertidas em dólares americanos usando a taxa de câmbio média de compra e venda no mercado oficial para o período (mensal ou trimestral) ao qual as transações pertencem.

Os fluxos de ativos e passivos financeiros estrangeiros das empresas depositárias e do banco central são obtidos nos respetivos balanços patrimoniais em moeda nacional como a diferença entre as posições em estoque (convertido para dólares americanos usando a taxa de câmbio de fim de período). Nenhum ajuste é feito nesses fluxos para excluir a flutuação da taxa de câmbio.

## 2. Avaliação: Princípios usados

As transações são refletidas nas estatísticas da BOP em Moçambique a preços de mercado, definidos como o preço que o comprador paga a um vendedor numa transação consensual entre partes independentes para fins puramente comerciais. Uma exceção a este princípio é aplicada aos fluxos e ao stock do Investimento Direto Estrangeiro que são avaliados ao preço histórico. As exportações e importações de bens são avaliadas numa base f.o.b. Os serviços de frete e seguro para bens importados são registrados de acordo nas respetivas contas de serviços.

### 2.4.2 Base de registo

Em geral, a mudança de propriedade conforme especificado no BPM5 é o princípio que rege o reconhecimento das transações e seu tempo de registo:

- Para todos os instrumentos financeiros com juros, a provisão de juros é registrada quando os juros se acumulam, em vez de quando pagos ou a pagar;
- Os dividendos são registrados nas datas a pagar ou nas datas declaradas a pagar;
- Os lucros reinvestidos em investimentos diretos são registrados nos períodos quando ganhos;
- Os planos de empréstimo são lançados nas contas no momento do desembolso real, e os pagamentos de empréstimos são entrados no vencimento do pagamento;
- Para pagamentos de empréstimos não efetuados quando devidos, os lançamentos são registrados como se os pagamentos das obrigações contratuais fossem feitos e os novos passivos de curto prazo criados;
- As transações em conta corrente e de capital são registradas em base bruta, enquanto as transações em contas financeiras são registradas em base líquida, separadamente para os componentes individuais do ativo e passivo.

Algumas exceções são para:

- As importações e exportações de bens são registradas na BOP quando elas cruzam a fronteira e não necessariamente no momento em que os parceiros registram as transações em seus livros ou contas;

- Alguns serviços (construção, financeiro, negócios) para os quais os bancos comerciais são as fontes de informação são registrados quando o pagamento é feito, e não são necessários quando prestados.

Todas as fontes de informação são incentivadas a fornecer informações em regime de competência, e não em caixa e, exceto pelos dados fornecidos pelas corporações depositárias sobre transações de bens e serviços, as outras fontes prestam informações em regime de competência.

### **2.4.3 Procedimentos de cálculo de valores brutos/líquidos**

Não há itens registrados na BOP, que são derivados da receita. Em consonância com as recomendações do BPM5, as transações em conta corrente e de capital são registradas em termos brutos, enquanto as transações em contas financeiras são registradas em termos líquidos, separadamente para os componentes individuais do ativo e passivo.

## **3. Precisão e confiabilidade**

### **3.1 Dados de base**

#### **3.1.1 Programas de recolha de dados de base**

A BOP de Moçambique é compilada a partir de uma combinação de várias fontes de dados, incluindo registros administrativos, saldos contábeis, pesquisas e informações do setor governamental e de empresas não financeiras.

Exportações e importações de bens: Os dados sobre o comércio de mercadorias são obtidos junto dos clientes, que os submetem ao Instituto Nacional de Estatística (INE) e estes apresentam uma tabela dos dados processados à Divisão da Balança de Pagamentos, no Banco de Moçambique. Informações adicionais de algumas grandes empresas são obtidas das próprias empresas através de pesquisas e permitem verificar a consistência entre suas transações em conta corrente e a conta capital e financeira. Existem outras informações relativas a bens adquiridos nos portos pelas transportadoras, que também são obtidas através de pesquisas. Esta informação é também adicionada a do Bureau of Statistics.

Serviços: A principal fonte de informações sobre serviços é a pesquisa mensal sobre as transações externas pelas corporações depositárias, que informa as transações feitas por eles mesmos e em nome de seus clientes, e pesquisas de empresas não financeiras (públicas e privadas). As informações das corporações depositárias são baseadas no regime de caixa e não no regime de competência, conforme recomendado pelo BPM5. A duplicação de informações é evitada usando apenas uma fonte para uma determinada categoria de serviço. Os serviços do governo (dívida) são obtidos do banco central.

Rendimento: A fonte mais importante de renda sob compensação dos empregados é o Banco Central e as Corporações Depositárias. Os dados sobre o rendimento de investimento direto são derivados de pesquisas com empresas não financeiras e registros administrativos do Banco Central. Os dados sobre outros rendimentos de investimento são obtidos do Banco de

Moçambique (BM), do Ministério das Finanças (MF) (juros da dívida pública) e de inquéritos sobre empresas financeiras e não financeiras.

Transferências correntes:

1. Transferências Públicas: Os dados sobre o governo central são derivados dos registros do BM, do MF e do Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGD).
2. Transferências Privadas: Os dados sobre as transferências correntes dos outros setores são obtidos a partir de pesquisas com as corporações depositárias.

Transferências de capital: Os dados sobre a transferência de capital são do BM e do Ministério das Finanças (perdão de dívidas e subsídios de investimento). Os dados para outros setores são obtidos de pesquisas em empresas de depósito.

Investimento Direto: A fonte de dados para investimento direto é o registro administrativo do banco central sobre entradas de moeda estrangeira e de pesquisas de sociedades não financeiras (principalmente levantamentos de grandes projetos).

Investimento de carteira: Os dados sobre investimento de carteira são derivados dos balanços das sociedades depositárias e do BM.

Outro Investimento: Os dados sobre outro investimento são obtidos no balanço patrimonial das sociedades BM e depositária, a MF (Direção Nacional do Tesouro) e pesquisas com as empresas não financeiras.

Ativos de Reserva: Esta informação é obtida principalmente a partir do balanço do Banco de Moçambique.

Financiamento Excepcional: São operações de alívio da dívida externa. Os dados são obtidos do BM e do MF (Departamento de Dívida Pública).

### **3.1.3 Pontualidade dos dados de base**

## **3.2 Avaliação de dados de base**

### **3.2.1 Avaliação dos dados de base**

## **3.3 Técnicas estatísticas**

### **3.3.1 Técnicas estatísticas de dados de base**

O processo de compilação é feito em planilhas Excel. As informações das várias fontes são registradas em diferentes planilhas que são armazenadas e vinculadas às principais planilhas de compilação.

Os inquéritos às sociedades não financeiras abrangem todas as grandes empresas (que representam quase 75% do total das exportações e com, pelo menos, 400 milhões de USD de capitais próprios), mais as empresas líderes nos respetivos sectores. Não existe qualquer técnica de facturamento aplicada para ajustar os dados, uma vez que as empresas visadas reais não são baseadas em uma amostra. Para a empresa que não responde por um determinado período de tempo, uma estimativa baseada em dados históricos é feita, mas substituída após os dados reais terem sido recebidos. Uma vez que cada questionário foi recebido, ele é verificado quanto à consistência e os valores altos ou fora do padrão de transações são confirmados com os respondentes.

Os dados anuais da BOP são derivados da soma dos dados trimestrais e, de acordo com a política de revisão, os dados trimestrais anteriores podem ser revistos durante a compilação do trimestre imediatamente seguinte e no final do ano.

### **3.3.2 Outros procedimentos estatísticos**

Alguns ajustes são feitos nos dados para melhorar a cobertura, classificação e avaliação de itens da balança de pagamentos:

Para o comércio exterior de mercadorias: (i) os dados do INE sobre as importações de mercadorias são convertidos de c.i.f. para f.o.b. com base no pressuposto de que 10% do valor CIF constitui o pagamento por frete (9%) e seguro de mercadoria (1%). (ii) Não há estimativas de supervalorizações das exportações.

Das concessões do projeto (transferência de capital) e empréstimos do projeto, presume-se que 5% de cada categoria seja usada para serviços de construção. Da mesma forma, a partir dos subsídios do programa, estima-se que 5% do desembolso seja utilizado para serviços de assistência técnica.

Para os lucros reinvestidos na economia anfitriã, uma entrada de débito é registrada como receita de investimento direto e uma entrada de crédito no investimento estrangeiro direto, conforme recomendado pela 5ª Edição do Manual da Balança de Pagamentos (BPM5).

## **3.4 Validação de dados**

### **3.4.1 Validação de resultados intermediários**

Resultados intermediários são verificados em relação a outras fontes de dados. Por exemplo:

Os dados reportados nos questionários de Sociedades Não Financeiras são verificados no final do ano em relação ao relatório financeiro do respetivo empreendimento;

Os dados sobre empréstimos e subvenções do governo geral são comparados com as informações fornecidas pelos credores e parceiros de desenvolvimento;

### **3.4.2 Avaliação de dados intermediários**

### **3.4.3 Avaliação de discrepâncias e outros problemas nos resultados estatísticos**

Erros e omissões relatados na BOP são monitorados. Os dados sobre transações de dívida externa selecionadas não são comparados com os do Banco de Pagamentos Internacionais, porque alguns dos países para os quais Moçambique tem passivos financeiros significativos não estão reportando ao BIS.

### **3.5 Estudos de revisão**

#### **3.5.1 Estudos e análises de revisão**

Quando os dados da BOP e da PII são revisados, os estudos de revisão são realizados e divulgados com dados no Boletim Anual da Balança de Pagamentos, que é publicado dentro dos primeiros 4 meses após o final do ano de referência.

## **4. Facilidade de Manutenção**

### **4.1 Periodicidade e pontualidade**

#### **4.1.1 Periodicidade**

A BOP é publicada trimestralmente e anualmente.

#### **4.1.2 Pontualidade**

A BOP é publicada trimestralmente, ou seja, 50 dias após o final do período de referência. No final do ano, a BOP para o 4º trimestre e o ano anual são disponibilizados ao mesmo tempo.

### **4.2 Consistência**

#### **4.2.1 Consistência interna**

Conceitos, definições e classificações para a produção de estatísticas trimestrais e anuais da balança de pagamentos são os mesmos.

A soma das estatísticas trimestrais e as estatísticas anuais são consistentes.

A longo prazo, o item de erros e omissões líquidas não tem sido grande e tem se mantido estável ao longo do tempo.

Dados de transações financeiras são reconciliados com mudanças na posição de investimento internacional

#### **4.2.2 Consistência temporal**

Séries temporais consistentes estão disponíveis por um período de tempo adequado.

Quando mudanças nos dados de origem, na metodologia ou nas técnicas são introduzidas, os históricos são reconstruídos desde que razoavelmente possível.

Mudanças incomuns nas tendências econômicas são explicadas no comentário incluído na publicação do balanço de pagamentos e no banco de dados acessível aos usuários.

## **4.2.2 Consistência temporal**

Séries temporais consistentes estão disponíveis por um período de tempo adequado.

Quando mudanças nos dados de base, na metodologia ou nas técnicas são introduzidas, os históricos são reconstruídos desde que razoavelmente possível.

Mudanças incomuns nas tendências econômicas são explicadas no comentário incluído na publicação da balança de pagamentos e na base de dados acessível aos usuários.

## **4.2.3 Consistência intersectorial e entre domínios**

## **4.3 Revisão**

### **4.3.1 Cronograma de revisão**

Banco Central

Existe uma política estabelecida para revisar as estatísticas da BOP. A revisão dos dados trimestrais é feita durante o período de compilação do trimestre seguinte (até 50 dias após o final do trimestre) para inclusão no relatório de Preços e Desenvolvimentos Financeiros desse trimestre, juntamente com os dados preliminares para esse período. Os dados preliminares anuais são preparados em Março e incluídos no relatório anual do Banco de Moçambique e no relatório anual da BOP. A revisão final dos dados anuais da balança de pagamentos é feita no quarto trimestre do ano seguinte, sem descartar a possibilidade de qualquer mudança que possa ocorrer fora desse período.

Balança de pagamentos

O ciclo de revisão é pré-determinado e divulgado ao público através do Boletim da Balança de Pagamentos. A BOP pode ser revisada durante a compilação de dados trimestrais imediatos, inclusive no final do ano.

As razões subjacentes ao ciclo (por exemplo, a disponibilidade de dados de base, o calendário de revisões com conjuntos de dados relacionados, o momento para a preparação de importantes documentos de política econômica) são explicados.

A documentação adequada das revisões está incluída na publicação das séries estatísticas e no banco de dados acessível aos usuários.

Quando são solicitadas revisões fora do ciclo normal (por exemplo, pela descoberta de novos dados de base, erros), elas são divulgadas ao público.

### **4.3.2 Identificação de dados preliminares e/ou revisados**

Banco Central

Não há política cobrindo a revisão das estatísticas no inquérito monetário abrangente, embora desvios, omissões e outras possíveis fontes de problemas nos dados sejam identificadas e investigadas. Dados provisórios são identificados como tal nas tabelas publicadas, mas nenhuma menção é feita de ajustes.

#### Balança de pagamentos

No momento da divulgação dos dados, os usuários são informados sempre que os dados são preliminares.

No momento da divulgação dos dados, os usuários são informados sempre que os dados são revisados.

### **4.3.3 Disseminação de estudos e análises de revisão**

As revisões são medidas, avaliadas e explicadas na publicação da balança de pagamentos e na base de dados acessível aos usuários.

A análise das diferenças entre os dados revisados e preliminares é publicada para agregados principais para permitir uma avaliação da confiabilidade dos dados preliminares.

## **5. Acessibilidade**

### **5.1 Dados**

#### **5.1.1 Apresentação estatística**

As estatísticas da balança de pagamentos são divulgadas de acordo com os componentes padrão do BPM5 e com séries temporais. As apresentações padrão e analíticas são publicadas.

Séries adicionais são disseminadas para atender a uma gama de necessidades dos usuários com vários níveis de detalhamento (desagregação).

As estatísticas são divulgadas de forma clara, com gráficos e tabelas para facilitar a análise.

Comentários sobre a evolução do período atual estão incluídos.

Os dados da BOP são compilados e divulgados de acordo com o BPM5. Embora todos os agregados da BOP sejam compilados e divulgados, ainda existem algumas deficiências na cobertura de vários componentes, dada a falta de informação em alguns títulos.

Os agregados do BOP são compilados de acordo com o BPM5, mas existem limitações. Nos serviços, as informações são obtidas a partir de pesquisas de bancos comerciais e algumas empresas públicas e privadas; as informações de renda são obtidas do BM, do Ministério da Fazenda e de bancos e empresas comerciais; As transferências são obtidas principalmente do BM, do Ministério das Finanças, bancos comerciais, empresas privadas e ONGs.

#### **5.1.2 Mídia e formato de disseminação**

Cópia impressa - Nova versão

Os dados da BOP também são divulgados em outras publicações e os meios de comunicação participam de certas reuniões onde as principais informações são fornecidas.

Estatísticas mais abrangentes e / ou detalhadas também são divulgadas em formato impresso e/ou eletrônico (site do Banco Central).

As estatísticas atuais e séries temporais mais longas podem ser acessadas gratuitamente na página da Internet do Banco Central.

Cópia impressa - boletim trimestral

A BOP é publicada num boletim trimestral em português e inglês

Também é publicada no Boletim de Preços e Conjuntura Financeira (Português)

Cópia impressa – Outros

As informações da BOP também são publicadas nos seguintes relatórios:

Relatório Anual (Relatório Anual) (Português e Inglês)

Boletim Anual da Balança de Pagamentos (Boletim Anual da Balança de Pagamentos)

Anuário Estatístico (Português)

Boletim-Eletrônico ou dados on-line

Todos os dados da série BOP estão disponíveis na página do Banco Central:

[www.bancomoc.mz](http://www.bancomoc.mz)

### **5.1.3 Calendário de divulgação antecipada**

Banco Central

Não há um calendário antecipado para a publicação das estatísticas monetárias e da BOP no Boletim de Estatística do BM, mas o Departamento de Pesquisa Econômica e Estatística adere ao calendário interno, que indica que o boletim deve estar disponível, em princípio, no máximo 8 semanas após o final do trimestre. As estatísticas produzidas pelo Departamento de Pesquisa Econômica e Estatísticas estão disponíveis eletronicamente no site do BM até o dia 30 do mês seguinte. O público em geral é informado dessa prática por meio de avisos publicados nos principais jornais do país.

### **5.1.4 Publicação simultânea**

Banco Central

Os dados estatísticos monetários e da BOP são divulgados simultaneamente para todos os usuários. Na Internet, as estatísticas são atualizadas mensalmente e o boletim de estatísticas aparece trimestralmente. Quando os dados são divulgados, nenhuma distinção é feita entre as agências do governo e o público, pois todos recebem acesso ao mesmo tempo.

### **5.1.5 Disseminação a pedido**

## **5.2 Metadados**

### **5.2.1 Divulgação de documentação sobre conceitos, escopo, classificações, bases de registro, fontes de dados e técnicas estatísticas**

Um documento abrangente de fontes e métodos (chamado guia de compilação) é publicado e atualizado regularmente, e inclui o seguinte:

- Informações sobre conceitos, definições, classificações, fontes de dados, compilação;
- Métodos, técnicas estatísticas e outros aspectos e procedimentos metodológicos relevantes;
- Informações sobre fontes de pesquisa, como características da pesquisa.

Os metadados estão prontamente acessíveis.

## **5.3 Assistência aos usuários**

### **5.3.2 Disponibilidade de catálogos de documentos e serviços**

Banco Central

- Publicou uma série de dados disponíveis (5 anos) no site do BM e no boletim de estatísticas;
- Notas explicativas e metodológicas publicadas e pessoas de contato no site, no boletim de estatísticas e no relatório anual da BOP;
- Preparou documentação sobre os conceitos, cobertura, classificação, base de registro, fontes de dados e técnicas de compilação das estatísticas monetárias e da BOP produzidas pelo Banco de Moçambique (Guia de Compilação da BOP de Moçambique);
- Definiu a política de revisão das estatísticas da BOP;
- Metadados abrangentes e disseminados abrangendo todas as categorias de dados recomendadas no âmbito do GDDS;
- Realização de seminário para instituições de crédito sobre a metodologia de compilação de estatísticas monetárias.

## **7.5 ANEXO 5 – METADADOS REPORTADOS POR SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE AO FMI**

### **0. Pré-requisitos**

#### **0.1 Ambiente legal**

##### **0.1.1 Responsabilidade pela recolha, processamento e disseminação de estatísticas**

Banco Central

As atividades do Banco Central de STP são regidas pela Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe (Lei 8/1992), pela Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei 5/1998) e pela Lei Cambial (Lei 32/1999).

De acordo com o Artigo 8, seção 2J da Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe de 28 de Julho de 1992, “é responsabilidade do Banco Central garantir a recolha, centralização e processamento de dados e a consequente preparação de estatísticas monetárias, financeiras e de intercâmbio consideradas necessárias para a adequada informação, supervisão, controle de políticas a serem desenvolvidas. O artigo 32, parágrafo (a) estabelece que “é de responsabilidade do Banco Central de São Tomé e Príncipe regular as operações dos mercados monetário, financeiro e cambial.

A gestão e o acompanhamento da preparação das estatísticas da balança de pagamentos são protegidos conforme prescrito nos termos e condições da Lei 8/92 de 28 de julho, a Lei Orgânica do Banco, e a Lei 5/98 de 5 de dezembro, a Lei Básica no Sistema Nacional de Estatística do qual o BCSTP faz parte.

##### **0.1.2 Partilha de dados e coordenação entre agências produtoras de dados**

Banco Central

O Artigo 32, parágrafo (j) da Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe estabelece que, para os fins dessa lei, todas as instituições de crédito e outras instituições que lhe são atribuídas por lei são consideradas sujeitas à supervisão do Banco Central. Para este efeito, todas as instituições de crédito e outras instituições financeiras sob a supervisão do Banco Central de São Tomé e Príncipe devem preparar balanços e relatórios periódicos analíticos utilizando os formatos estabelecidos pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe nos termos da Lei n.º 9 / 1992, datada de 28 de julho daquele ano - a Lei de Instituições Financeiras.

De acordo com o artigo 40 da Lei de Instituições Financeiras (Lei 9/92), as instituições financeiras devem preparar balanços e relatórios periódicos usando os formatos estabelecidos pelo Banco Central, fornecendo informações sobre sua situação administrativa e operacional, liquidez, solvência e lucratividade. para que a estabilidade de sua situação financeira e tendências de desenvolvimento possam ser avaliadas.

### **1. Integridade**

#### **1.2 Transparência**

## **1.2.2 Acesso governamental interno às estatísticas antes da publicação**

Banco Central

Não há disposição legal que exija que os dados sejam recebidos pelas autoridades governamentais antes de serem liberados; Assim, os dados são divulgados e analisados pelo conselho técnico do Banco Central e enviados para todos os usuários ao mesmo tempo.

## **1.2.3 Atribuição de produtos estatísticos**

Banco Central

Geralmente não há comentários ministeriais quando as estatísticas são divulgadas.

## **1.2.4 Aviso prévio de grandes mudanças na metodologia, dados de base e técnicas estatísticas.**

Banco Central

Mudanças substanciais na metodologia de dados, fontes e técnicas estatísticas não são anunciadas com antecedência. Mudanças importantes na metodologia, como a conversão da balança de pagamentos do BPM4 para o BPM5, são lançadas ao mesmo tempo que as novas estatísticas.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Conceitos e definições**

#### **2.1.1 Conceitos e definições**

A Balança de Pagamentos em São Tomé e Príncipe registra as principais transações realizadas pelo Governo, Banco Central, Instituições Financeiras, Empresas, Organizações Não-Governamentais e indivíduos que residem no país com o resto do mundo.

A compilação destas é da responsabilidade da Direção de Estatísticas Económicas e Financeiras (DEEF) do Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) seguindo a metodologia da 6ª edição da Balança de Pagamentos do FMI e da Posição de Investimento Internacional. Manual.

A Balança de Pagamentos do Banco Central de S. Tomé e Príncipe é compilada e publicada trimestralmente no site do Banco Central de S. Tomé e Príncipe ([www.bcstp.st/estatistica.aspx](http://www.bcstp.st/estatistica.aspx)), com os dados apresentados em milhões de dólares americanos.

A fim de recolher informações para compilar a balança de pagamentos, as principais fontes de informação são as seguintes: Instituto Nacional de Estatística: estatísticas do comércio externo baseadas em relatórios da Direcção-Geral das Alfândegas; Ministério das Finanças: doações e empréstimos para projetos de investimento público; Serviços de Imigração e Fronteiras: turismo; Direcção da Indústria e Comércio: doações de alimentos; Instituições de crédito e não-financeiras: ativos e passivos de comércio exterior; e Gabinete de Gestão da Dívida: desembolsos e serviços relacionados com a dívida pública externa.

## **2.2 Escopo**

### **2.2.1 Escopo**

Âmbito dos dados

Unidades cobertas:

As estatísticas da balança de pagamentos cobrem as principais transações realizadas entre o Governo, a Autoridade Monetária, Instituições Financeiras e Não Financeiras e indivíduos residentes em São Tomé e Príncipe com o resto do mundo, durante um ano.

O conceito de residência tem por base o centro de interesse econômico do setor que participa de uma transação, conforme definido no Manual da Balança de Pagamentos e na Posição do Investimento Internacional do FMI.

Operações cobertas:

A Balança de Pagamentos cobre as principais transações financeiras correntes que São Tomé e Príncipe realiza com o resto do mundo, embora existam algumas restrições, nomeadamente:

- Alguns itens da balança ainda são estimados, levando em consideração a resposta mínima dos provedores de informações (por exemplo, viagens e turismo, seguros);
- A diferença significativa entre a informação fornecida e o tipo de informação esperada, especialmente no que diz respeito aos subcomponentes da conta financeira.

Cobertura geográfica:

A Balança de Pagamentos cobre todo o espaço geográfico de referência da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

Atividade não registrada

As estimativas estão preparadas para determinar os prêmios de seguros e seguros relativos a *commodities*.

Não se elaboram estimativas relativas ao setor informal, embora sejam proporcionalmente significativas no universo das transações (especialmente financeiras) realizadas nessa economia.

## **2.3 Classificação / setorização**

### **2.3.1 Classificação / setorização**

Sistema de classificação:

A balança de pagamentos é classificada de acordo com a 6ª edição do Manual de Balança de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional do FMI.

A balança analítica apresenta todas as transações entre residentes e não residentes, estruturadas em três componentes principais:

**Balança corrente:** Agrupa as importações e exportações da balança de bens e serviços (reparos, transporte, correio, viagem, construção, seguros, financeiro, propriedade intelectual, telecomunicações, bens pessoais, recreativos, culturais, ativos governamentais), do rendimento primário (salários dos empregados), retorno do investimento e outros rendimentos primários) e rendimento secundário (impostos e direitos, benefícios do governo, cooperação internacional corrente, prêmios de seguro não-vida e outras transferências correntes).

**Balança de capital:** inclui ativos não financeiros e transferências de capital (alívio/cancelamento de dívidas e outras transferências de capital).

**Balança Financeira:** inclui investimento direto (participação em ações, instrumentos de dívida), investimentos de carteira (participação em ações, obrigações governamentais), derivados financeiros, outros investimentos (outras participações, divisas e depósitos, empréstimos, garantias de seguros e fundos de pensões, adiantamentos comerciais e créditos comerciais, outras contas a receber e contas a pagar, direitos de saque especiais) e ativos de reserva (ouro monetário, direitos de saque especiais, posição de reserva no Fundo Monetário Internacional e outros ativos de reserva).

## **2.4 Base de registo**

### **2.4.1 Avaliação**

As transações são avaliadas a preço de mercado. Dos registros de *commodities* e comércio de mercadorias, as exportações e importações são registradas numa base FOB. O BCSTP ajusta os valores de importação deduzindo 10% para calcular seguros, prêmios e sinistros.

### **2.4.2 Base de registo**

A Balança de Pagamentos é apresentada em milhões de dólares norte-americanos. A conversão de dados em moeda nacional (Dobras) é feita de acordo com a taxa de câmbio média do período. A taxa de câmbio utilizada é a do Banco Central, obtida no site da entidade: <http://bcstp.st/Cambio.aspx>

As transações comerciais de bens, em termos genéricos, são registradas no momento físico em que bens ou mercadorias entram e saem fisicamente do país, ou seja, quando cruzam as fronteiras do país. No entanto, deve-se enfatizar que as importações de combustível são registradas como importações não quando atravessam as fronteiras do país, mas quando deixam as câmaras de compensação da alfândega.

Para a maioria dos serviços, receitas, transferências e operações de capital de médio e longo prazo, os registros são feitos com base no princípio do regime de caixa, ou seja, no momento em que a transação realmente ocorre.

## **3. Precisão e confiabilidade**

### **3.1 Dados de base**

#### **3.1.1 Programas de recolha de dados de base**

A informação para compilação vem principalmente do Instituto Nacional de Estatística: estatísticas do comércio externo baseadas em relatórios da Direcção-Geral das Alfândegas; Ministério das Finanças: doações e empréstimos para projetos de investimento público; Serviços de Imigração e Fronteiras: turismo; Direcção da Indústria e Comércio: doações de alimentos; Instituições financeiras e não financeiras (ativos e passivos de comércio exterior); e Gabinete de Gestão da Dívida: desembolsos e serviços relacionados com a dívida pública externa; e o setor privado não financeiro, por meio de pesquisas.

Exportação e importação de mercadorias:

As estatísticas do comércio internacional de produtos básicos abrangem as importações e exportações de produtos básicos com base em relatórios do INE (Instituto Nacional de Estatística) que, por sua vez, recebe relatórios da Direcção-Geral das Alfândegas.

A Direcção-Geral das Alfândegas envia ao INE os seus registos sobre as exportações recolhidas numa base FOB e sobre as importações numa base de dados CIF, desagregados em produtos principais, origem e destino das mercadorias, valor e valor aduaneiro. Exportações e importações são publicadas numa base FOB.

As estatísticas do comércio externo respeitam o conceito de comércio geral. O conceito de comércio especial não é aplicado. Em geral, as estatísticas do comércio são compiladas de acordo com as recomendações das Nações Unidas. Os produtos são decompostos em produtos de acordo com o Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias e por país de acordo com os códigos ISO.

Serviços:

A maioria dos dados relativos a transporte, viagem e outros serviços é reportada por instituições financeiras e não financeiras. As estatísticas sobre viagens e turismo são coletadas com base em pesquisas administradas a viajantes estrangeiros e em dados sobre informações estatísticas sobre turismo fornecidas pelo Serviço de Imigração e Fronteiras. Com base no frete para produtos importados, estima-se que 30% da tarifa de 10% para serviços de seguros, com os outros 70% representando a estimativa de prêmios de seguro.

Rendimento Primário:

Informações relativas a salários de empregados, juros de investimento direto, dividendos e juros sobre investimento de carteira vêm de pesquisas trimestrais administradas a bancos comerciais e empresas não financeiras. Quanto ao rendimento gerado por outros investimentos, as informações são provenientes de bancos comerciais, empresas não financeiras e do relatório mensal sobre receita de investimentos no exterior, emitido pelo Banco Central.

Rendimento Secundário:

Os dados sobre o rendimento corrente do setor público são capturados na tabela de operações financeiras do governo fornecida pelo Ministério da Fazenda, que espelha doações para verbas orçamentárias, em declarações de importação fornecidas pela alfândega e fornecidas pelo Instituto Nacional de Estatísticas que indicam doações não monetárias e relatório mensal sobre operações em moeda estrangeira, onde outras receitas do setor público também são reportadas. As transferências pessoais são compiladas de acordo com dados de pesquisas para instituições financeiras e outras instituições que lidam com transações monetárias de emigrantes. Os prêmios líquidos (débito) são provenientes de estimativas de 70% dos 10% do valor do frete das importações declaradas pela alfândega. Os pedidos de seguro não-vida (crédito) são compilados a partir de inquéritos administrados a seguradoras.

Outras transferências de capital:

Os dados sobre outras transferências de capital provêm do quadro de operações financeiras do Governo, fornecido pelo Ministério das Finanças, que espelha as doações para projetos, bem como de depósitos no âmbito do Programa HIPC (*Highly Indebted Poor Countries*) fornecido pelo Departamento de Gestão da Dívida.

Investimento direto:

Os dados sobre investimentos diretos são provenientes de informações fornecidas por pesquisas administradas trimestralmente para empresas do setor de petróleo e uma amostra das maiores empresas de investimento privado; e pesquisas mensais para instituições financeiras e agências de seguros.

Investimento de portfólio:

Os dados registrados vêm de pesquisas administradas às instituições financeiras (bancos comerciais e seguradoras) e instituições privadas não-financeiras.

Derivados Financeiros:

Os dados registrados vêm de pesquisas administradas às instituições financeiras (bancos comerciais e seguradoras) e instituições privadas não-financeiras.

Outro investimento:

Os dados são provenientes de relatórios sobre algumas aplicações do Banco Central e pesquisas administradas a instituições financeiras (bancos comerciais e seguradoras) e instituições privadas não-financeiras e ao Departamento de Administração da Dívida.

Ativos de reserva:

Informação recolhida junto do Banco Central de São Tomé e Príncipe (Direção de Estatísticas Económicas e Financeiras).

### **3.3 Técnicas estatísticas**

#### **3.3.1 Técnicas estatísticas dos dados de base**

O Instituto Nacional de Estatística envia ao Banco Central seus registros de exportação numa base FOB e de importação numa base CIF, como meio digital, devidamente discriminado por categoria de produto, peso, origem e destino das *commodities*, valor do frete, volume e valor aduaneiro das exportações e importações. O Banco Central faz ajustes baseados no valor do frete dos quais 10% do valor do frete, 30% cobrirão seguros diretos de *commodities* e 70% cobrirão os prêmios e reclamações de seguro. Na balança de serviço, estima-se o rendimento das viagens com base no relatório de informações sobre os viajantes fornecidos pela Agência de Imigração e Serviço de Fronteiras, juntamente com inquéritos a viajantes estrangeiros.

#### **4. Facilidade de Manutenção**

##### **4.1 Periodicidade e pontualidade**

###### **4.1.1 Periodicidade**

Os dados estatísticos sobre a Balança de Pagamentos são compilados trimestralmente e divulgados trimestralmente e anualmente.

###### **4.1.2 Pontualidade**

A Balança de Pagamentos é publicada três meses após o período de referência.

##### **4.2 Consistência**

###### **4.2.2 Consistência temporal**

O BCSTP não realiza ajustes sazonais.

A elaboração de estatísticas sobre a balança de pagamentos é garantida pela Lei n.º 8/92, de 3 de Agosto, da Lei-Quadro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, que atribui a estes poderes a recolha de informação necessária para compilar as estatísticas acima mencionadas, e pela lei geral sobre sigilo estatístico (Lei 5/98, de 5 de Dezembro, Lei Básica do Instituto Nacional de Estatística).

##### **4.3 Revisão**

###### **4.3.1 Cronograma de revisão**

Banco Central

Não há procedimento de revisão sobre estatísticas monetárias e financeiras.

###### **4.3.2 Identificação de dados preliminares e/ou revisados**

Banco Central

Os utilizadores da informação estatística da balança de pagamentos não são informados das políticas, princípios que orientam uma revisão, o calendário de revisões de dados preliminares ou o período a que estes dados se referem. Dados provisórios são identificados nas tabelas publicadas, mas não há menção às revisões feitas.

## **5. Acessibilidade**

### **5.1 Dados**

#### **5.1.3 Calendário de Publicação antecipado**

Banco Central

Não é publicado um calendário de divulgação das publicações do BCSTP.

#### **5.1.4 Publicação simultânea**

Banco Central

O Banco Central de São Tomé e Príncipe divulga estatísticas monetárias e financeiras e estatísticas da balança de pagamentos para todos os usuários simultaneamente no seu site. As informações também são divulgadas trimestralmente no Boletim de Estatísticas Econômicas e anualmente no Relatório Anual do BCSTP.

## **7.6 ANEXO 6 – METADADOS REPORTADOS PELA GUINÉ BISSAU AO FMI**

### **0. Pré-requisitos**

#### **0.1 Ambiente legal**

##### **0.1.1 Responsabilidade pela recolha, processamento e disseminação de estatísticas**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Nos termos do artigo 19.º do Tratado que institui a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e do artigo 69.º dos Estatutos do Banco Central, este "[...] deve elaborar um extrato mensal das suas contas, que será publicado no "Diário Oficial" de cada um dos Estados que participam da sua gestão. [Ele] também deve produzir uma declaração mensal, para cada agência, de moeda em circulação, moeda emitida e suas contrapartes.

"O artigo 70.º dos Estatutos dispõe que" Um relatório sobre as alterações do inquérito monetário da União e sobre as operações do Banco Central durante cada exercício financeiro será feito ao Conselho de Administração [...] e será submetido ao Conselho de Ministros da União e aos chefes dos Estados que participam na gestão do Banco. "

Antes de 1998, os formuladores de políticas nacionais atribuíam a responsabilidade do Banco Central pela produção de dados da balança de pagamentos. Desde então, em virtude do Regulamento R09 / 98 / CM / UEMOA da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) de 20 de Dezembro de 1998, o Banco Central foi encarregado da produção de estatísticas anuais da balança de pagamentos pela autoridade regional. Consequentemente, o Banco deve tomar todas as medidas necessárias para realizar essa tarefa.

##### **0.1.2 Partilha de dados e coordenação entre agências produtoras de dados**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Para esse fim, o Artigo 24 dos Estatutos do Banco Central estabelece o seguinte: "O Banco Central terá o direito de receber das instituições bancárias e financeiras todos os documentos e informações necessários para o desempenho de suas funções. Também poderá entrar diretamente em relações com empresas e agrupamentos profissionais, a fim de realizar investigações necessárias à sua informação e do Conselho de Ministros [...] da União. "

##### **0.1.3 Confidencialidade dos dados de repórteres individuais**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Os dados reportados por bancos e instituições financeiras são reportados apenas como dados consolidados ou agregados. Nos termos do artigo 47.º dos Estatutos do Banco Central, "O Governador, o Vice-Governador e todo o pessoal do Banco Central estão sujeitos a segredo profissional, sujeitos às penalidades previstas na legislação penal."

### **1. Integridade**

## **1.1 Profissionalismo**

### **1.1.1 Imparcialidade das estatísticas**

Balança de pagamentos

Todo o processo de compilação é realizado em nível técnico.

### **1.1.2 Seleção de fontes, metodologia e modos de disseminação**

Balança de pagamentos

Esta seleção de fontes de dados, metodologia e modos de disseminação são escolhidos pela sede de acordo com padrões metodológicos internacionais.

## **1.2 Transparência**

### **1.2.1 Divulgação de termos e condições para recolha, processamento e disseminação de dados estatísticos**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Todos os textos citados acima são acessíveis ao público mediante solicitação.

Para mais informações, visite o site do BCEAO: [www.bceao.int](http://www.bceao.int) (francês)

### **1.2.2 Acesso governamental interno às estatísticas antes da Publicação**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Nenhuma autoridade administrativa nacional ou regional tem acesso aos dados monetários antes da divulgação. Somente o Banco Central está autorizado a estabelecer as condições e procedimentos para preparar as estatísticas monetárias e para determinar como elas serão publicadas. No entanto, a versão final da balança de pagamentos é aprovada pelas autoridades da Guiné-Bissau.

### **1.2.3 Atribuição de produtos estatísticos**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Não é necessário qualquer comentário das autoridades nacionais antes ou após a publicação das estatísticas monetárias ou da balança de pagamentos.

### **1.2.4 Aviso prévio de grandes mudanças na metodologia, dados de base e técnicas estatísticas.**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Mudanças na metodologia geralmente não são anunciadas com antecedência. No entanto, os principais parceiros do BCEAO (bancos e instituições financeiras, administrações) são sistematicamente consultados ou incluídos nas deliberações sobre as estatísticas monetárias. Da

mesma forma, seminários de formação ou sensibilização são frequentemente organizados pelos parceiros nacionais do BCEAO.

Mudanças metodológicas nos dados da balança de pagamentos são anotadas nas publicações relevantes.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Conceitos e definições**

#### **2.1.1 Conceitos e definições**

A balança de pagamentos da Guiné-Bissau é a declaração estatística ou resumo das transações econômicas de residentes e não-residentes. Sua apresentação está em conformidade com o Manual de Posição Internacional de Investimento e Investimento do Fundo Monetário Internacional, 6ª edição (BPM6). A Guiné-Bissau está a utilizar a aplicação de software desenvolvida pelo BCEAO para a União Económica e Monetária da África Ocidental (WAEMU). A adoção formal das estatísticas da balança de pagamentos é o resultado de um processo entre a agência nacional do BCEAO e o Ministério das Finanças. O Comitê da Balança de Pagamentos é responsável pela validação das estatísticas da Balança de Pagamentos.

A Guiné-Bissau aderiu à UEMOA em maio de 1997 e todos os países da área adotaram o BPM6 em 2011.

## **2.2 Escopo**

### **2.2.1 Escopo**

Âmbito dos dados

Ajustes no escopo são feitos para levar em conta a importação e exportação de bens não registrados em dados aduaneiros.

Ajustes de valor são feitos nas exportações de castanha de caju. O valor das exportações relatadas por essas entidades é cruzado com os dados alfandegários.

## **2.3 Classificação / setorização**

### **2.3.1 Classificação / setorização**

Setorização e classificação de acordo com o BPM6.

## **2.4 Base de registo**

### **2.4.1 Avaliação**

Transações cambiais são convertidas em francos CFA.

Preços de mercado são usados.

O comércio de mercadorias é registrado numa base f.o.b. (livre a bordo). Às estatísticas aduaneiras, que são a principal fonte de dados, é necessária uma correção c.i.f./f.o.b.

#### **2.4.2 Base de registo**

As transações da balança de pagamentos são compiladas principalmente numa base pagamentos/desembolsos.

#### **2.4.3 Procedimentos de cálculo de valores brutos/líquidos**

É adotado o registo em termos brutos para todas as transações

### **3. Precisão e confiabilidade**

#### **3.1 Dados de base**

##### **3.1.1 Programas de recolha de dados de base**

Os dados são recolhidos a partir de liquidações bancárias, formulários de inquéritos (empresas, embaixadas, organizações de internacionalização, Ministro das Finanças) e dados bilaterais da UEMOA.

##### **3.1.3 Pontualidade dos dados de base**

Liquidações bancárias: dois meses

Formas de pesquisa (empresas, embaixadas, organizações de internacionalização, Ministro das Finanças): cinco meses

Dados bilaterais da UEMOA: nove meses

#### **3.2 Avaliação de dados de base**

##### **3.2.1 Avaliação dos dados de base**

A qualidade das respostas fornecidas pelas empresas aos formulários de pesquisa pode ser melhorada.

#### **3.4 Validação de dados**

##### **3.4.1 Validação de resultados intermediários**

Com base no conhecimento e na experiência de compiladores e software, o BPT fornece algumas verificações.

### **4. Facilidade de Manutenção**

#### **4.1 Periodicidade e pontualidade**

##### **4.1.1 Periodicidade**

A balança de pagamentos e a PII são divulgados anualmente.

#### **4.1.2 Pontualidade**

A balança de pagamentos e a PII são divulgados dez meses após o período de referência.

#### **4.2 Consistência**

##### **4.2.1 Consistência interna**

Os dados podem ser cruzados com a tabela anual de fluxos governamentais (TOFE), conforme divulgado no "Relatório Anual" do BCEAO.

#### **4.3 Revisão**

##### **4.3.1 Cronograma de revisão**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

##### **4.3.2 Identificação de dados preliminares e / ou revisados**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

#### **5. Acessibilidade**

##### **5.1 Dados**

##### **5.1.2 Mídia e formato de disseminação**

Cópia impressa - boletim semanal

Cópia impressa - Boletim Mensal

Cópia impressa - boletim trimestral

“Balança de Pagamentos” (em Português e Francês)

Cópia impressa – Outros

Balança de Pagamentos e Posição Externa Geral publicados anualmente.

Boletim-Eletrônico ou dados on-line

[www.izf.net/izf/Guide/TableauDeBord/guinee\\_bissau.htm](http://www.izf.net/izf/Guide/TableauDeBord/guinee_bissau.htm)

Eletrônico - Outro

Balança de Pagamentos e Posição Externa Geral publicado anualmente na página web do BCEAO.

##### **5.1.3 Calendário de divulgação antecipado**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Atualmente, os calendários de divulgação não são anunciados com antecedência. Isto está previsto no contexto da reforma do "Boletim de Informação e Estatística".

#### **5.1.4 Publicação simultânea**

Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)

Os dados monetários são divulgados simultaneamente para todos os usuários. De fato, os Boletins Estatísticos e de Informação são enviados a todos os assinantes ao mesmo tempo, sem nenhuma ordem particular (ministérios, universidades, organizações regionais ou internacionais, embaixadas, etc.). As cópias também são disponibilizadas ao público através do Serviço de Documentação do BCEAO.

No caso particular das taxas de juro, o público e todos os bancos são notificados das alterações feitas pelo BCEAO na data da alteração. Assim que estiverem disponíveis, estes dados também são transmitidos pela sede do BCEAO para o Departamento de Estatística do FMI por fax ou e-mail.

Os agregados da balança de pagamentos aparecem anualmente numa brochura intitulada "Balanço de Pagamentos da Guiné-Bissau".

### **5.2 Metadados**

#### **5.2.1 Divulgação de documentação sobre conceitos, escopo, classificações, bases de registro, fontes de dados e técnicas estatísticas**

Nós não temos.

## **7.7 ANEXO 7 – METADADOS REPORTADOS POR ANGOLA AO FMI**

### **0. Pré-requisitos**

#### **0.1 Ambiente legal**

##### **0.1.1 Responsabilidade pela coleta, processamento e disseminação de estatísticas**

###### Banco Nacional de Angola

O Banco Nacional de Angola (BNA) recolhe e compila estatísticas ao abrigo do Artigo 16 da Lei no16 / 10, Lei do Banco Nacional de Angola, segundo a qual o BNA é responsável pela recolha, compilação e divulgação das estatísticas monetárias, financeiras, da balança de pagamentos e estatísticas cambiais, bem como quaisquer outras estatísticas consideradas necessárias no âmbito da sua atividade.

De acordo com o Artigo 17 desta Lei, a BNA pode exigir que qualquer entidade pública ou privada forneça diretamente as informações necessárias para conduzir suas atividades do banco central, nomeadamente no que diz respeito às políticas monetária e cambial e sistemas de pagamentos. Este artigo regula que a recusa em fornecer as informações exigidas e a prestação de informações falsas é punida com penalidades por crimes de desobediência e deturpação, respetivamente, sob a Lei Penal.

A atividade estatística da BNA também é regulada pelo Artigo 10 da Lei do Sistema Estatístico Nacional, Lei no3/11, segundo a qual é obrigatório fornecer informações exigidas pela entidade responsável pela produção de estatísticas oficiais. Segundo esta lei, as informações fornecidas só podem ser usadas para fins estatísticos.

###### Balança de pagamentos

O Banco Nacional de Angola (BNA) recolhe e compila estatísticas ao abrigo do artigo 16º da Lei n.º 16/10 (Lei do Banco Nacional de Angola), segundo a qual o BNA é responsável pela recolha, compilação e divulgação das estatísticas monetárias, financeiras, da balança de pagamentos e estatísticas cambiais, bem como quaisquer outras estatísticas consideradas necessárias no âmbito da sua atividade.

De acordo com o Artigo 17º desta Lei, o BNA pode exigir que qualquer entidade pública ou privada forneça diretamente as informações necessárias para conduzir suas atividades do banco central, nomeadamente no que diz respeito às políticas monetária e cambial e aos sistemas de pagamentos. Este artigo regula que a recusa em fornecer as informações exigidas e a prestação de informações falsas é punida com penalidades por crimes de desobediência e deturpação, respetivamente, sob a Lei Penal.

A atividade estatística do BNA é igualmente regulada pelo artigo 10.º da Lei n.º 3/11 (Lei do Sistema Estatístico Nacional), segundo a qual é obrigatório fornecer informações exigidas pela

entidade responsável pela produção de estatísticas oficiais. Segundo esta lei, as informações fornecidas só podem ser usadas para fins estatísticos.

### **0.1.2 Partilha de dados e coordenação entre agências produtoras de dados**

Banco Nacional de Angola

O Departamento de Estatística participa do Comitê Consultivo Técnico, presidido pelo Instituto Nacional de Estatística. Esse Comitê se reúne periodicamente para avaliar e coordenar questões emergentes estatísticas, promover o entendimento adequado dos requisitos de dados e discutir procedimentos para evitar a duplicação de esforços.

Balança de pagamentos

O Departamento de Estatística participa do Comitê Consultivo Técnico, presidido pelo Instituto Nacional de Estatística. Esse Comitê se reúne periodicamente para avaliar e coordenar questões emergentes estatísticas, promover o entendimento adequado dos requisitos de dados e discutir procedimentos para evitar a duplicação de esforços.

### **0.1.3 Confidencialidade dos dados de reportes individuais**

Banco Nacional de Angola

O sigilo estatístico é salvaguardado pelo artigo 96 da Lei no.16 / 10, Lei do Banco Nacional de Angola e artigo 61 da Lei no 13/05, Lei das Instituições Financeiras, segundo a qual as informações relativas a todas as atividades do BNA são estritamente confidenciais e cobertas por disposições de sigilo bancário.

O Código de Conduta para o pessoal do BNA fornece as diretrizes para a conduta profissional de todos os seus funcionários, incluindo a adesão estrita às disposições de sigilo bancário. Além disso, existem mecanismos para salvaguardar o acesso aos sistemas de informação e para impedir o acesso não autorizado a dados individuais.

O Código de Conduta das Estatísticas da BNA reforça a confidencialidade dos dados dos reportes individuais e de seu uso apenas para fins estatísticos. Este código inclui indicadores de referência das práticas em vigor no que diz respeito à confidencialidade dos dados de repórteres individuais.

Balança de pagamentos

O sigilo estatístico é salvaguardado pelo artigo 96.º da Lei n.º 16/10 (Lei do Banco Nacional de Angola) e pelo artigo 61.º da Lei n.º 13/05 (Lei das Instituições Financeiras), segundo o qual as informações relativas a todas as atividades do BNA são estritamente confidenciais e abrangidos pelas disposições em matéria de sigilo bancário.

O Código de Conduta para o pessoal da BNA fornece as diretrizes para a conduta profissional de todos os seus funcionários, incluindo a adesão estrita às disposições de sigilo bancário. Além disso, existem mecanismos para salvaguardar o acesso aos sistemas de informação e para impedir o acesso não autorizado a dados individuais.

O Código de Conduta das Estatísticas da BNA reforça a confidencialidade dos dados de um reporte individual e de seu uso apenas para fins estatísticos. Este código inclui indicadores de referência das práticas em vigor no que diz respeito à confidencialidade dos dados de repórteres individuais.

#### **0.1.4 Assegurando os reportes estatísticos**

Banco Nacional de Angola

A comunicação de balanços mensais ao BNA é obrigatória para todas as outras sociedades depositárias, no prazo de 10 dias após o final do mês de referência. Para minimizar a carga do relatório, os balanços incluem códigos utilizados para fins estatísticos nas estatísticas monetárias. Embora as penalidades por descumprimento estejam previstas no Artigo 17 da Lei no 16/10, elas raramente são aplicadas, pois o BNA se baseou na persuasão moral.

No caso de pesquisas usadas para compilar a balança de pagamentos e a posição de investimento internacional, os respondentes não estão sujeitos a penalidades e os compiladores da BOP desenvolvem e mantêm contatos estreitos com os principais repórteres de dados. Esta abordagem teve resultados mistos, pois há desafios de taxas de resposta baixas e / ou tardias.

Balança de pagamentos

A comunicação de balanços mensais ao BNA é obrigatória para todas as outras sociedades depositárias, no prazo de 10 dias após o final do mês de referência. Para minimizar a carga do relatório, os balanços incluem códigos utilizados para fins estatísticos nas estatísticas monetárias. Embora as penalidades por descumprimento estejam previstas no Artigo 17º da Lei no 16/10, elas raramente são aplicadas, pois o BNA se baseou na persuasão moral.

No caso das pesquisas usadas para compilar a Balança de Pagamentos (BOP) e a Posição de Investimento Internacional (PII), os respondentes não estão sujeitos a penalidades e os compiladores da BOP desenvolvem e mantêm contatos próximos com os principais reportantes de dados. Esta abordagem teve resultados mistos, pois há desafios de taxas de resposta baixas e / ou tardias.

### **0,2 Recursos**

#### **0.2.1 Pessoal, instalações, recursos informáticos e financiamento**

No geral, o número de funcionários não é adequado para executar as tarefas atuais. Especial atenção foi dada ao treinamento de pessoal em metodologias para compilar a Balança de Pagamentos. Recursos de informática (hardware e software) utilizados para compilar a Balança de Pagamentos (BOP) são geralmente adequados, bem como os recursos financeiros alocados para esse fim.

### **1. Integridade**

#### **1.1 Profissionalismo**

##### **1.1.1 Imparcialidade das estatísticas**

## Banco Nacional de Angola

A cultura do profissionalismo é reconhecida e estabelecida nos procedimentos de elaboração de relatórios e procedimentos de compilação em vigor. A equipe do DES se sente livre de influência indevida da alta administração na condução de suas tarefas. Os mecanismos de compilação das estatísticas monetárias e do setor externo, incluindo treinamento nas metodologias e métodos de compilação, são favoráveis à independência profissional dos compiladores do BNA.

O Código de Conduta das Estatísticas do BNA reitera o compromisso com a independência profissional de seus processos estatísticos e fornece indicadores de referência para as práticas em vigor.

## Balança de pagamentos

A cultura do profissionalismo é reconhecida e estabelecida nos procedimentos de elaboração de relatórios e procedimentos de compilação em vigor. A equipe do DES se sente livre de influência indevida da alta administração na condução de suas tarefas. Os mecanismos de compilação das estatísticas monetárias e do setor externo, incluindo treinamento nas metodologias e métodos de compilação, são favoráveis à independência profissional dos compiladores do BNA.

O Código de Conduta das Estatísticas do BNA reitera o compromisso com a independência profissional de seus processos estatísticos e fornece indicadores de referência para as práticas em vigor.

### **1.1.2 Seleção de fontes, metodologia e modos de disseminação**

## Banco Nacional de Angola

A escolha de fontes de dados, técnicas estatísticas e o tempo, mídia e outros aspetos da disseminação são baseados exclusivamente em considerações estatísticas. As estatísticas monetárias são compiladas a partir dos registros contábeis do BNA e ODCs. Os requisitos de relatórios para as ODCs foram recentemente revisados para atender tanto aos requisitos de supervisão bancária quanto à compilação de estatísticas monetárias.

No que diz respeito à balança de pagamentos e outras estatísticas do setor externo, as fontes de dados são selecionadas com base na disponibilidade, na importância relativa de reportes individuais em termos de cobertura do universo, bem como na disponibilidade de recursos (aplicativos de software e equipe). A seleção de técnicas estatísticas é informada pelo conhecimento e experiência de compilação do pessoal e pelos aplicativos de software disponíveis.

Os modos de disseminação são determinados com base no princípio da igualdade de acesso de todos os usuários e dependem de aplicativos de disseminação de dados disponíveis (para dados divulgados no site da BNA) e orientações sobre publicação de informações (para dados divulgados nos boletins estatísticos impressos).

## Balança de pagamentos

A escolha de fontes de dados, técnicas estatísticas e o tempo, mídia e outros aspetos da disseminação são baseados exclusivamente em considerações estatísticas. As estatísticas monetárias são compiladas a partir dos registros contábeis do BNA e ODCs. Os requisitos de relatórios para as ODCs foram recentemente revisados para atender tanto aos requisitos de supervisão bancária quanto à compilação de estatísticas monetárias.

No que diz respeito à balança de pagamentos e outras estatísticas do setor externo, as fontes de dados são selecionadas com base na disponibilidade, na importância relativa de reportes individuais em termos de cobertura do universo, bem como na disponibilidade de recursos (aplicativos de software e equipe). A seleção de técnicas estatísticas é informada pelo conhecimento e experiência de compilação do pessoal e pelos aplicativos de software disponíveis.

Os modos de disseminação são determinados com base no princípio da igualdade de acesso de todos os usuários e dependem de aplicativos de disseminação de dados disponíveis (para dados divulgados no site do BNA) e orientações sobre publicação de informações (para dados divulgados nos boletins estatísticos impressos).

## **1.2 Transparência**

### **1.2.1 Divulgação de termos e condições para recolha, processamento e disseminação de dados estatísticos**

Banco Nacional de Angola

O quadro regulamentar geral subjacente à função estatística da BNA pode ser encontrado na Lei do Banco Nacional de Angola (Lei no 16/10).

O Código de Práticas de Estatística da BNA estabelece o padrão para o desenvolvimento, produção e disseminação de estatísticas pela NBA. O Código baseia-se em 13 princípios relativos ao ambiente institucional, processos estatísticos e resultados estatísticos. O objetivo é assegurar que as estatísticas produzidas sejam precisas, relevantes e oportunas e que cumpram os valores de independência profissional, imparcialidade e objetividade. Um conjunto de indicadores de boas práticas para cada um dos 13 princípios fornece uma referência para medir a implementação do Código. O BNA adotou o Código em Setembro de 2014.

Ambos os documentos estão acessíveis no site do BNA [www.bna.ao](http://www.bna.ao)

Os termos e condições específicos sob os quais ambas as estatísticas são compiladas e divulgadas são postados nos metadados dos metadados do GDDS de Angola divulgados no site do Boletim de Padrões de Dados do FMI (DSBB). No que diz respeito às estatísticas monetárias, os termos e condições específicos, bem como a metodologia

Balança de pagamentos

O quadro regulamentar geral subjacente à função estatística do BNA pode ser encontrado na Lei do Banco Nacional de Angola (Lei no 16/10).

O Código de Práticas de Estatística da BNA estabelece o padrão para o desenvolvimento, produção e disseminação de estatísticas pela NBA. O Código baseia-se em 13 princípios relativos ao ambiente institucional, processos estatísticos e resultados estatísticos. O objetivo é assegurar que as estatísticas produzidas sejam precisas, relevantes e oportunas e que cumpram os valores de independência profissional, imparcialidade e objetividade. Um conjunto de indicadores de boas práticas para cada um dos 13 princípios fornece uma referência para medir a implementação do Código. O BNA adotou o Código em Setembro de 2014.

Ambos os documentos estão acessíveis no site do BNA [www.bna.ao](http://www.bna.ao)

Os termos e condições específicos sob os quais ambas as estatísticas são compiladas e divulgadas são postados nos metadados dos metadados do GDDS de Angola divulgados no site do Boletim de Padrões de Dados do FMI (DSBB). No que diz respeito às estatísticas monetárias, os termos e condições específicos, bem como a metodologia.

### **1.2.2 Acesso governamental interno às estatísticas antes da divulgação**

Banco Nacional de Angola

Não há acesso governamental ou outro às estatísticas antes de sua disseminação.

Balança de pagamentos

Não há acesso governamental ou outro às estatísticas antes de sua disseminação.

### **1.2.3 Atribuição de produtos estatísticos**

Banco Nacional de Angola

Os dados divulgados no site do BNA são claramente atribuídos ao BNA.

O Boletim Estatístico trimestral é claramente identificado como um produto do Departamento de Estatística do BNA.

O Boletim contém várias tabelas e cada tabela identifica claramente suas fontes, como é o caso dos dados compilados por outras agências oficiais e divulgados no Boletim.

Balança de pagamentos

Os dados divulgados no site do BNA são claramente atribuídos ao BNA.

O Boletim Estatístico trimestral é claramente identificado como um produto do Departamento de Estatística do BNA.

O Boletim contém várias tabelas e cada tabela identifica claramente suas fontes, como é o caso dos dados compilados por outras agências oficiais e divulgados no Boletim.

#### **1.2.4 Aviso prévio de grandes mudanças na metodologia, dados de base e técnicas estatísticas.**

Banco Nacional de Angola

Aviso prévio não é dado de grandes mudanças na metodologia. A introdução de grandes mudanças na metodologia de compilação de estatísticas monetárias de novas séries foi anunciada através de uma nota de informação estatística do Departamento de Estatística. A nota informativa foi incluída no boletim que continha as estatísticas monetárias novas / revisadas pela primeira vez. Cada tabela contém notas que alertam os usuários para revisões em séries históricas e quebras, devido a mudanças na metodologia.

Balança de pagamentos

Aviso prévio não é dado de grandes mudanças na metodologia. A introdução de grandes mudanças na metodologia de compilação de estatísticas monetárias de novas séries foi anunciada através de uma nota de informação estatística do Departamento de Estatística. A nota informativa foi incluída no boletim que continha as estatísticas monetárias novas / revisadas pela primeira vez. Cada tabela contém notas que alertam os usuários para revisões em séries históricas e quebras, devido a mudanças na metodologia.

### **1.3 Padrões éticos**

#### **1.3.1 Diretrizes para o comportamento do pessoal**

Banco Nacional de Angola

O Código de Conduta para o pessoal do BNA fornece as diretrizes para a conduta ética e profissional de todos os seus funcionários. O Código inclui padrões éticos, compromissos com confidencialidade e profissionalismo, restrições às atividades externas e evitação de conflitos de interesse.

Os funcionários estão totalmente cientes dessas diretrizes. Quando o Código foi emitido em 2011, todo o pessoal foi informado e obrigado a assinar. A nova equipe recebe uma cópia do Código de Conduta e é obrigada a assinar.

O Código de Estatística do BNA reitera ainda os princípios de confidencialidade e profissionalismo.

Balança de pagamentos

O Código de Conduta para o pessoal do BNA fornece as diretrizes para a conduta ética e profissional de todos os seus funcionários. O Código inclui padrões éticos, compromissos com confidencialidade e profissionalismo, restrições às atividades externas e evita de conflitos de interesse.

Os funcionários estão totalmente cientes dessas diretrizes. Quando o Código foi emitido em 2011, todo o pessoal foi informado e obrigado a assinar. A nova equipe recebe uma cópia do Código de Conduta e é obrigada a assinar.

O Código de Estatística do BNA reitera ainda os princípios de confidencialidade e profissionalismo.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Conceitos e definições**

#### **2.1.1 Conceitos e definições**

A Balança de Pagamentos (BOP) de Angola cobre todas as transações econômicas dos residentes do país com o resto do mundo durante um ano.

A BOP de Angola é compilada em dólares americanos pelo Departamento de Estatística do Banco Nacional de Angola (BNA), de acordo com a 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Internacional de Posição de Investimento (BPM6) do Fundo Monetário Internacional (FMI).

As transações são registadas com base no critério de compromisso ("*accrual basis*") e não verifica as diferenças entre os conceitos de BPM6 e os implementados em Angola.

Os dados são compilados trimestralmente com desagregação mensal e publicados anualmente.

As informações para a BOP são obtidas de diferentes fontes, nomeadamente, Instituições Governamentais, Sistema de Gestão da Dívida e Análise Financeira (DMFAS), Bancos Comerciais, Administração Tributária Geral (AGT), Portal da Instituição Financeira (PIF), Balanços para Contas Monetárias (2SR formulários de relatório padrão), Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), Banco de Compensações Internacionais (BIS), Empresas Públicas e Privadas, Unidade de Coordenação Técnica Ajuda Humanitária (UTCAH) e assim por diante.

## **2.2 Escopo**

### **2.2.1 Escopo**

#### **Âmbito dos dados**

O escopo geral e a cobertura das estatísticas da BOP são amplamente consistentes com as diretrizes apresentadas no BPM6.

Em princípio, a BOP abrange todas as transações entre residentes e não residentes na economia. Na prática, abrange as principais transações correntes e financeiras realizadas, embora com dificuldades em relação a dados sobre viagens, telecomunicações, informática e serviços de informação, entre outros.

A cobertura geográfica abrange o território da República de Angola, de acordo com a definição de território económico do BPM6.

#### **Exceções à cobertura**

Não há exceção, em termos de cobertura.

Atividade não registrada

Nenhuma atividade informal ou ilegal é registrada na Balança de Pagamento de Angola.

## **2.3 Classificação / setorização**

### **2.3.1 Classificação / setorização**

A classificação / setorização da BOP de Angola está basicamente de acordo com o BPM6.

## **2.4 Base para registo**

### **2.4.1 Avaliação**

A Balança de Pagamentos de Angola é compilada em dólares americanos. Os dados reportados em moeda nacional são convertidos em dólares norte-americanos pela taxa de câmbio média do período em que a transação ocorreu.

As transações são avaliadas a preços de mercado. As importações e exportações de mercadorias são avaliadas na base FOB.

### **2.4.2 Base de registo**

O período de registo é o momento em que o valor econômico que é o objeto da transação é criado, transformado, trocado, transferido ou extinto. No caso de importações e exportações, é o momento em que a mercadoria atravessa a fronteira.

Alguns dados são registrados em regime de caixa. Embora os dados em regime de acumulação e caixa estejam disponíveis para algumas transações dos registros contábeis.

- As mercadorias são registradas no momento em que cruzam a fronteira;
- Os serviços são registrados no momento em que o serviço é prestado;

As transações financeiras são em grande parte registradas em regime de competência.

### **2.4.3 Procedimentos de cálculo de valores brutos/líquidos**

Os procedimentos que usamos são amplamente consistentes com os padrões internacionalmente aceitos, seguindo as recomendações do BPM6.

## **3. Precisão e confiabilidade**

### **3.1 Dados de base**

#### **3.1.1 Programas de recolha de dados de base**

A BOP é compilada de várias fontes, incluindo registros administrativos, saldos de contas, pesquisas de empresas e informações de instituições governamentais e privadas:

Exportação e importação de mercadorias

Os dados de exportação são coletados principalmente através de pesquisas solicitadas por empresas dos setores de petróleo, diamantes e outros setores de exportação, e suas informações são validadas pelos ministérios responsáveis por tais empresas e instituições.

Os dados sobre importações são obtidos do acesso on-line ao Sistema Integrado de Alfândega (SIADU/SIG) da Administração Geral Tributária (AGT). São excluídos do total das importações de importações pelas embaixadas.

#### Serviços

As informações são obtidas principalmente de pesquisas solicitadas aos setores de petróleo, diamantes, seguros, companhias aéreas, prestadores de serviços e empresas de construção e pelo acesso on-line ao Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGFE). As rubricas relevantes são "transporte, viagem, seguro, royalties, direitos e licenças e outros serviços governamentais, por exemplo".

#### Renda primária

As informações são obtidas através do acesso on-line à DMFAS e pesquisas de empresas de petróleo (remuneração de funcionários e investimento direto) e dos bancos comerciais.

Desde 2000, as estimativas de rendimento dos ativos estrangeiros do setor não financeiro foram incluídas, com base em dados do *Bank for International Settlements*.

#### Renda secundária

As subvenções recebidas de governos e instituições estrangeiras são registradas com base em informações obtidas da Unidade de Coordenação Técnica de Ajuda Humanitária (UTCAH).

As entradas e saídas de remessas são registradas a partir das informações reportadas pelos bancos comerciais e pelas pesquisas (empresas).

#### Transferências de capital

O perdão da dívida concedida pelos credores ao governo de Angola é registado com base em informações obtidas a partir dos registos da dívida externa.

#### Investimento

A informação sobre o investimento direto e de carteira em Angola é obtida a partir de inquéritos a empresas petrolíferas e de diamantes. Os dados sobre outros investimentos são obtidos a partir de pesquisas de companhias petrolíferas, pesquisas monetárias do sistema bancário e registos de dívida externa extraídos da DMFAS, BIS e assim por diante.

#### Ativos de reserva

Estes dados são compilados a partir das estatísticas monetárias produzidas pelo BNA (Divisão de Estatísticas Monetárias e Financeiras).

### **3.1.2 Definições de dados de base, escopo, classificações, avaliação e período de registro**

O BNA utiliza várias fontes de informação para compilar a BOP, incluindo pesquisas dirigidas a várias empresas.

O formato e as instruções das pesquisas utilizadas pelo BNA foram elaborados em colaboração com uma equipe de consultores do FMI. As pesquisas abrangem todas as contas da BOP e as instruções fornecem orientações para garantir que os dados informados se aproximem dos requisitos da BOP.

### **3.1.3 Pontualidade dos dados de base**

Em geral, a pontualidade dos dados de base precisa ser melhorada, embora, em geral, permita atender às recomendações do GDDS.

## **3.2 Avaliação de dados de base**

### **3.2.1 Avaliação dos dados de base**

Os dados coletados para a BOP são cruzados com informações relatadas pelos ministérios e outras fontes de alternativas de informação. As discrepâncias são analisadas e os resultados são usados para melhorar a coleta de dados.

## **3.3 Técnicas estatísticas**

### **3.3.1 Técnicas estatísticas de dados de base**

Por causa de alguma falta de informação sobre algum tipo de serviços e frete e seguro de bens, são utilizadas algumas técnicas para estimar essas informações. Exemplo, para a avaliação de frete e seguro de mercadorias, 17% das importações FOB são consideradas como frete e 1% desse valor é considerado como seguro.

### **3.3.2 Outros procedimentos estatísticos**

Ajustes sazonais não são feitos na BOP de Angola.

## **3.4 Validação de dados**

### **3.4.1 Validação de resultados intermediários**

Isso é observado.

### **3.4.2 Avaliação de dados intermediários**

Isso é observado.

### **3.4.3 Avaliação de discrepâncias e outros problemas nos resultados estatísticos**

É observado

## **3.5 Estudos de revisão**

### **3.5.1 Estudos e análises de revisão**

Não é observado

## **4. Facilidade de Manutenção**

### **4.1 Periodicidade e pontualidade**

#### **4.1.1 Periodicidade**

A Balança de Pagamentos de Angola é compilada trimestralmente com uma desagregação mensal, mas apenas os dados anuais são divulgados.

#### **4.1.2 Pontualidade**

A Balança de Pagamentos é divulgada anualmente, sete meses após o final do período de referência.

### **4.2 Consistência**

#### **4.2.1 Consistência interna**

Os dados da BOP mostram uma consistência interna.

#### **4.2.2 Consistência temporal**

O resumo das séries de dados da BOP são conciliáveis nos últimos cinco anos.

#### **4.2.3 Consistência intersectorial e entre domínios**

Normalmente, os dados estatísticos da BOP são amplamente consistentes com os dos outros setores (setor monetário, fiscal e real).

### **4.3 Revisão**

#### **4.3.1 Cronograma de revisão**

Banco Nacional de Angola

Não há política declarada para conduzir estudos ou análises de revisões rotineiramente.

A política é divulgar as estatísticas mensais finais do BNA dentro de 10 dias do mês seguinte e as estatísticas mensais preliminares para as ODCs e corporações depositárias consolidadas dentro de 25 dias do mês seguinte ao mês de referência. As estatísticas monetárias das ODCs e das sociedades depositárias consolidadas dos últimos 2 meses são consideradas preliminares e sujeitas a revisão.

Os dados de interesse, são finais quando divulgados.

Os dados anuais da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional são geralmente divulgados no prazo de sete meses a contar do ano seguinte ao ano de referência.

Balança de pagamentos

Não há cronograma de revisão ou política declarada para conduzir estudos ou análises de revisões rotineiramente.

Quando surge a necessidade, o BNA revisa sua metodologia e práticas de compilação para aderir mais de perto à metodologia recomendada no BPM6.

Não há aviso prévio sobre mudanças na metodologia. Tais alterações, se ocorrerem, são incluídas nas publicações ao mesmo tempo em que os dados afetados são liberados e anotados nas tabelas.

#### **4.3.2 Identificação de dados preliminares e / ou revisados**

Banco Nacional de Angola

Começando com a disseminação da nova série de estatísticas monetárias, os dados preliminares são identificados como tal nas tabelas relevantes.

Balança de pagamentos

Normalmente, os dados da BOP utilizados internamente são preliminares até serem considerados definitivos, o que geralmente ocorre sete meses após o final do ano.

#### **4.3.3 Disseminação de estudos e análises de revisão**

Não aplicável

### **5. Acessibilidade**

#### **5.1 Dados**

##### **5.1.1 Apresentação estatística**

A acessibilidade dos dados da BOP pode ser feita através da página online do Banco Central, Boletins e outros.

##### **5.1.2 Mídia e formato de disseminação**

Cópia impressa - Outros

As estatísticas anuais da BOP estão disponíveis no site do BNA em [www.bna.ao](http://www.bna.ao), publicado na Balança de Pagamentos em base anual.

Eletrônica - Boletim on-line ou dados

Web site do BNA em [www.bna.ao](http://www.bna.ao)

##### **5.1.3 Calendário de lançamento antecipado**

Banco Nacional de Angola

O calendário de lançamento antecipado é publicado no site do BNA.

#### **5.1.4 Publicação simultânea**

Banco Nacional de Angola

Dados mensais de estatísticas monetárias, taxas de juros, estatísticas diárias e mensais e estatísticas de dados anuais do setor externo são publicadas no site do BNA e estão disponíveis para todos os usuários ao mesmo tempo.

O Boletim Estatístico trimestral (cópia impressa) é distribuído através de uma lista de discussão.

A Balança de Pagamentos e o Relatório de Posição de Investimento Internacional, com dados anuais, (cópia impressa) são distribuídos através de uma lista de discussão.

#### **5.1.5 Disseminação a pedido**

Isso é observado.

### **5.2 Metadados**

#### **5.2.1 Divulgação de documentação sobre conceitos, escopo, classificações, bases de registro, fontes de dados e técnicas estatísticas**

Os metadados sobre a compilação da BOP são divulgados no site do BNA. A informação sobre a metodologia usada pelo BNA na compilação da BOP também é publicada no Anuário da Balança de Pagamentos do FMI.

### **5.3 Assistência aos usuários**

#### **5.3.1 Divulgação de informações sobre pontos de contato**

Banco Nacional de Angola

As informações de contato do Departamento de Estatística (números de telefone) são divulgadas no Boletim Estatístico. Os metadados do GDDS incluem mais detalhes de contato, incluindo endereços de email, para cada área estatística.

## **7.8 ANEXO 8 – METADADOS REPORTADOS POR PORTUGAL AO FMI**

### **0. Pré-requisitos**

#### **0.1 Ambiente legal**

##### **0.1.1 Responsabilidade pela coleta, processamento e disseminação de estatísticas**

###### Banco de Portugal

O enquadramento legal para a recolha e compilação de dados baseia-se na Lei Orgânica do Banco de Portugal (Lei n.º 5/98 de 31 de Janeiro de 1998, alterada pelo Decreto-Lei n.º 118/2001 de 17 de Abril de 2001, n.º 50 / 2004, de 10 de Março de 2004, n.º 39/2007, de 20 de Fevereiro de 2007, n.º 31-A / 2012, de 10 de Fevereiro de 2012, n.º 142/2013, de 18 de Outubro de 2013, Lei n.º 23-A / 2015, de 26 de Março de 2015 e Lei n.º 39/2015, de 25 de Maio de 2015).

Esta legislação afirma explicitamente no artigo 13.º, n.º 1, que o Banco de Portugal “assegura a recolha e compilação das estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos, em particular, no âmbito da sua cooperação com o Banco Central Europeu. Banco”.

A recolha de informação estatística para o desempenho das tarefas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) baseia-se no artigo 5.º dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu (os Estatutos) e é realizado no âmbito do Regulamento (CE) n.º 2533/98 do Conselho, de 23 de Novembro de 1998, relativo à compilação de informação estatística pelo Banco Central Europeu (regime de confidencialidade previsto no artigo 8.º) e alterado pelo Regulamento (CE) n.º 951/2009 do Conselho, de 9 de Outubro de 2009; o Regulamento (UE) n.º 2015/373 do Conselho, de 5 de Março de 2015.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio de 2008, que rege o Sistema Estatístico Nacional (SEN), o Banco de Portugal foi incorporado à estrutura do SEN.

Os poderes e responsabilidades do Banco de Portugal no NSS são os estabelecidos na sua Lei Orgânica e consistem, nomeadamente, na recolha e preparação de estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos.

A participação do Banco de Portugal no SEN não prejudica as garantias de independência decorrentes da sua participação no Sistema Europeu de Bancos Centrais, nomeadamente no que se refere ao exercício da sua obrigação de colaborar com o Banco Central Europeu em matéria estatística.

Os dados compilados pelo Banco de Portugal são divulgados como serviço público. As estatísticas oficiais são produzidas com independência técnica e são consideradas como bem público, observando os padrões de qualidade nacionais e internacionais, atendendo as necessidades de seus usuários de maneira eficiente e sem ônus excessivo para os fornecedores de informações, uso extensivo de dados administrativos.

###### Balança de pagamentos

A Lei Orgânica do Banco de Portugal (Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro de 1998, alterada pelo Decreto-Lei n.º 118/2001, de 17 de Abril de 2001, n.º 50/2004, de 10 de Março de 2004 e n.º 39 / 2007, de 20 de Fevereiro de 2007, n.º 31-A / 2012 de 10 de Fevereiro de 2012 e n.º 142/2013 de 18 de Outubro de 2013, Lei n.º 23-A / 2015, de 26 de Março de 2015, e Lei n.º 39/2015 , de 25 de Maio de 2015) afirma explicitamente no n.º 1 do artigo 13.º, que o Banco de Portugal “assegura a recolha e compilação das estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos, designadamente no âmbito da sua cooperação” com o Banco Central Europeu ”.

O Decreto-Lei n.º 295/2003, de 21 de Novembro, com a redação que lhe foi dada pela Retificação n.º 9/2004, de 14 de Janeiro, estabelece o quadro jurídico das operações económicas e financeiras com entidades externas e operações cambiais.

A Orientação BCE / 2011/23, de 9 de Dezembro de 2011 (com a redação que lhe foi dada pela Orientação BCE / 2013/25), estabelece os pormenores sobre as estatísticas da balança de pagamentos e sobre o modelo de ativos de reservas que os bancos centrais nacionais devem respeitar quando prestarem contas ao BCE.

O Regulamento (CE) n.º 555/2012 do Conselho, de 22 de Junho (publicado no Jornal Oficial da União Europeia, de 22 de Junho de 2012) estabelece um quadro comum para a produção de estatísticas comunitárias da balança de pagamentos.

Na Instrução n.º 27/2012, de 17 de Setembro, alterada pelas instruções n. 56/2012, n. 3/2013 e n. 20/2013, o Banco de Portugal define regras utilizadas na recolha de informação sobre estatísticas de operações externas. Detalhes sobre as regras para coletar e relatar informações, bem como conceitos e definições subjacentes, estão integrados no Manual de Procedimentos.

No campo do investimento de carteira, detalhes específicos sobre reporte de estatísticas de títulos são definidos na Instrução do Banco de Portugal n.º 31/2005 (disponível apenas em português).

### **0.1.2 Partilha de dados e coordenação entre agências produtoras de dados**

#### **Banco de Portugal**

São celebrados protocolos de cooperação institucional entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Banco de Portugal para coordenar a compilação das diversas estatísticas para tratar de questões metodológicas e de fonte de dados, nomeadamente com o objetivo de melhorar a coerência entre contas financeiras e não financeiras. Além disso, no domínio das estatísticas do Governo, foi criado em Janeiro de 2006 um protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística - INE e a Direcção-Geral do Orçamento (DGO), para além do INE, do Banco de Portugal e do DGO, outras 10 entidades assinaram um protocolo atualizado em Março de 2017, nomeadamente, Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), Conselho de Finanças Públicas (CFP), Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM), Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEAR), Inspeção-Geral de Finanças (IGF), Serviço Regional de Estatística dos Açores

(SREA), Tribunal de Contas (TdC) e Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República (UTAO).

### **0.1.3 Confidencialidade dos dados de reportes individuais**

Banco de Portugal

O Regime Jurídico das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras declara explicitamente a confidencialidade dos dados individuais.

A recolha de informação estatística é igualmente efetuada ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 2533/98 do Conselho, de 23 de Novembro de 1998, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 951/2009 do Conselho de 9 de Outubro de 2009 e pelo Regulamento do Conselho (UE), 2015/373 de 5 de março de 2015, em que é especificado o regime de confidencialidade (artigo 8.º).

O sigilo estatístico é estabelecido pela Lei para salvaguardar a privacidade dos cidadãos em geral e para garantir a confiança no SEN. Todos os dados pessoais recolhidos pelas autoridades, para fins estatísticos, são considerados confidenciais, sendo protegidos pelo sigilo profissional, seja por funcionários ou por outros que deles tenham conhecimento, através das suas funções profissionais relacionadas com a atividade estatística oficial.

O acesso a dados individuais é restrito ao pessoal que requer as informações no desempenho de suas tarefas estatísticas.

Quando os registos de unidade são disponibilizados (por exemplo, para fins de pesquisa), a confidencialidade dos dados individuais é protegida (por exemplo, tornando todos os registos anónimos ou garantindo que o acesso aos dados esteja vinculado às disposições de confidencialidade).

Existem procedimentos para garantir a segurança das instalações do Banco de Portugal e dos seus sistemas informáticos para impedir o acesso não autorizado aos dados individuais.

### **0.1.4 Assegurando o reporte estatístico**

Banco de Portugal

De acordo com o Artigo 13, §2º, da Lei Orgânica do Banco de Portugal “O Banco pode exigir de qualquer órgão público ou privado o fornecimento direto de qualquer informação considerada necessária para o cumprimento das disposições do parágrafo anterior ou com as tarefas confiadas a isto”.

Além disso, a Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio de 2008 estabelece o princípio da autoridade estatística (artigo 4º) segundo o qual, em conexão com suas atividades, as autoridades estatísticas podem exigir que todos os serviços e órgãos, indivíduos ou organizações forneçam, obrigatoriamente e gratuitamente, responsável, qualquer informação necessária para a produção de estatísticas oficiais e pode estabelecer procedimentos de recolha de dados que, embora não sejam relevantes para a atividade específica das pessoas ou organizações necessárias para

fornecer os dados, são de importância estatística. Estas disposições prevalecerão sobre quaisquer limitações ou deveres de sigilo contidos nos quadros jurídicos especiais, e a utilização de dados administrativos para fins estatísticos oficiais constituirá, para todos os efeitos, uma das finalidades essenciais para as quais é recolhida. A título excecional, estas disposições não são aplicáveis em determinadas circunstâncias (artigo 4.º, n.º 3).

O Banco de Portugal considera cuidadosamente o peso da resposta (por exemplo, buscando ativamente caminhos alternativos para obter dados, adaptando questões à terminologia dos respondentes e sistemas de manutenção de registos, projetando cuidadosamente novas pesquisas, monitorando de perto a carga de respostas e avaliando periodicamente os inquéritos existentes).

O Banco de Portugal presta assistência aos respondentes no preenchimento e apresentação de formulários (por exemplo, fornecendo um ponto de contato).

O Banco de Portugal procura assegurar a cooperação através da criação de boa vontade (por exemplo, registando e lidando com as queixas dos inquiridos, indicando o objetivo da recolha de dados, informando sobre medidas para limitar a carga de resposta, aumentando a sensibilização para a importância de estatísticas de boa qualidade e fornecer aos respondentes dados mediante solicitação).

Quando uma mudança metodológica ocorre ou está prevista, com um impacto significativo nos resultados estatísticos correntes, o Banco de Portugal organiza reuniões com as principais instituições de reportantes a fim de desenvolver um plano de implementação conjunta para melhor incorporar tais mudanças, a fim de facilitar o reporte estatístico.

## **0.2 Recursos**

### **0.2.1 Pessoal, instalações, recursos informáticos e financeiros**

Banco de Portugal

Em geral, o número de funcionários e as qualificações são adequados para executar as tarefas necessárias.

No geral, os recursos do computador (hardware e software) e as instalações físicas também são adequados e estão sujeitos a um esquema de proteção satisfatório.

O Banco de Portugal é financeiramente independente e autossuficiente para cumprir as suas obrigações estatísticas.

### **0.2.2 Garantindo o uso eficiente de recursos**

Banco de Portugal

A cada ano, um plano de atividades é desenvolvido, estabelecendo objetivos anuais e associando uma estimativa de tempo e requisitos de recursos para cada tarefa / projeto. Ao longo do ano, é realizada uma avaliação periódica, a fim de detetar eventuais desvios e garantir o cumprimento de todas as metas.

A equipe é incentivada a participar de workshops, seminários e cursos de treinamento.

Revisões periódicas do desempenho do pessoal são realizadas.

Quando necessário, a agência de produção de dados procura assistência especializada externa para avaliar metodologias estatísticas e sistemas de compilação.

Os procedimentos orçamentários são usados para ajudar a alocar recursos.

### **0.3 Relevância**

#### **0.3.1 Monitorando os requisitos do usuário**

Banco de Portugal

O Banco de Portugal atualmente monitora as necessidades do usuário por meio de contatos regulares (repórteres, usuários internos e externos). Também é desenvolvida uma análise regular de indicadores sobre o acesso ao site do Banco de Portugal para informação estatística.

Procedimentos destinados a fornecer mecanismos de feedback para os usuários já estão planejados, em particular uma pesquisa para o BP stat | Estatísticas online | são regularmente lançados.

O Banco de Portugal participa regularmente em reuniões e seminários estatísticos organizados por organizações internacionais e regionais e por organizações profissionais (por exemplo, Banco Central Europeu (BCE), Eurostat, Instituto Internacional de Estatística (ISI) e Associação Internacional para Estatísticas Oficiais (IAOS)).

### **0.4 Gestão de Qualidade**

#### **0.4.1 Política de qualidade**

Banco de Portugal

A lei que rege o NSS estabelece que as estatísticas oficiais devem obedecer a padrões nacionais e internacionais de qualidade estatística.

Atualmente, muito tempo e esforço são dedicados a questões de controle de qualidade relacionadas às várias fases do processo estatístico. Essa tarefa, embora altamente exigente e demorada, é de certa forma simplificada, dado que a maioria das estatísticas é centralizada no Departamento de Estatística. Isso facilita encontrar arranjos de trabalho capazes de prover um controle de qualidade efetivo ao longo das diferentes fases do processo de produção e liberação de estatísticas, por exemplo: coleta de dados, processamento de dados, análise de dados e disseminação de estatísticas.

A este respeito, vale a pena referir que uma unidade especial no Departamento de Estatística está atualmente a lidar com questões de controle de qualidade estatístico (a Unidade de Auditoria Estatística).

#### **0.4.2 Monitoramento da qualidade**

Banco de Portugal

São realizadas reuniões regulares internas para facilitar a partilha de dados e a coordenação entre todos os funcionários do Departamento de Estatística encarregues da produção estatística e, quando pertinente, são criados grupos de trabalho internos para tratar de questões transversais com o objetivo de encontrar abordagens consistentes.

Numa base mensal, as áreas estatísticas responsáveis pela receção e processamento de cada submissão de dados preparam um conjunto de indicadores estatísticos, ambos de natureza quantitativa e qualitativa.

No processo de planeamento do programa de trabalho, vários problemas de qualidade são abordados visando melhorar a qualidade dos dados estatísticos.

### **0.4.3 Planeamento da qualidade**

Banco de Portugal

No processo de planeamento do programa de trabalho, vários problemas de qualidade são abordados visando melhorar a qualidade dos dados estatísticos.

## **1. Integridade**

### **1.1 Profissionalismo**

#### **1.1.1 Imparcialidade das estatísticas**

Banco de Portugal

A Lei Orgânica do Banco de Portugal afirma explicitamente que o Banco de Portugal é uma instituição independente, incluindo na determinação da sua metodologia de compilação de dados e práticas de divulgação.

O princípio da independência técnica está previsto na lei que rege o NSS. As estatísticas oficiais são produzidas com independência técnica, sem prejuízo do cumprimento das regras estabelecidas pelo Sistema Estatístico Nacional ou pelo Sistema Estatístico Europeu.

O recrutamento e a promoção são baseados em aptidão relevante e/ou especialização em estatística (por exemplo, técnicas de amostragem ou na área de assunto).

Treinamento formal e *on-the-job* é fornecido, incluindo seminários, cursos e workshops organizados por organizações nacionais ou internacionais.

As operações de auditoria estatística são conduzidas regularmente.

#### **1.1.2 Seleção de fontes, metodologia e modos de disseminação**

Banco de Portugal

As escolhas de fontes de dados e técnicas estatísticas baseiam-se unicamente em considerações estatísticas, visando uma alocação eficiente dos recursos disponíveis.

Elaboração e atualização de todos os manuais de procedimentos e análises de produção estatística.

### **1.1.3 Comentando sobre interpretação errônea e uso indevido de estatísticas**

Banco de Portugal

As referências na imprensa às estatísticas produzidas pelo Banco de Portugal são atualmente monitorizadas, a fim de identificar interpretações erradas e má utilização das estatísticas.

## **1.2 Transparência**

### **1.2.1 Divulgação de termos e condições para recolha, processamento e disseminação de dados estatísticos**

Banco de Portugal

As leis (Lei Orgânica do Banco de Portugal e diversos Decretos-Lei) são publicadas em Português no Diário da República, que pode ser consultado no site da Internet (<http://dre.pt/>).

Uma versão condensada destas leis relevantes e da Lei Orgânica está disponível em Português/Inglês no site do Banco de Portugal. Cópias da legislação supramencionada podem ser obtidas, gratuitamente, mediante pedido ao Ministério das Finanças ou ao Banco de Portugal, nos endereços indicados na página de formatos de divulgação. As instruções detalhadas de reporte das estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal estão também disponíveis no site do Banco de Portugal.

Os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu (os Estatutos) podem ser encontrados no site do BCE na Internet (<http://www.ecb.int/>) sob o item O Banco Central Europeu \ Regime Jurídico \ Legal Quadro dos Estatutos do SEBC e do BCE e do BCE.

A lei da NSS estabelece que as autoridades estatísticas têm poderes para disponibilizar e divulgar os resultados do trabalho que realizam no exercício das suas funções, sem prejuízo do cumprimento das regras de sigilo estatístico. Os dados estatísticos devem ser disponibilizados de forma integrada, objetiva, pontual e rápida, acompanhados dos respetivos metadados estatísticos e outras informações para auxiliar na interpretação dos resultados.

### **1.2.2 Acesso governamental interno às estatísticas antes do lançamento**

Banco de Portugal

Nenhuma entidade fora do Banco de Portugal tem acesso a informação estatística antes da sua divulgação pública.

### **1.2.3 Atribuição de produtos estatísticos**

Banco de Portugal

Todos os dados estatísticos divulgados ao público são claramente identificados como produto do Banco de Portugal (por exemplo, por nome, logotipo e insígnia).

#### **1.2.4 Aviso prévio de grandes mudanças na metodologia, dados de base e técnicas estatísticas.**

Banco de Portugal

Sempre que se verificarem alterações significativas na informação estatística tornada pública, seja através de alterações aos dados de base ou de alterações metodológicas, o Banco de Portugal publica notas explicativas detalhadas principalmente no seu Boletim Estatístico, Relatório Anual e no seu website.

Balança de pagamentos

### **1.3 Padrões éticos**

#### **1.3.1 Diretrizes para o comportamento do pessoal**

Banco de Portugal

A Lei Orgânica do Banco de Portugal e o Regime Jurídico das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras definem um conjunto claro de padrões éticos (sigilo profissional, entre outros), que orientam o comportamento e atividade corrente do Banco de Portugal. funcionários.

O Código de Conduta do Banco de Portugal pode ser consultado no site do Banco de Portugal.

A nova equipa está ciente dos padrões quando se juntam ao Banco de Portugal.

As orientações contidas no Código de Prática das Estatísticas Europeias são adotadas e refletidas nos princípios fundamentais do Sistema Estatístico Nacional.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Conceitos e definições**

#### **2.1.1 Conceitos e definições**

A compilação da balança de pagamentos é consistente com os padrões e diretrizes internacionais, com a sexta edição do Manual da Balança de Pagamentos e Posição do Investimento Internacional (BPM6), publicado pelo FMI e a quarta edição da Definição de Referência de Investimento Direto Estrangeiro da OCDE.

### **2.2 Escopo**

#### **2.2.1 Escopo**

Âmbito dos dados

Cobertura das operações: todas as transações entre residentes (autoridades monetárias, administrações públicas, instituições monetárias e financeiras e outros setores) e não residentes, conforme especificado no BPM6, são cobertas nas estatísticas da balança de pagamentos.

Cobertura geográfica: os dados cobrem todo o território económico de Portugal.

## **2.3 Classificação / setorização**

### **2.3.1 Classificação / setorização**

As transações são classificadas na componente standard relevante da sexta edição do Manual da Balança de Pagamentos e Posição do Investimento Internacional (BPM6), de acordo com as recomendações e diretrizes internacionais.

As unidades institucionais são classificadas e atribuídas ao setor relevante de acordo com o BPM6.

Classificação de atividade econômica de entidades residentes e não residentes de acordo com padrões internacionais (NACE e ISIC).

Classificações geográficas das contrapartes de acordo com as normas internacionais (códigos ISO e Geonomenclatura).

## **2.4 Base de registo**

### **2.4.1 Avaliação**

Avaliação: transações avaliadas a preços de mercado.

Conversão para unidade de conta: os dados reportados em moedas estrangeiras são principalmente convertidos em unidades do euro usando taxas de câmbio diárias. Menos frequentemente, as taxas de câmbio médias mensais são usadas.

### **2.4.2 Base de registo**

As transações são registradas em regime de competência. No rendimento, as estimativas são feitas com uma compensação registada no instrumento subjacente na conta financeira.

### **2.4.3 Procedimentos de cálculo de valores brutos/líquidos**

As transações em conta corrente e de capital são registradas em termos brutos. Na conta financeira, um registo separado é feito para cada componente individual de ativo e passivo.

## **3. Precisão e confiabilidade**

### **3.1 Dados de base**

#### **3.1.1 Programas de recolha de dados de base**

As principais fontes de dados são as empresas residentes envolvidas em transações externas, o sistema bancário residente, o Tesouro para transações do Governo Geral e o Instituto Nacional de Estatística - INE. Especificamente:

1. Mercadorias:

- Mercadoria geral: estatísticas do comércio fornecidas pelo Instituto Nacional de Estatística – INE;
- Débitos das mercadorias adquiridas nos portos pelas transportadoras: relatórios diretos para estatísticas da balança de pagamentos.

2. Serviços:

- Transporte: relatório direto para estatísticas da balança de pagamentos e estimativas calculadas para converter o valor c.i.f. da importação de bens para f.o.b. As informações para o lado do débito da categoria "frete" para os diversos meios de transporte são obtidas do processo de conversão do valor das mercadorias de c.i.f. para f.o.b.; para o restante dos transportes, é usado o reporte direto para as estatísticas da balança de pagamentos;
- Viagens: informações sobre liquidações, independentemente dos meios de pagamento utilizados (transferências bancárias, dinheiro, cheques de viagem, cartões de débito e crédito e outros meios de liquidação) e informações adicionais fornecidas, nomeadamente, pelas agências de viagens; estatísticas do turismo fornecidas pelo INE;
- FISIM: as estimativas para os FISIM são fornecidas pelo INE;
- Outros serviços: reportes diretos para estatísticas da balança de pagamentos.

1. Rendimento Primário:

- Remuneração dos empregados: os créditos são estimados com base nos dados fornecidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa; os débitos são baseados em relatórios diretos para estatísticas do balanço de pagamentos;
- Receita de investimentos: sistema de reporte direto e estimativas mensais de lucros reinvestidos, provenientes de pesquisas de stocks diretos de investimento; e para juros acumulados, da carteira e outras estatísticas de ações de investimento;
- Outras receitas primárias: sistema de reporte direto (para impostos); Instituto Nacional de Estatística e Entidades do Governo Geral envolvidas no recebimento de transferências da União Europeia (subsídios).

2. Rendimento Secundário:

- O INE e as Entidades do Governo Geral para transferências da União Europeia (para este item são considerados os montantes entregues aos beneficiários finais);

- Sistema de reportes diretos, dados do sistema de pagamentos e dados de liquidações fornecidos pelos bancos para transferências privadas (as estimativas das remessas dos trabalhadores também consideram as estatísticas de emigração/imigração).

### 3. Conta de capital:

- INE e entidades do Governo Geral envolvidas no recebimento de transferências da União Europeia;
- Aquisição/alienação de ativos não produzidos e não financeiros: sistema de reporte direto.

### 4. conta financeira:

- Investimento direto: as transações de investimento direto são captadas através do sistema de reporte direto das estatísticas das contas externas denominado COPE, onde as entidades residentes (exceção feita aos agregados familiares) reportam diretamente ao Banco de Portugal as suas operações transfronteiriças e em certa medida, as posições relacionadas. Até 2013, anualmente, o IED incorporou os resultados de uma pesquisa de investimento direto, baseada em uma amostra. A partir de 2014, o investimento direto baseia-se nas contas anuais reportadas por todas as empresas residentes através da Informação Empresarial Simplificada (IES), uma fonte administrativa. Os ganhos reinvestidos são estimados com base nas principais fontes de dados do FDI.
- Investimento de carteira: as liquidações de investimento de carteira são compiladas através dos relatórios de transações externas dos bancos residentes. O Banco de Portugal também recebe, com base em segurança, informações suplementares sobre transações domésticas de valores mobiliários realizados por não residentes (através dos depositários de residentes) e sobre transações externas de valores mobiliários efetuados por residentes (através do investidor residente ou custodiante). Além disso, os dados incluem informações sobre a emissão de títulos pelos residentes em mercados estrangeiros. Há também informações sobre cotações e taxas de juros (quando aplicável) para valores mobiliários listados, fornecidos pela Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, para títulos nacionais, e por um provedor de dados comerciais, para títulos estrangeiros, o que é extremamente importante. é útil tanto para os componentes de ativos e passivos do item "Investimento em Carteira Estrangeira" quanto para as receitas relacionadas. Para completar o relato de transações de investimento de carteira liquidadas através de instituições residentes, o Banco de Portugal recebe também mensalmente informações de instituições de intermediação financeira de bancos residentes sobre operações de carteira internacional (por conta própria ou em nome de clientes residentes ou não residentes) realizadas através da Euroclear e Cedel, tanto títulos emitidos no mercado interno quanto em mercados estrangeiros e informações diretas reportadas pelas empresas.
- Derivados financeiros: Uma pesquisa mensal realizada através das principais instituições do sistema bancário residente é a principal fonte para compilar este item. O sistema de reportes diretos é usado como uma fonte complementar de informações.
- Outro investimento: Estes dados são reportados através do sistema bancário residente e empresas de reporte direto. As informações também são recebidas diretamente da

Direção Geral do Tesouro, sobre as transações externas do Governo Geral. O Banco de Portugal fornece dados sobre o setor da Autoridade Monetária. As transações externas de outras Instituições Monetárias e Financeiras (IFM) são derivadas dos balanços das IFM, empréstimos e empréstimos. Os dados relativos aos créditos comerciais mensais são obtidos através de estimativas baseadas em transações mensais de bens e serviços e na média de dias de contas a receber e a pagar com não residentes implícitos nos ativos: balanço dos registos do Banco de Portugal e da Tesouraria.

### **3.1.2 Definições de dados de base, escopo, classificações, avaliação e tempo de registo**

Os dados de base são consistentes com as definições, o escopo e as classificações das estatísticas da balança de pagamentos.

### **3.1.3 Pontualidade dos dados de base**

Os cronogramas de recolha e processamento de dados são organizados para atender a oportunidade e a periodicidade da disseminação das estatísticas do balanço de pagamentos.

Esses horários são distribuídos para todos os entrevistados.

## **3.2 Avaliação de dados de base**

### **3.2.1 Avaliação dos dados de base**

Os dados de base são analisados para subnotificação e/ou declaração incorreta, e vários procedimentos são aplicados para identificação de *outliers*. Transações de alto valor são confirmadas com os respondentes.

## **3.3 Técnicas estatísticas**

### **3.3.1 Técnicas estatísticas de dados de base**

A compilação de dados emprega técnicas estatísticas sólidas para lidar com fontes de dados.

Alguns procedimentos de compilação são implementados para minimizar erros de processamento e estimar observações ausentes.

### **3.3.2 Outros procedimentos estatísticos**

Procedimentos específicos são empregues para tornar os dados consistentes com os requisitos da balança de pagamentos:

1. Mercadorias: As estatísticas do comércio relacionadas com mercadorias gerais (fornecidas pelo INE) são ajustadas para cobertura, valorização e tempo de registo com base em informação adicional (desde, nomeadamente, pela Companhia de Eletricidade de Portugal). Conversão de importações de um c.i.f. para f.o.b. avaliação (com base nas informações fornecidas pelo INE - estatísticas do comércio).

2. Serviços:

- Os dados dos serviços de transporte são ajustados de acordo com as estimativas (ver acima) calculadas para ocultar c.i.f. importação de bens valorizada para f.o.b. importação de bens valorizada;
- No caso de recibos de viagem, os ajustes são baseados em indicadores reais e de preço. Para o lado do crédito, os indicadores de volume mensais (por exemplo, entradas turísticas, taxa de ocupação do quarto de hotel) e preços da atividade turística são usados para fazer pequenos ajustes nos recibos de viagem informados sobre assentamentos, em relação ao cumprimento do princípio de transações;
- Para o seguro, uma divisão é feita entre o serviço e os componentes de transferência do seguro. Além disso, as estimativas são incluídas nos débitos dos serviços de seguro como resultado do procedimento adotado para avaliar as importações em um f.o.b. base. No caso de seguro de vida e previdência, existe uma estimativa do serviço incluído no prêmio, sendo o valor remanescente alocado ao item “Outros investimentos”, bem como todo o valor dos sinistros reportados. Adicionalmente, os seguros (serviços e prêmios) são provisionados e as provisões técnicas de seguros são estimadas.

### 3. Rendimento Primário:

- Estimativas mensais para lucros reinvestidos e juros acumulados sobre títulos de dívida, empréstimos e depósitos;
- Estimativas mensais para rendimentos de investimentos atribuíveis a segurados;
- A remuneração dos créditos dos colaboradores é estimada com base nos dados fornecidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa.

4. Rendimento Secundário: as remessas de trabalhadores e outras transferências pessoais são estimadas mensalmente. As contribuições sociais e os impostos correntes sobre o rendimento são estimados com base na remuneração dos empregados e nos principais impostos de contrapartida.

5. Transferências de capital: aplica-se o mesmo que para as transferências correntes.

6. Investimento direto: Os dados sobre lucros reinvestidos são obtidos através dos resultados dos questionários anuais de investimentos estrangeiros diretos. Portanto, nesse meio tempo, estimativas são produzidas para lucros reinvestidos.

7. Investimento de carteira: os ajustes são introduzidos como resultado da contabilidade de exercício (contrapartida de juros acumulados no instrumento subjacente).

8. Outro investimento: estimativas sobre créditos comerciais são feitas. Os ajustes são introduzidos como resultado da contabilidade de exercício (contrapartida de juros acumulados no instrumento subjacente).

O ajuste sazonal é feito na conta corrente e de capital, usando metodologias internacionalmente aceites.

### **3.4 Validação de dados**

#### **3.4.1 Validação de resultados intermediários**

As informações da imprensa e da bolsa de valores são usadas para verificar as transações da conta financeira.

#### **3.4.2 Avaliação de dados intermediários**

O rendimento dos investimentos é avaliado trimestralmente em relação aos dados de ações correspondentes nas estatísticas da posição de investimento internacional.

#### **3.4.3 Avaliação de discrepâncias e outros problemas nos resultados estatísticos**

Verificações cruzadas entre entradas nas contas corrente, de capital e financeira;

Comparações bilaterais com dados da BdP compilados por outros países e organizações internacionais, nomeadamente, instituições da UE.

### **3.5 Estudos de revisão**

#### **3.5.1 Estudos e análises de revisão**

**Estudos e análises de revisões seguem o calendário de revisões referido em 4.3.1.**

## **4. Facilidade de Manutenção**

### **4.1 Periodicidade e pontualidade**

#### **4.1.1 Periodicidade**

Por mês.

Flexibilidade periodicidade

Não aplicável

#### **4.1.2 Pontualidade**

7 a 8 semanas após o final do período de referência.

### **4.2 Consistência**

#### **4.2.1 Consistência interna**

Conceitos e definições para a produção de estatísticas mensais, trimestrais e anuais da balança de pagamentos são os mesmos; os dados trimestrais e anuais são somas de dados mensais.

A quantidade de erros e omissões tem permanecido estável ao longo do tempo.

#### **4.2.2 Consistência temporal**

Quando uma mudança na metodologia ou nos dados de base é introduzida, as séries históricas são reconstruídas o mais para trás possível.

Notas metodológicas identificam e explicam as principais quebras de séries temporais para estatísticas do balanço de pagamentos.

#### **4.2.3 Consistência intersectorial e entre domínios**

As estatísticas da balança de pagamentos são consistentes com as obtidas através de outros quadros estatísticos, por exemplo, estatísticas do comércio de mercadorias, estatísticas monetárias e financeiras, contas nacionais, estatísticas de valores mobiliários e estatísticas da posição de investimento internacional.

### **4.3 Revisão**

#### **4.3.1 Cronograma de revisão**

O ciclo de revisão é predeterminado, razoavelmente estável de ano para ano e consistente em todos os domínios estatísticos e organizações internacionais.

O ciclo de revisão é divulgado ao público através da página do Banco de Portugal.

#### **4.3.2 Identificação de dados preliminares e/ou revisados**

Sempre que uma revisão implique modificação substancial de valores fornecidos anteriormente, uma explicação é fornecida, caso contrário, a política de revisão fornece razões gerais para as alterações.

## **5. Acessibilidade**

### **5.1 Dados**

#### **5.1.1 Apresentação estatística**

As estatísticas da balança de pagamentos são divulgadas em milhões de euros e de acordo com os componentes padrão do BPM6.

No Boletim Estatístico, são incluídos os valores mensais, nomeadamente para os principais itens: bens, serviços, rendimento primário, rendimento secundário, conta de capital, investimento direto, investimento de carteira e outro investimento; e também por seus subcomponentes.

A balança tecnológica de pagamentos e transferências com a União Europeia (UE), por tipo de fundo da UE, também é publicada mensalmente.

As séries dessazonalizadas da conta corrente são divulgadas em tabela específica no Boletim Estatístico, também mensalmente.

BP stat | Estatísticas online | fornece acesso aos dados de acordo com os formatos definidos pelo usuário.

### **5.1.2 Mídia e formato de disseminação**

Cópia impressa - Nova versão

Cópia impressa – Outros

Séries históricas para a economia portuguesa

Apenas versão em português.

Na "Série Histórica da Economia Portuguesa Pós II Guerra Mundial" são divulgadas estimativas de Dados Estatísticos e Notas Metodológicas para um grande número de variáveis econômicas. Existem dados históricos disponíveis no final dos anos 40 / início dos anos 50 até 1995.

Boletim-Eletrônico ou dados on-line

Boletim Estatístico

C.0 - Estatísticas da balança de pagamentos

C.1 - Contas correntes e de capital

C.2 - Conta financeira

O Boletim Estatístico é uma publicação mensal bilingue em português/inglês, na qual são disponibilizadas as estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos produzidas pelo Banco de Portugal; inclui também um resumo de outros indicadores econômicos.

Arquivos pdf para download estão disponíveis. As séries temporais também estão disponíveis no formato csv (C.1 e C.2)

O Banco de Portugal emite comunicados estatísticos ao divulgar dados regulares.

Disponíveis on-line estão também as "Séries Históricas para a Economia Portuguesa Pós Segunda Guerra Mundial", juntamente com as estimativas divulgadas de Dados Estatísticos e Notas Metodológicas para um grande número de variáveis económicas.

Em BP stat | Estatísticas online |, para alguns itens, os dados são divulgados com vários níveis de detalhe (geográfica, setor institucional, setor de atividade).

Eletrônico - Outro

### **5.1.3 Calendário de divulgação antecipada**

O Banco de Portugal divulga um calendário de divulgação antecipada com datas de publicação precisas, um trimestre à frente, no seu website na Internet. Um aviso para este efeito é publicado regularmente no Boletim Estatístico.

Desde o início de 2001, o Banco de Portugal disponibiliza ao público, anualmente, o calendário indicativo de divulgação das suas publicações.

As datas são escolhidas tendo em conta, entre outras coisas, os calendários para a divulgação dos dados estatísticos necessários para a preparação das análises, bem como os calendários dos exercícios de projeção do Eurosistema.

As estatísticas são divulgadas pontualmente, isto é, de acordo com o calendário pré-anunciado.

#### **5.1.4 Publicação simultânea**

O Boletim Estatístico é divulgado simultaneamente a todos os interessados, publicando-o no site do Banco de Portugal.

O Banco de Portugal disponibiliza ao público o calendário antecipado de divulgação da sua página SDDS.

BP stat | Estatísticas online | oferece a possibilidade de assinatura de um serviço de alerta, que sinaliza o lançamento de novos dados estatísticos em domínios pré-selecionados.

#### **5.1.5 Disseminação a pedido**

Estatísticas não publicadas, mas não confidenciais, podem ser divulgadas mediante solicitação.

### **5.2 Metadados**

#### **5.2.1 Divulgação de documentação sobre conceitos, escopo, classificações, bases de registro, fontes de dados e técnicas estatísticas**

O Boletim Estatístico inclui notas explicativas sob a Seção I.

Os suplementos ao Boletim Estatístico 2/2015 descrevem o quadro atual subjacente à produção nacional das Estatísticas da Balança de Pagamentos e dos Investimentos Internacionais em Portugal.

BP stat | Estatísticas online | contém referências de metadados.

#### **5.2.2 Nível de detalhe divulgado**

No Boletim Estatístico, os dados são apresentados em um formato pré-definido: arquivos pdf (C.0, C.1 e C.2) e arquivos csv (C.1 e C.2).

BP stat | Estatísticas online | oferece uma série de opções e facilidades que permitem uma navegação muito amigável através da informação estatística.

Isto compreende, entre outros: conceção de tabelas estatísticas feitas sob medida de acordo com as necessidades; criação de favoritos; assinatura de um serviço de alerta, que sinaliza o lançamento de novos dados estatísticos em domínios pré-selecionados.

### **5.3 Assistência aos usuários**

### 5.3.1 Divulgação de informações sobre pontos de contato

Serviço e suporte rápidos e informados estão disponíveis para usuários de estatísticas.

Todos os lançamentos estatísticos identificam pontos de contato para consultas por e-mail (consulte a página de dados de resumo nacional).

Pontos de acesso para os clientes obterem informações estatísticas são bem divulgados.

Para informações gerais sobre os dados e metadados divulgados no SDDS Plus, contacte o Banco de Portugal por telefone (+351 213130320) ou e-mail (estatisticas.Online@bportugal.pt). Já estão em vigor procedimentos destinados a fornecer mecanismos de feedback aos utilizadores, em especial inquéritos ao BP stat | Os utilizadores de Estatísticas online são regularmente lançados.

**5.3.2 Disponibilidade de catálogos de documentos e serviços, todas as informações sobre as publicações do Banco de Portugal estão disponíveis on-line com indicação de quaisquer taxas que possam ser aplicadas.**

## 7.9 ANEXO 9 – QUESTIONÁRIO

### Questionário

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: M  F

Função que ocupa na Instituição: \_\_\_\_\_

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, realizada no Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.

A população "alvo" deste inquérito por questionário é a Divisão de Estatísticas Externas do Departamento de Estatística do Banco Nacional de Angola. Os dados fornecidos são absolutamente confidenciais e serão exclusivamente utilizados para fins de investigação científica.

Por favor responda as seguintes questões, marcando com um X a resposta certa.

## 0. Pré-requisitos de qualidade

### 0.1 Ambiente jurídico e institucional

- *O ambiente favorece a compilação de estatísticas.*

#### 0.1.1 A responsabilidade pela coleta, processamento e divulgação das estatísticas está claramente definida.

*i. A responsabilidade primária pela coleta, processamento e divulgação das estatísticas estão claramente estabelecidas.*

1- Existe alguma lei, tal como uma lei estatística ou outra disposição legal (por exemplo, protocolo interdepartamental ou decreto do executivo) atribuindo a responsabilidade primária bem como autoridade para a instituição coletar, processar e divulgar as estatísticas?

Sim

Não

Não Aplicável

Se sim diga qual \_\_\_\_\_

2- A organização das atividades é coerente com a responsabilidade atribuída?

Sim

Não

Não Aplicável

Se não diga porquê \_\_\_\_\_

3- Se mais de uma entidade produtora de estatísticas oficiais estiver envolvida na produção de parte das estatísticas, existem mecanismos para promover a consistência de métodos e resultados?

Sim

Não

Não Aplicável

4- Conflitos ou potenciais conflitos entre a autoridade legal que produz as estatísticas e outras leis ou disposições legais (por exemplo, acesso à lei de informação ou leis de sigilo bancário) foram resolvidos ou reconciliados com sucesso, sem prejuízo maior para a produção dos dados?

Sim

Não

Não Aplicável

- 5- É efetuado algum tipo de supervisão à área responsável por coletar, relatar e divulgar as estatísticas, para garantir que o trabalho estatístico esteja de acordo com as leis ou outras disposições que regem esse trabalho?

Sim

Não

Não Aplicável

**0.1.2 A partilha de dados e a coordenação entre entidades produtoras de estatísticas oficiais é adequada.**

*i. Existem acordos ou procedimentos para facilitar a partilha e a coordenação de dados entre a entidade (entidades) com a responsabilidade principal de compilar o estatísticas e outras entidades produtoras de dados.*

- 1- Vigoram na instituição procedimentos que visam fornecer de forma efetiva e oportuna fluxos da fonte de dados (por exemplo, dados administrativos, bem como dados de inquéritos) para outras entidades produtoras de estatísticas oficiais?

Sim

Não

Não Aplicável

- 2- São mantidos contatos (por exemplo, reuniões regulares e workshops) com outras entidades produtoras de estatísticas oficiais para promover uma compreensão adequada dos requisitos dos dados, para evitar duplicação de esforços e levar em consideração a carga de resposta (por exemplo, discutindo mudanças nos processos administrativos antes de ocorrerem)?

Sim

Não

Não Aplicável

**0.1.3 Os dados dos reportes individuais são mantidos em sigilo e utilizados apenas para fins estatísticos.**

*i. A confidencialidade dos dados dos reportes individuais está garantida e essa garantia é amplamente conhecida.*

- 1- Existe alguma lei ou outra disposição formal que estabelece claramente que os dados individuais devem ser tratados de forma confidencial e não devem ser divulgados ou utilizados para fins diferentes de estatísticos a menos que exigido por lei ou a sua divulgação seja acordada por escrito?

Sim

Não

Não Aplicável

- 2- Em inquéritos e outros levantamentos estatísticos, os inquiridos são informados sobre os seus direitos e deveres em relação ao fornecimento de informações e lhes é avisado que as informações prestadas serão usadas exclusivamente para fins estatísticos?

Sim

Não

Não Aplicável

**ii. Existem procedimentos para evitar a divulgação dos dados dos reportes individuais.**

1- As regras e regulamentos para prevenir a divulgação incluem punições para os funcionários que divulgarem dados confidenciais?

Sim

Não

Não Aplicável

2- O acesso aos dados individuais é restrito aos funcionários que solicitam a informação no desempenho de suas funções estatísticas?

Sim

Não

Não Aplicável

3- São usadas regras de agregação especiais para evitar a divulgação residual quando as agregações de inquéritos ou outros dados confidenciais são divulgados?

Sim

Não

Não Aplicável

4- A equipe revisa todos os dados preparados para divulgação, para uma possível divulgação indireta de dados, tabelas e resultados, de forma a evitar a divulgação?

Sim

Não

Não Aplicável

5- No local em que os registros das unidades estão disponíveis (por exemplo, para fins de pesquisa), a confidencialidade dos dados individuais está protegida (por exemplo, tornando todos os registros anônimo, ou garantir que o acesso aos dados esteja vinculado por disposições de confidencialidade)?

Sim

Não

Não Aplicável

6- A confidencialidade dos dados é preservada de forma adequada durante o armazenamento e durante o processo da destruição de registros?

Sim

Não

Não Aplicável

7- São tomadas medidas para proteger as instalações da área de produção de dados e o seu sistema informático para impedir o acesso não autorizado aos dados individuais?

Sim

Não

Não Aplicável

**0.1.4 A prestação de dados estatísticos é regulamentada por lei e/ou é assegurada por medidas que a fomentem.**

**i. Uma lei ou outra disposição formal prevê a comunicação de informações necessárias para compilar as estatísticas.**

1- A instituição possui a autoridade legal para coletar dados necessários para compilar as estatísticas?

Sim

Não

Não Aplicável

2- A atividade de coleta é consistente com a autoridade legal?

Sim

Não

Não Aplicável

3- Se o reporte for obrigatório, as punições por incumprimento (incluindo erros de notificação) atuam como dissuasão efetiva, mesmo que tais provisões raramente precisam ser empregues?

Sim

Não

Não Aplicável

***ii. Existem outros mecanismos para garantir o reporte de dados adequados para compilar as estatísticas.***

1- A instituição considera cuidadosamente a questão da carga de resposta (por exemplo, busca ativamente caminhos alternativos para obter dados, adaptando as questões aos sistemas de terminologia e de manutenção de registros dos respondentes, elaborando cuidadosamente novos inquéritos, monitorando atentamente a carga de resposta e avaliando periodicamente inquéritos existentes)?

Sim

Não

Não Aplicável

2- A instituição fornece assistência aos inquiridos no preenchimento e envio de formulários (por exemplo, fornecendo um ponto de contato)?

Sim

Não

Não Aplicável

3- A instituição procura assegurar a cooperação criando boa vontade (por exemplo, registrando e lidando com as preocupações dos inquiridos, indicando o objetivo da coleta de dados, informando medidas para limitar a carga de resposta, conscientizando a importância de estatísticas de boa qualidade e lhes fornecendo os dados que solicitarem)?

Sim

Não

Não Aplicável

## **0.2 Recursos**

- Os recursos são proporcionais às necessidades dos programas estatísticos.

### **0.2.1 Os recursos de pessoal, instalações, recursos informáticos e financiamento são proporcionais aos programas estatísticos.**

***i. Os recursos de pessoal para compilar as estatísticas são adequados para executar tarefas necessárias.***

1- Em geral, o número de funcionários é adequado para realizar as tarefas necessárias?

Sim  Não  Não Aplicável

- 2- As qualificações da equipe são as adequadas, sendo as suas aptidões preservadas e desenvolvidas para garantir o desempenho das tarefas?

Sim  Não  Não Aplicável

- 3- Uma equipe base com a formação adequada está salvaguardada, sendo a rotação dos recursos devidamente gerida?

Sim  Não  Não Aplicável

- 4- Os níveis salariais são adequados para a natureza do trabalho e competitivos com as condições da administração pública no país?

Sim  Não  Não Aplicável

***ii Os recursos informáticos para compilar as estatísticas são adequados para executar as tarefas necessárias.***

- 1- Em geral, recursos suficientes são alocados e os melhores esforços são feitos para explorar o potencial de tecnologia informática eficaz para compilar e divulgar as estatísticas?

Sim  Não  Não Aplicável

- 2- O software utilizado para compilar e analisar as estatísticas é moderno, periodicamente atualizado e bem adaptado para executar tarefas existentes e emergentes?

Sim  Não  Não Aplicável

- 3- O hardware é adequadamente distribuído para facilitar a coleta e processamento eficiente de dados e gerir a base de dados?

Sim  Não  Não Aplicável

- 4- É providenciada proteção adequada para recursos informáticos, inclusive através da provisão de sistemas de backups de emergência para recuperação de séries estatísticas e atualizações na eventualidade de desastres naturais, acidentes e outros eventos incomuns?

Sim  Não  Não Aplicável

Se sim explique como \_\_\_\_\_

**iii. Instalações físicas e outros recursos são adequados para executar as tarefas necessárias.**

1- O edifício fornece instalações de trabalho adequadas (por exemplo, iluminação, calor e resfriamento)?

Sim

Não

Não Aplicável

2- O mobiliário e o equipamento de escritório (por exemplo, mesas, cadeiras, armários de arquivo, telefones e equipamentos relacionados) são apropriados para executar as tarefas necessárias?

Sim

Não

Não Aplicável

3- Os transportes (por exemplo, para coleta de dados) são adequados?

Sim

Não

Não Aplicável

**iv. O financiamento para compilação das estatísticas é adequado para executar tarefas necessárias.**

1- O financiamento é razoavelmente seguro para as necessidades identificadas do programa estatístico?

Sim

Não

Não Aplicável

2- As práticas de orçamentação fornecem informações claras às autoridades de financiamento (por exemplo, ao analisar prioridades para melhorias, reduções ou aumento de certos elementos de programas)?

Sim

Não

Não Aplicável

3- O processo de orçamentação para a atividade estatística é suscetível de planejar o desenvolvimento estatístico (por exemplo, durante um período de dois a três anos)?

Sim

Não

Não Aplicável

**0.2.2 São implementadas medidas para assegurar o uso eficiente dos recursos.**

**i. A gestão garante que os recursos sejam usados de forma eficiente.**

1- São realizadas avaliações periódicas do desempenho do pessoal?

Sim

Não

Não Aplicável

2- É efetuada a busca por eficiências através de revisões periódicas dos processos de trabalho, por exemplo, a busca o custo eficácia do modelo de inquérito em relação aos objetivos, e incentivando consistentes conceitos, classificação e outras metodologias no conjunto de dados?

Sim  Não  Não Aplicável

- 3- Quando necessário, a instituição procura assistência externa especializada para avaliar metodologias estatísticas e sistemas de compilação?

Sim  Não  Não Aplicável

**ii. As práticas de cálculo de custos e orçamento estão em vigor e fornecem informações suficientes para os gestores tomarem as decisões apropriadas.**

- 1- Os recursos usados para compilar as estatísticas são mensurados periodicamente (custo) e faz-se comparações com outros programas estatísticos?

Sim  Não  Não Aplicável

- 2- Procedimentos de orçamentação são usados para ajudar a alocar recursos?

Sim  Não  Não Aplicável

### **0.3 Relevância**

- As estatísticas cobrem informações relevantes sobre o campo de assunto

#### **0.3.1 A relevância e utilidade prática das estatísticas existentes para atender às necessidades dos usuários são monitoradas.**

**i. Medidas específicas são tomadas para assegurar que as estatísticas atuais atinjam as necessidades dos usuários de dados.**

- 1- Os usuários dos dados são consultados e/ou mantidos informados sobre aspetos específicos dos dados atuais (por exemplo, utilidade em termos de detalhe, periodicidade e pontualidade) através de inquéritos, boletins informativos ou seminários, procurando ativamente o seu feedback (por exemplo, fornecendo o endereço de e-mail)?

Sim  Não  Não Aplicável

**ii. Existem mecanismos para identificar requisitos de dados novos e emergentes.**

- 1- Existe um processo de consulta estruturado e periódico (por exemplo, comitê consultivo de usuários ou grupos de trabalho) com os departamentos, ministérios e outros principais usuários dos dados, que incluem academia, imprensa e/ou outros representantes do sector privado, para analisar a utilidade das estatísticas existentes e identificar os requisitos de dados emergentes?

Sim  Não  Não Aplicável

2- A instituição participa regularmente em reuniões e seminários estatísticos organizado por organizações internacionais e regionais e por organizações profissionais?

Sim

Não

Não Aplicável

3- A instituição realiza estudos para ajudar a identificar requisitos de dados novos e emergentes?

Sim

Não

Não Aplicável

#### **0.4 Outra gestão da qualidade**

- A qualidade é um dos pilares do trabalho estatístico

##### **0.4.1 Existem procedimentos dedicados a assegurar a qualidade das estatísticas.**

*i. Há reconhecimento em toda a organização que a qualidade cria confiança e, portanto, constitui um dos pilares do trabalho estatístico.*

1- A gestão é sensível a todas as dimensões da qualidade dos dados e promove a partilha da preocupação com a qualidade em toda a organização (por exemplo, a declaração de missão enfatiza importância da qualidade, os gestores são responsabilizados para alcançar a qualidade)?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Os programas de formação do pessoal enfatizam a importância da qualidade e mostram aos funcionários como a qualidade pode ser alcançada?

Sim

Não

Não Aplicável

3- A organização fornece uma infraestrutura de qualidade, reconhecendo trade-offs, economias de escala e inter-relações entre os conjuntos de dados?

Sim

Não

Não Aplicável

4- A instituição implementou processos ou atividades reconhecidos externamente, com foco na qualidade (por exemplo, Gestão da Qualidade Total, ISO 9000, etc.)?

Sim

Não

Não Aplicável

5- Está publicamente disponível a informação sobre o compromisso da organização com a qualidade, incluindo informações sobre trade-offs que afetam o programa de trabalho estatístico?

Sim

Não

Não Aplicável

##### **0.4.2 Existem procedimentos para monitorar a qualidade durante o planeamento e implementação do programa estatístico.**

***i. Existem medidas para um monitoramento sistemático e revisão da qualidade.***

- 1- Vigoram na instituição processos de monitoramento para informar os gestores da qualidade alcançada para atividades estatísticas contínuas (por exemplo, taxas de resposta, taxas de edição, histórico de revisões, avaliações de tempo)?

Sim                       Não                       Não Aplicável

- 2- As áreas de compilação têm acesso a orientação especializada sobre a qualidade de suas estatísticas e sobre estratégias para melhorar a produção de dados?

Sim                       Não                       Não Aplicável

- 3- Revisões periódicas são realizadas para identificar as etapas necessárias para manter os requisitos da qualidade?

Sim                       Não                       Não Aplicável

- 4- Questões de qualidade são abordadas explicitamente e levadas em consideração no processo de planejamento do programa de trabalho? Por exemplo:

- Melhorias de qualidade identificadas durante o monitoramento contínuo e em revisões periódicas ;

- Comentários dos usuários sobre os padrões de qualidade e sobre os requisitos dos dados novos e emergentes ; e

- Trade-offs entre as dimensões de qualidade (por exemplo, disponibilidade de recursos, pontualidade e precisão/confiabilidade).

Sim                       Não                       Não Aplicável

**1. Garantia de Integridade**

*O princípio da objetividade na recolha, no processamento e na disseminação das estatísticas é estritamente respeitado.*

**1.1 Integridade Institucional**

*- Políticas e práticas estatísticas são guiadas por princípios profissionais.*

**1.1.1 As estatísticas são produzidas de forma imparcial.**

***i. Os termos ou condições em que as estatísticas são produzidas estão em conformidade com independência profissional.***

- 1- Existe uma lei ou outra disposição legal que apoia a independência profissional? Por exemplo:

- Aborda a necessidade geral de independência profissional da entidade produtora dos dados (por exemplo, a importância da independência profissional em realizar as funções estatísticas são claramente declaradas e reconhecidas);

- Proibir a interferência de outros, incluindo outras instituições governamentais, na compilação e/ou divulgação de informações estatísticas; e

- Assegurar que a escolha, o mandato e a comunicação regular de resultados do responsável pelas estatísticas são apoiados pela independência profissional da instituição (por exemplo, o mandato geralmente não coincide com o do governo atual; a nomeação e a exoneração do responsável resulta de processos transparentes com ênfase em qualificações profissionais e desempenho)?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Se não houver lei ou disposição legal para apoiar a independência profissional,

- Tradições ou culturas de profissionalismo são claramente reconhecidas como essenciais para a credibilidade de resultados estatísticos (por exemplo, outros, incluindo outras instituições governamentais, compreender a importância da não interferência); e

- Os procedimentos de escolha, o mandato e os relatórios do responsável da instituição são apoiados pela independência profissional da instituição?

Sim

Não

Não Aplicável

**ii. O profissionalismo é ativamente promovido e apoiado na organização.**

1- O recrutamento e promoção baseiam-se em aptidões e/ou conhecimentos relevantes em estatísticas (por exemplo, técnicas de amostragem ou na área de assunto)?

Sim

Não

Não Aplicável

2- São providenciadas ações de formações formais (usando especialistas internos e externos) e *on-the-job* em metodologia e métodos de compilação, incluindo participação em seminários, cursos e *workshops* organizados por organizações regionais e internacionais, para ampliar o conhecimento das práticas estatísticas e proporcionar acesso fácil à literatura profissional?

Sim

Não

Não Aplicável

3- Os processos e atividades no local de trabalho promovem uma cultura de profissionalismo (por exemplo, por acreditação profissional do pessoal, revisão por pares do trabalho estatístico, reconhecimento de autores de trabalhos metodológicos, organização de palestras e conferências, e apoio institucional de organismos profissionais)?

Sim

Não

Não Aplicável

- 4- Pesquisas e análises (incluindo a justificativa para a escolha de metodologias) são encorajadas e publicadas, sujeitas a revisão interna e outros processos para manter a reputação da instituição pelo profissionalismo?

Sim

Não

Não Aplicável

**1.1.2 A escolha de fontes de dados e técnicas estatísticas, bem como decisões sobre a divulgação é informada unicamente por considerações estatísticas.**

*i. As escolhas de fontes de dados e técnicas estatísticas são informadas unicamente por considerações estatísticas.*

- 1- A escolha das fontes de dados (por exemplo, dentre os inquiridos, entre inquiridos e dados administrativos, ou entre dados coletados e registros administrativos) é baseado em objetivos de medição e requisitos dos dados?

Sim

Não

Não Aplicável

*ii. As decisões sobre disseminação são informadas unicamente por considerações estatísticas (se os recursos permitirem).*

- 1- As decisões de divulgação de dados baseiam-se apenas em considerações estatísticas?

Sim

Não

Não Aplicável

- 2- As decisões sobre o momento, a mídia e outros aspetos da disseminação são baseadas unicamente em considerações estatísticas?

Sim

Não

Não Aplicável

**1.1.3 A entidade estatística pertinente está autorizada a fazer comentários sobre a interpretação errônea e o uso indevido das estatísticas.**

*i. A entidade produtora de dados se manifesta quando suas estatísticas são interpretadas de forma equivocada ou mal usadas.*

- 1- A instituição procura evitar má interpretação ou uso indevido de estatísticas fornecendo materiais explicativos e briefings (por exemplo, para a mídia)?

Sim

Não

Não Aplicável

- 2- Existe uma política formal ou um costume bem estabelecido para lidar com dados e interpretações erradas ou uso indevido das estatísticas?

Sim

Não

Não Aplicável

- 3- A entidade responsável pela compilação da informação:

- Monitora a cobertura da mídia aos seus dados ("serviço de recorte") e
- Comenta publicamente e em tempo hábil sobre interpretações errôneas ou uso indevido das estatísticas na mídia e em outros fóruns?

Sim                       Não                       Não Aplicável

## 1.2 Transparência

*- Políticas e práticas estatísticas são transparentes.*

### 1.2.1 Os termos e condições que regem a recolha, processamento e divulgação das estatísticas são divulgados publicamente.

*i. Estão à disposição do público informações sobre os termos e condições nos quais as séries estatísticas são compiladas e divulgadas, incluindo a obrigação de compilar e divulgar as estatísticas, a confidencialidade dos dados individuais, e outras características importantes.*

- 1- As publicações e/ou *site* da instituição reproduzem material da lei estatística e outros documentos relevantes sobre os termos e condições sob os quais as estatísticas oficiais são compiladas e disseminadas?

Sim                       Não                       Não Aplicável

- 2- Se sim, estes termos e condições se referem a obrigação de compilar e divulgar as estatísticas, a confidencialidade dos dados individuais e outras características-chave (por exemplo, os códigos de conduta sob os quais as estatísticas oficiais são compiladas e divulgadas, o processo de aprovação para divulgação de dados, os procedimentos para nomear e exonerar o responsável pela produção da informação)?

Sim                       Não                       Não Aplicável

- 3- Em discursos públicos e outros encontros, a instituição faz um esforço ativo e contínuo para informar todas as partes interessadas sobre os termos e condições sob os quais opera?

Sim                       Não                       Não Aplicável

- 4- As publicações estatísticas identificam onde mais informações sobre a instituição e os seus produtos podem ser encontradas?

Sim                       Não                       Não Aplicável

### 1.2.2 O acesso às estatísticas por parte dos membros do governo antes da sua divulgação é identificado publicamente .

*i. O público é informado do acesso interno do governo a estatísticas antes da sua divulgação.*

- 1- O acesso a estatísticas antes da sua divulgação é identificado publicamente, com informações sobre quem tem acesso às estatísticas e em que etapa do processo de compilação o acesso é permitido?

Sim

Não

Não Aplicável

### **1.2.3 Os produtos das unidades estatísticas são claramente identificados.**

*i. Os produtos estatísticos são claramente identificados para que o público saiba qual a extensão da responsabilidade da instituição.*

- 1- Os dados divulgados ao público são claramente identificados como sendo da instituição (por exemplo, por nome, logotipo e insígnia)?

Sim

Não

Não Aplicável

- 2- No caso de publicações conjuntas, a parte atribuível à instituição é identificada (por exemplo, as estatísticas são claramente distinguidas da interpretação política)?

Sim

Não

Não Aplicável

- 3- A instituição solicita a respectiva identificação quando as suas estatísticas são usadas ou reproduzidas?

Sim

Não

Não Aplicável

### **1.2.4 Mudanças importantes na metodologia, dados de base e técnicas estatísticas são anunciadas com antecedência.**

*i. Os usuários são consciencializados antes de se efetuarem grandes mudanças na metodologia, dados de base e técnicas estatísticas.*

- 1- É dado ao público o aviso prévio (por exemplo, artigos em boletins, briefings ou comunicados à imprensa) quando grandes mudanças são introduzidas na metodologia, fontes e técnicas estatísticas?

Sim

Não

Não Aplicável

## **1.3 Padrões éticos**

*- Políticas e práticas são orientadas por padrões éticos.*

### **1.3.1 Existem normas de conduta estabelecidas que são conhecidas pelos funcionários.**

*i. Foi elaborado um conjunto claro de padrões éticos.*

1- Há diretrizes claras que descrevem o comportamento correto, quando a instituição ou seus funcionários são confrontados com situações potenciais de conflito de interesses?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Existem diretrizes claras que tornam a conexão entre a ética e as responsabilidades da equipa (por exemplo, no que diz respeito à proteção contra mau uso e deturpação das estatísticas)?

Sim

Não

Não Aplicável

3- Existe uma cultura forte para a manutenção de padrões éticos desencorajando a interferência política?

Sim

Não

Não Aplicável

## ***ii. Os funcionários são conscientizados dos padrões éticos.***

1- A Administração reconhece sua posição como modelo de conduta e segue atentamente as normas?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Os novos funcionários são informados das normas ao ingressar na organização?

Sim

Não

Não Aplicável

3- O pessoal é recordado periodicamente dos padrões a seguir (por exemplo, no treinamento do pessoal, anúncios ao pessoal, ou exigindo que a equipe reafirme periodicamente as práticas éticas ou adira a política de conflito de interesses)?

Sim

Não

Não Aplicável

## **2. Solidez metodológica**

*A base metodológica para as estatísticas da balança de pagamentos e posição de investimento internacional, segue as normas, diretrizes ou boas práticas internacionalmente aceites.*

A dimensão da solidez metodológica é avaliada de acordo com as diretrizes delineadas na sexta edição do Manual da *Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (BPM6)*, atualmente o manual mais recente para essas estatísticas. A aplicação destas as orientações geralmente seriam avaliadas ao nível das categorias materialmente mais significativas ao nível da classificação dos dados (por exemplo, bens, viagens, rendimentos, investimento direto e investimento de carteira). No entanto, a maioria dos países precisará de um período de tempo para implementar *BPM6*. Para esses países, planos devem ser implementados para migrar para *BPM6*.

## 2.1 Conceitos e definições

- *Conceitos e definições utilizados, estão de acordo com as estruturas estatísticas internacionalmente aceites.*

### 2.1.1 A estrutura geral em termos de conceitos e definições segue os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites.

*i. O quadro conceitual geral da BOP e da PII está em ampla conformidade com as diretrizes delineadas no manual mais recente para estas estatísticas (BPM6).*

1- A classificação, a compensação e a ordenação na PII são consistentes com BPM6?

Sim  Não  Não Aplicável

2- As contas correntes, de capitais e financeiras da balança de pagamentos estão definidas de acordo com as diretrizes do BPM6?

Sim  Não  Não Aplicável

3- A capacidade/necessidade de financiamento registrada como o saldo da conta corrente e de capital está em princípio igual a capacidade/necessidade de financiamento registrada na conta financeira como saldo?

Sim  Não  Não Aplicável

4- Na compilação da balança de pagamentos, é aplicado o sistema de dupla entrada como um princípio básico, e o residual líquido está incorporado no item dos erros e omissões?

Sim  Não  Não Aplicável

5- Os erros e omissões são derivados da capacidade/necessidade de financiamento da conta financeira menos o mesmo item derivado da conta corrente e de capital?

Sim  Não  Não Aplicável

6- É feita uma distinção clara no sistema entre os componentes do rendimento e os componentes dos bens e serviços? A conta financeira da balança de pagamentos prevê um registro separado de transações em ativos e transações em passivos?

Sim  Não  Não Aplicável

7- O investimento direto estrangeiro é apresentado em termos de ativos e passivos brutos?

Sim  Não  Não Aplicável

8- Dados na base direcional (ou seja, entrada e saída de investimento direto), que são essenciais para muitos propósitos, estão também disponíveis?

Sim

Não

Não Aplicável

9- São efetuadas revisões nos desvios dos conceitos e definições apresentados acima?

Sim

Não

Não Aplicável

**ii. Os conceitos e definições utilizados para compilar as estatísticas da BOP e da PII estão em conformidade com as diretrizes descritas no manual mais recente para estas estatísticas (BPM6).**

1- As unidades institucionais residentes são definidas de acordo com o manual (BPM6) e se relacionam com aqueles que têm um centro de interesse econômico predominante no país/território? Por exemplo:

- As empresas, incluindo as agências não incorporadas, são consideradas residentes nos territórios econômicos onde operam;

- Para as empresas de construção que operam como empresas não incorporadas na economia onde o trabalho está a ser realizado, a diretriz de um ano é aplicada flexivelmente junto com outras considerações (por exemplo, mantenha um conjunto completo de contas, pagar impostos sobre o rendimento ao país anfitrião, etc.);

- A residência das unidades que operam equipamentos móveis em águas internacionais ou o espaço aéreo é atribuído ao país de residência da empresa operacional;

- A residência das entidades e empresas *offshore* que operam em zonas de livre comércio é atribuído à economia em que estão localizados;

- A residência das Entidades de Propósito Específico (SPEs) é atribuída à economia em que eles estão localizados;

- Organizações internacionais e autoridades supranacionais não são consideradas residentes de qualquer economia nacional;

- Todas as unidades do governo central (por exemplo, embaixadas, bases militares) são consideradas seja residente em sua própria economia;

- Sujeito a circunstâncias específicas, um indivíduo pode deixar de ser residente do seu país quando ele ou ela trabalha continuamente por um ano ou mais num país estrangeiro.

Sim

Não

Não Aplicável

2- A BOP e a PII são definidas de acordo com as diretrizes do manual (BPM6)? Por exemplo:

- Trocas e transferências não correspondidas (transações sem *quid pro quo*) são registradas;

- A distinção entre o transporte de entrada e de saída é feita no ponto depois que os bens são carregados a bordo do transportador na fronteira do país exportador.

Sim

Não

Não Aplicável

3- A classificação de acordo com as categorias funcionais está em conformidade com os conceitos e definições do manual (BPM6)? Por exemplo:

- As transações de investimento direto estrangeiro são definidas como propriedade patrimonial representando 10% ou mais do poder de voto;
- Os ativos de reserva são definidos considerando o conceito de "controle efetivo e disponibilidade para uso.

Sim

Não

Não Aplicável

4- Os transatores da balança de pagamentos são definidos como todas as entidades econômicas residentes de uma economia compiladora envolvidas em transações com não residentes?

Sim

Não

Não Aplicável

5- Os detentores de ativos financeiros e os emissores de passivos incluídos na PII, são definidos como todos os residentes com créditos financeiros ou passivos para com não residentes?

Sim

Não

Não Aplicável

6- São efetuadas revisões nos desvios dos conceitos e definições apresentados acima?

Sim

Não

Não Aplicável

## 2.2 Âmbito

- O escopo está de acordo com padrões, diretrizes ou boas práticas internacionalmente aceites.

**2.2.1 O escopo é amplamente consistente com os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites.**

*i. O escopo das estatísticas BOP e da PII são amplamente consistentes com as diretrizes descritas no manual (BPM6).*

1- Em princípio, todas as transações entre residentes não residentes, conforme especificado no BPM6, são abrangidos pelas estatísticas da balança de pagamentos (por exemplo, bens para processamento, reparação nos bens, ouro não monetário, transporte comercial,

contrabando, compra de software, exploração mineral, transações de comércio eletrônico, arrendamentos e outros contratos transferíveis, lucros reinvestidos, empréstimos entre empresas, investimento de portfólio do setor privado, crédito comercial, transações de dívidas de curto prazo, atrasos em dívidas, transações não efetuadas em numerário)?

Sim

Não

Não Aplicável

Se não, quais estão em falta? \_\_\_\_\_

- 2- Em princípio, todas as posições em créditos financeiros entre unidades institucionais residentes e os não residentes estão incluídos na PII?

Sim

Não

Não Aplicável

Se não, quais estão em falta? \_\_\_\_\_

- 3- Em princípio, todas as unidades institucionais residentes envolvidas em transações com não residentes estão cobertos? Por exemplo:

- Afiliadas incorporadas ou não incorporadas de empresas não residentes;

- Enclaves territoriais residentes no resto do mundo (por exemplo, embaixadas);

- Zonas francas / armazéns / fábricas de mercadorias controladas por empresas offshore sob controlo alfandegário;

- Trabalhadores que trabalham temporariamente em outro país.

Sim

Não

Não Aplicável

- 4- Em princípio, todos os itens do memorando incluídos no manual (*BPM6*) são coberto? Por exemplo:

- Na conta do rendimento primário, juros antes dos FISIM para as categorias de renda relevantes;

- Na conta financeira, dados separados sobre financiamento excepcional;

- Dados separados sobre passivos relacionados às reservas das autoridades monetárias (banco central e partes relevantes da administração central) em maturidade remanescente;

- Dados separados sobre a composição monetária dos créditos sobre os residentes e passivos da dívida para os não residentes; também, dados separados sobre derivativos financeiros (valor nocional) com não residentes envolvendo as receitas e pagamentos de moeda estrangeira;

- Alocações de SDR em outros passivos de investimento;

- Empréstimos inadimplentes separadamente ao valor justo (ou, separadamente, ao valor nominal, se o valor justo não estiver disponível).

5- São efetuadas revisões nos desvios no escopo apresentados acima?

## **2.3 Classificação / Sectorização**

- *Os sistemas de classificação/setorização estão de acordo com os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites.*

### **2.3.1 Os sistemas de classificação/setorização utilizados são amplamente consistentes com os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites.**

*i. A classificação utilizada para a balança de pagamentos e as estatísticas do PII estão amplamente em conformidade com as diretrizes descritas no manual (BPM6).*

1- As transações e as posições são classificadas no componente padrão do *BPM6*? Por exemplo:

- As transações em bens e serviços por entidades governamentais no exterior são classificadas sob os componentes do governo não incluídos em outros componentes;

- A fabricação de insumos físicos de propriedade de não residentes é registrada como um serviço;

- O comércio de mercadorias é classificado no comércio de mercadorias, com valores brutos e líquidos apresentados; os valores líquidos estão incluídos nos agregados de exportação de mercadorias;

- Compras e vendas diretas dos resultados de P & D (incluindo patentes e direitos de propriedade) são registrados em serviços de pesquisa e desenvolvimento;

- As cobranças pelo uso dos resultados de P & D são classificadas como um serviço sob encargos pelo uso da propriedade intelectual nie;

- Os serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (FISIM) são distinguidos do rendimento de investimento e classificados em serviços financeiros;

- Todas as alterações relacionadas com as transferências de migrantes são excluídas da balança de pagamentos; As correções na forma de outras alterações são feitas na PII para as posições relevantes em ativos e passivos;

- Os projetos de construção a longo prazo são classificados sob a componente de investimento direto estrangeiro;

- As taxas de licença para pesca e caça estão incluídas na conta de capital;

- Empréstimos recebidos ou concedidos - incluindo títulos de dívida e créditos de fornecedores - entre investidores diretos e empresas de investimento direto são classificados em investimento direto estrangeiro (IDE), exceto quando as

transações/posições estão entre uma categoria selecionada de intermediários financeiros afiliados;

- As operações de crédito e as posições do setor bancário são classificadas separadamente das transações e posições em moeda e depósitos deste setor; no entanto, as posições de crédito interbancárias são classificadas em depósitos;

- A atribuição de curto e longo prazo às transações e posições na componente do outro investimento é feita de acordo com a maturidade original do instrumento financeiro.

Sim

Não

Não Aplicável

2- São efetuadas revisões nos desvios nos sistemas de classificação apresentados acima?

***ii. A setorização utilizada para as estatísticas da BOP e da PII estão em larga escala em conformidade com as diretrizes descritas no manual (BPM6).***

1- As unidades institucionais são atribuídas ao setor relevante de acordo com o BPM6? Por exemplo:

- As transações de dívida externa garantidas pelo governo são atribuídas ao setor institucional do mutuário;

- As empresas controladas pelo governo que são corporações públicas (por exemplo, produzem para o mercado e possuem um conjunto completo de contas) são excluídas das administrações públicas e são incluídas no setor apropriado de empresas públicas, financeiras ou não financeiras.

Sim

Não

Não Aplicável

## **2.4 Base de registo**

*- Fluxos e ações são avaliados e registrados de acordo com os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites.*

**2.4.1 São usados preços de mercado para avaliar transações e posições. Para algumas posições, são utilizadas proxies.**

***i. As regras de avaliação usadas para registrar transações e posições seguem o princípio de avaliação de mercado delineada no manual (BPM6).***

1- O princípio da avaliação de mercado especificado no BPM6 é usado para avaliar as transações? Por exemplo:

- As importações e exportações totais são avaliadas de forma fob;

- O ouro monetário é avaliado a preços de mercado;

- Os instrumentos financeiros negociados de forma regular são avaliados diretamente usando as cotações de preços dos mercados.

Sim

Não

Não Aplicável

2- Medidas de substituição adequadas para o preço do mercado são desenvolvidas quando os preços de mercado não estão disponíveis? Por exemplo:

- Trocas comerciais, transações entre empresas afiliadas, presentes ou concessões;

- Para instrumentos financeiros que não são, ou infrequentemente, negociados nos mercados financeiros, estima-se o valor justo que se aproxima do valor de mercado;

- Empréstimos, depósitos e outras contas a receber/a pagar são registrados no valor nominal.

Sim

Não

Não Aplicável

3- Onde as estimativas de transações são derivadas do stock de dados, o valor da transação exclui a avaliação e outras alterações?

**ii. As transações em moeda estrangeira são convertidas em moeda nacional as diretrizes descritas no manual (BPM6).**

1- Conforme especificado no *BPM6*, as transações em moeda estrangeira são convertidas usando a taxa de câmbio média prevalecente no mercado na data da transação? Quando a taxa de câmbio real não está disponível, são usadas as taxas de câmbio médias aplicável para o período mais curto?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Onde as estimativas de transação são derivadas do stock de dados, é feita uma tentativa de valorizar o stock de dados nas suas moedas originais e, em seguida, converter da moeda original para moeda nacional à taxa de câmbio média aplicável para a período?

Sim

Não

Não Aplicável

3- São efetuados ajustes adequados se existir um sistema de taxas de câmbio múltiplo?

Sim

Não

Não Aplicável

4- São efetuadas revisões nos desvios dos princípios apresentados acima, inclusive questões focais i. e ii.?

Sim

Não

Não Aplicável

**2.4.2 O registo é feito numa base *accrual*.**

***i. As transações são registradas numa base accrual.***

1- Em geral, a mudança de propriedade conforme especificado no *manual (BPM6)* é o princípio que rege a identificação das transações e seu período de registo? Por exemplo:

- A mudança de propriedade dos bens é considerada como ocorrendo no momento em que os parceiros registraram as transações nas suas contas;

- Os serviços são registados quando prestados (prestados ou recebidos);

- Para todos os instrumentos financeiros com juros, a acumulação de juros é registrado quando os juros se acumulam em vez de quando pagos ou vencidos;

- Os dividendos são registrados no momento em que as ações passam a ex-dividendo;

- Os lucros reinvestidos no investimento direto são registrados nos períodos quando ganhos;

- Os planos de empréstimos são inscritos nas contas no momento do desembolso real e os reembolsos de empréstimos são registados quando efetivamente pagos;

- Nenhuma entrada em atraso é registrada na apresentação padrão quando os pagamentos são não feitos no período devido; Entradas suplementares podem ser registradas para os atrasados.

Sim

Não

Não Aplicável

2- Se não é aplicado o método de registo accrual, faz-se ajustes apropriados para aproximar ao accrual (por exemplo, aplicando os rendimentos ao valor dos ativos e passivos usando vários tipos de técnicas de extrapolação)?

Sim

Não

Não Aplicável

3- São efetuadas revisões nos desvios ao método accrual apresentado acima?

Sim

Não

Não Aplicável

**2.4.3 Os procedimentos de compensação são amplamente consistentes com os padrões, manuais ou práticas internacionalmente aceites.**

***i. O registo de transações de contas correntes, de capitais e financeiras segue as diretrizes do manual (BPM6).***

1- De acordo com as recomendações do *BPM6*, as transações conta corrente e de capital são registradas em termos brutos, enquanto as transações da conta financeira são registrados numa base líquida, separadamente para os componentes individuais de ativos e passivos. Estará esta recomendação a ser seguida?

Sim  Não  Não Aplicável

2- Os desvios nos registos acima são revistos periodicamente?

Sim  Não  Não Aplicável

### 3. Precisão e Fiabilidade

*Os dados de base e as técnicas estatísticas são sólidas e os resultados estatísticos retratam suficientemente a realidade.*

A dimensão de precisão e confiabilidade geralmente seria avaliada ao nível das categorias de dados materialmente significativa da balança de pagamentos e do PII (por exemplo, bens, viagens, rendimento, investimento direto e investimento de carteira).

#### 3.1 Dados de Base

*- Os dados de base disponíveis fornecem uma base adequada para compilar as estatísticas.*

**3.1.1 Os dados de base são recolhidos por meio de programas abrangentes que levam em consideração as condições específicas do país.**

*i. Os programas de recolha de dados empregues para compilar as estatísticas da balança de pagamentos e a IIP são adequadas.*

1- A composição das fontes de dados dentro do programa de recolha fornece suficiente cobertura para compilar as estatísticas da balança de pagamentos e a PII?

Sim  Não  Não Aplicável

2- As principais fontes de dados (inquéritos e/ou sistema de relatórios de transações internacionais) são amplamente suficientes para compilar as estatísticas da balança de pagamentos e da PII?

Sim  Não  Não Aplicável

3- As informações de outras fontes disponíveis complementam a compilação básica? Por exemplo:

- Estatísticas do comércio internacional de mercadorias, que se baseiam nos procedimentos alfandegários, são usados para compilar dados sobre mercadorias;

- As estatísticas monetárias e financeiras sobre as posições externas das unidades residentes são usado para derivar as transações financeiras para essas unidades;

- Os dados sobre os ativos de reserva são fornecidos pelo banco central ou autoridade monetária com transações distintas das alterações da avaliação ou com detalhes suficientes para permitir a derivação de medidas de transição que excluam mudanças de avaliação;

- Departamentos governamentais fornecem informações sobre transações e posições do governo no exterior (por exemplo, transações na dívida externa do governo e dados sobre despesas de embaixada no exterior).

Sim

Não

Não Aplicável

*ii. A recolha de dados baseada em inquéritos é adequada.*

1- Um registro comercial abrangente e atualizado fornece uma base para inquéritos amostrais de unidades de negócios?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Os procedimentos estabelecidos preveem a integração frequente de novas unidades de transação no (s) registro (s) e contabilização de fusões, cessação de operações e outras mudanças?

Sim

Não

Não Aplicável

3- Na ausência de um registro estatístico de empresas, outros quadros abrangentes estão disponíveis (por exemplo, registros anuais desenvolvidos para licenciamento ou outros propósitos administrativos)?

Sim

Não

Não Aplicável

4- Os inquéritos às famílias e aos indivíduos são baseados num registro atualizado ou num quadro de amostral baseado numa área atual?

Sim

Não

Não Aplicável

5- O cronograma do inquérito às famílias/indivíduos, leva em consideração as variações sazonais?

Sim

Não

Não Aplicável

6- O projeto de amostra garante que a população no escopo esteja devidamente representada?

Sim

Não

Não Aplicável

7- As seleções de amostra são avaliadas regularmente, especialmente em relação à manutenção níveis aceitáveis de erro de amostra? Métodos de estimativa para inquéritos amostrais baseados em probabilidade são rotineiramente avaliados?

Sim

Não

Não Aplicável

8- Os benchmarks e pesos da população utilizados no processo de estimativa são revisados e atualizados periodicamente?

Sim

Não

Não Aplicável

9- Os questionários dos inquéritos são construídos de acordo com os princípios sólidos de design (por exemplo, os questionários estão sujeitos a testes de campo/piloto; estudos de observação são conduzidos durante a elaboração de questionários do inquérito)?

Sim

Não

Não Aplicável

10- Eles são revisados periodicamente para levar em conta alterações das circunstâncias, e as mudanças propostas são pré-testadas para garantir eficácia?

Sim

Não

Não Aplicável

11- Os instrumentos do inquérito são projetados para uma captura/processamento eficiente dos dados que minimiza os erros de não amostragem?

Sim

Não

Não Aplicável

12- Benchmarks de recolha de dados são realizadas ou outras estruturas de informações são recolhidas, com frequência suficiente, para garantir que a metodologia da pesquisa seja efetiva?

Sim

Não

Não Aplicável

13- A estrutura do inquérito suporta coletas suplementares para permitir que a coleta irregular de informações suporte a compilação principal?

Sim

Não

Não Aplicável

***iii. A recolha de dados baseada no Sistema de Relatórios de Transações Internacionais (SRTI) é adequado.***

1- A cobertura dos relatórios dos bancos no SRTI está integrada com o registro bancário em posse das autoridades de supervisão bancária?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Informações suficientemente detalhadas estão disponíveis para ambas as transações via contas bancárias e transações em dinheiro?

Sim

Não

Não Aplicável

3- As instruções de reporte exigem explicações sobre transações acima de um dado limiar de reporte (como meio de verificação de que foram corretamente classificados nos relatórios apresentados pelos bancos)?

- Sim  Não  Não Aplicável
- 4- As instruções de reporte enfatizam a necessidade de minimizar o número e o valor de transações que não são classificadas por categoria?
- Sim  Não  Não Aplicável
- 5- As instruções de reporte não permitem a compensação de transações da balança de pagamentos (por exemplo, créditos líquidos de débitos)?
- Sim  Não  Não Aplicável
- 6- Para as transações que se situam abaixo do limite de relatório, inquéritos amostrais aos bancos e instituições não bancárias com contas no exterior são realizadas periodicamente a fim de obter informações para classificar as transações de baixo valor a nível dos componentes da balança de pagamentos?
- Sim  Não  Não Aplicável
- 7- A estrutura do sistema de relatórios para bancos e empresas com contas no exterior é consistente com as práticas contábeis empregues pelos bancos e empresas e assim, os dados podem ser facilmente extraídos dos registos operacionais?
- Sim  Não  Não Aplicável
- 8- Os formulários de relatório da SRTI foram concebidos de forma a torná-los fáceis de completar, apropriados para o processamento em computadores e foram testados numa amostra de entrevistados?
- Sim  Não  Não Aplicável

***iv. As recolhas de dados baseadas em fontes de dados administrativos são adequadas.***

- 1- Dados de registos administrativos utilizados na compilação da balança pagamentos e da PII são adequados, as suas lacunas em termos de detalhes e cobertura são conhecidas e contabilizadas?
- Sim  Não  Não Aplicável

***v. Os programas de coleta de dados são suficientemente abertos e flexíveis para providenciar novos desenvolvimentos nas fontes.***

- 1- São realizadas reuniões periódicas com os participantes do mercado financeiro e a comunidade empresarial para identificar novos desenvolvimentos que precisam ser considerados na compilação da balança de pagamentos e na PII?
- Sim  Não  Não Aplicável

- 2- A imprensa financeira e os documentos de pesquisa são monitorados para obter informações sobre as transações e transatores internacionais que precisam ser considerados na compilação da BOP e da PII?

Sim  Não  Não Aplicável

- 3- Os padrões, manuais e práticas internacionais são monitorados quanto às mudanças que precisam para ser levadas em consideração na compilação da balança de pagamentos da PII?

Sim  Não  Não Aplicável

### **3.1.2 Os dados de base aproximam razoavelmente às definições, âmbito, classificações, valorização e momento de registros necessários.**

#### ***i. Os dados de base são consistentes com as definições, o âmbito e as classificações adotadas pela instituição compiladora.***

- 1- Os dados de base definidos nos inquéritos e SRTI são consistentes com as definições, o âmbito e classificações, e momento de registro das estatísticas da balança de pagamentos e da PII empregues pela instituição?

Sim  Não  Não Aplicável

- 2- São realizados testes-piloto para garantir que os dados coletados permitirão a compilação de estimativas de acordo com os manuais internacionais?

Sim  Não  Não Aplicável

- 3- Os dados administrativos utilizados para compilar as estatísticas da BOP e da PII fornecem aproximações razoáveis dos requisitos metodológicos da balança de pagamentos?

Sim  Não  Não Aplicável

#### ***ii. Há informações disponíveis sobre a medida em que as fontes de dados suplementares diferem das diretrizes estatísticas internacionais.***

- 1- Informações sobre os desvios dos dados de base (por exemplo, dados comércio internacional de mercadorias a partir dos documentos aduaneiros) dos requisitos da balança de pagamentos e da PII é suficientemente detalhado para garantir o ajuste apropriado?

Sim  Não  Não Aplicável

2- Informações sobre dívida externa obtidas a partir da instituição compiladora, estão amplamente de acordo com as recomendações do manual (*BPM6*)?

Sim

Não

Não Aplicável

### 3.1.3 Os dados de base estão disponíveis em tempo oportuno.

#### *i. Os programas de recolha preveem a receção oportuna dos dados.*

1- Os cronogramas de recolha e processamento de dados são adequados para atender à pontualidade e periodicidade para divulgação das estatísticas da balança de pagamentos e da PII?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Os respondentes são informados sobre os prazos estabelecidos para o reporte da informação?

Sim

Não

Não Aplicável

3- A instituição emprega rigorosos procedimentos de acompanhamento para garantir a receção atempada dos dados dos respondentes (por exemplo, mantendo o contato com o respondente)?

Sim

Não

Não Aplicável

### 3.2 Avaliação dos dados de base

*- As fontes de dados são avaliadas regularmente.*

**3.2.1 Os dados de base - incluindo censos, inquéritos amostrais e dados administrativos - são rotineiramente avaliados, por exemplo, para cobertura, erro de amostragem, erro de não resposta e erro de não amostragem; os resultados das avaliações são monitorados e disponibilizados para orientar os processos estatísticos.**

#### *i. A precisão dos dados dos inquéritos é rotineiramente avaliada.*

1- Informações sobre os erros de amostragem para cada um dos inquéritos realizados são monitoradas numa base regular?

Sim

Não

Não Aplicável

2- São também monitoradas as informações sobre erros de não amostragem (operações de inquéritos, enviesamentos, sobre/insuficiência de cobertura, classificação incorreta, mensuração incorreta, erros de processamento e não resposta)?

Sim

Não

Não Aplicável

3- Os efeitos das mudanças nos questionários sobre estimativas dos inquéritos são avaliados?

Sim  Não  Não Aplicável

4- Os dados de base são analisados no contexto das revisões?

Sim  Não  Não Aplicável

Se sim, todas as alterações significativas de dados atualizados disponíveis são incorporadas na BOP e na PII de acordo com um ciclo de revisão que impede o acúmulo de revisões por longos períodos de tempo.?

Sim  Não  Não Aplicável

5- Os procedimentos identificam outliers e outras diferenças atípicas em respostas periódicas nos inquéritos individuais?

Sim  Não  Não Aplicável

Se sim, os valores extremos são confirmados com os entrevistados e os registros mantidos sob confirmação?

Sim  Não  Não Aplicável

6- Os dados de base são analisados por subnotificação/notificação incorreta? Em particular para verificar:

- A consistência temporal;
- A consistência com as fontes de dados relacionadas.

Sim  Não  Não Aplicável

**ii. A precisão das informações da SRTI é rotineiramente avaliada.**

1- As informações sobre os erros de não amostragem são monitoradas: subcobertura, erros de classificação, erros de processamento e não resposta?

Sim  Não  Não Aplicável

2- A completude dos relatórios do SRTI do tipo fechado, reportado pelos bancos é avaliada? Por exemplo:

- Nos saldos de contas e transações reportadas;
- Monitorando a igualdade entre registros de débitos e créditos para transações que não são de natureza da balança de pagamentos.

As fontes de dados são analisadas por subnotificação/notificação incorreta, em particular para verificar:

- A consistência temporal,
- A consistência com fontes de dados relacionadas.

Sim  Não  Não Aplicável

- 3- As transações do SRTI que não são de natureza da balança de pagamentos (por exemplo, transações “neutras”) são cuidadosamente analisadas (por exemplo, tipo de transação, spread e sinais de flutuações) para garantir que eles cancelem ou sejam excluídos?

Sim  Não  Não Aplicável

- 4- As transações de alto valor são confirmadas com os respondentes?

Sim  Não  Não Aplicável

**iii. A precisão da informação dos dados administrativos e outras informações complementares são rotineiramente avaliadas.**

- 1- A precisão dos dados da dívida externa do setor público, do comércio internacional e de outras fontes usadas para compilar as estatísticas da balança de pagamentos e da PII são rotineiramente avaliadas?

Sim  Não  Não Aplicável

### 3.3 Técnicas estatísticas

- As técnicas estatísticas empregues estão em conformidade com procedimentos estatísticos sólidos.

#### 3.3.1 O processo de compilação de dados emprega técnicas estatísticas sólidas para lidar com as fontes de dados.

**i. De modo geral, os procedimentos de compilação de dados são sólidos.**

- 1- Os procedimentos de compilação minimizam erros de processamento, como erros de codificação, edição e de tabulação?

Sim  Não  Não Aplicável

- 2- Os ajustes nos registros da unidade são feitos somente quando claramente justificados (por exemplo, os valores incomuns não são substituídos ou modificados, a menos que seja claramente exigido) e podem ser identificados no conjunto de dados?

Sim  Não  Não Aplicável

3- Os procedimentos para a imputação e o ajuste para a não resposta são sólidos?

Sim  Não  Não Aplicável

4- É feito o uso apropriado de informações auxiliares e de referência na compilação de estimativas?

Sim  Não  Não Aplicável

5- São tomadas medidas apropriadas quando os erros de não amostragem se tornam grandes?

Sim  Não  Não Aplicável

***ii. São tomadas medidas adequadas para ajustar os dados de base.***

1- São empregues sólidas técnicas de estimativa para ajustar os dados para as observações em falta?

Sim  Não  Não Aplicável

2- Os ajustes para subcobertura e/ou unidades da população fora do escopo seguem as diretrizes apropriadas?

Sim  Não  Não Aplicável

Se sim, os fatores de agregação são derivados cientificamente, com base no desenho da amostra?

Sim  Não  Não Aplicável

3- A atribuição de dados do SRTI não codificados aos componentes específicos da balança de pagamentos é feito usando solidas técnicas de estatística?

Sim  Não  Não Aplicável

4- São tomadas medidas apropriadas quando o valor das transações do SRTI não codificadas abaixo do limiar torna-se muito grande e quando ocorrem desigualdade nos registos entre débito e crédito para as transações que não são da natureza da balança de pagamentos, no SRTI fechado?

Sim  Não  Não Aplicável

5- Qualquer discrepância entre a soma dos dados trimestrais e os dados dos inquéritos anuais é removido através de procedimentos ou indicadores de referência?

Sim  Não  Não Aplicável

### 3.3.2 Outros procedimentos estatísticos (por exemplo, ajustes, transformações de dados e análise estatística) empregam técnicas estatísticas sólidas.

*i. Os ajustes sólidos são usados para tornar os dados de base consistentes com os requisitos da balança de pagamentos e da PII.*

1- São desenvolvidos procedimentos específicos para ajustar dados de várias fontes para melhorar a cobertura, classificação e valoração e conforme as diretrizes estabelecidas no manual (*BPM6*)? Por exemplo:

- O fator cif/fob para a valorização das importações é estimado com base num inquérito amostral recente de empresas de transporte;

- Os ajustes que utilizam informações do Ministério das finanças/ ou outros órgãos governamentais são feitos para registrar a renda e os pagamentos de serviços, incluindo os impostos retidos e deduzidos na fonte;

- Estimativas e modelos de dados de viagens são usados para aumentar ou verificar dados do SRTI, inquéritos sobre viajantes/famílias e provedores de turismo e dados do cartão de crédito que são empregues para compilar o componente de viagem;

- Inquéritos sobre viajantes / famílias e provedores de turismo são usados para aumentar ou verificar dados do SRTI;

- Os dados sobre transações líquidas nos serviços de telecomunicações relatados na SRTI são ajustado a uma base bruta usando informações coletadas de uma amostra de empresas de telecomunicações;

- Fontes de dados sobre transações de títulos nos mercados secundários, que podem ser reportados brutos ou líquidos de taxas e comissões, são ajustados numa base apropriada com base em informações de taxas de comissão médias obtidas de uma amostra de negociantes de valores mobiliários.

Sim

Não

Não Aplicável

2- Procedimentos estatísticos utilizados para incorporar atividades não registradas (incluindo informações informais, atividades ocultas e ilegais) seguem uma abordagem detalhada, caso a caso, usando fontes específicas que estão mais relacionadas às variáveis estimadas e pertinentes ao período de referência? Por exemplo:

- As estimativas do comércio de vaivém são feitas com base em informações de pesquisas periódicas realizadas nos principais pontos da fronteira entre as mercadorias transportadas por comerciantes organizados e não organizados e os dados que são extrapolados do volume mensal de comerciantes dedicados ao comércio de vaivém identificados pelas autoridades aduaneiras e de imigração;

- Os ajustes dos dados comerciais são efetuados utilizando os dados dos países parceiros, nomeadamente os dados da importação dos parceiros para ajustar a subestimação das exportações;
- Os ajustes sazonais que realizados utilizam metodologias internacionalmente aceites.

Sim

Não

Não Aplicável

### **3.4 Avaliação e validação dos dados intermediários e dos produtos estatísticos.**

*- Os resultados intermediários e os produtos estatísticos são regularmente avaliados e validados.*

#### **3.4.1 Os resultados intermediários são validados contra outras informações sempre que possível.**

*i. Os resultados intermediários são validados contra outras fontes de dados independentes.*

1- Os resultados intermediários são verificados em uma ampla gama de fontes de dados?  
Incluindo, por exemplo:

- Os dados recebidos do Ministério das finanças/outras órgão governamentais sobre retenção dos impostos sobre o rendimento são utilizados para avaliar a precisão da informação relatada sobre transações do rendimento;
- As informações reportadas na imprensa financeira são usadas para verificar o investimento direto de alto valor e outras transações.

Sim

Não

Não Aplicável

#### **3.4.2 As discrepâncias estatísticas nos dados intermediários são avaliadas e investigadas.**

*i. O comportamento da série é verificado com as séries / indicadores relacionados.*

1- O comportamento das séries é rotineiramente avaliado em relação a séries relacionadas?  
Por exemplo:

- Os dados reportados sobre os pagamentos do rendimento do investimento e as receitas são regularmente avaliados em relação aos dados dos stocks correspondentes nas estatísticas da PII;
- Os dados sobre os proveitos do frete são regularmente avaliados em relação ao valor/volume dos fluxos do comércio;
- Os dados sobre as transações relacionadas com as viagens são analisados em relação à informação compilada pelas autoridades aduaneiras e de imigração sobre o número de viajantes internacionais que entram ou saem do país;

- Os dados de fluxo financeiro reportados são reconciliados com as mudanças nos correspondentes stocks dos dados coletados para dívida externa e para todos os outros elementos da PII;

- As discrepâncias entre o comércio de mercadorias e os fluxos financeiros associados, do SRTI são revistos.

Sim

Não

Não Aplicável

### **3.4.3 Discrepâncias estatísticas e outros indicadores potenciais de problemas nos resultados estatísticos são investigados.**

#### *i. Os erros e omissões são monitorados.*

- 1- O pessoal envolvido na produção dos dados de balança de pagamentos monitoram a evolução nos itens dos erros e omissões e procuram compreendê-los, por exemplo, através de verificações cruzadas entre entradas nas contas correntes, de capital e financeiras?

Sim

Não

Não Aplicável

#### *ii. Comparações bilaterais/reconciliações são realizadas com dados de outros países e organizações internacionais.*

- 1- São realizadas reconciliações dos dados bilaterais para rubricas selecionadas de comércio, outros itens da balança corrente, balança financeira e da PII com os principais parceiros comerciais e as grandes diferenças são investigados?

Sim

Não

Não Aplicável

Se sim, diferenças nos conceitos e métodos de compilação são identificados e levados em consideração nas comparações dos dados?

Sim

Não

Não Aplicável

- 2- Os dados sobre transações e posições de dívida externa selecionadas são comparados com as estatísticas conjuntas do BIS-FMI-OCDE-Banco Mundial sobre dívida externa ou as estatísticas bancárias internacionais de localização do BIS?

Sim

Não

Não Aplicável

### **3.5 Estudos de revisão**

- As revisões são acompanhadas e analisadas com vista a obter informações para aferir a fiabilidade das estatísticas.

### 3.5.1 Realizam-se periodicamente estudos e análises de revisões que são usados para informar os processos estatísticos.

#### *i. As revisões das estatísticas da balança de pagamentos e da PII são periodicamente avaliadas.*

1- Os estudos avaliam as estimativas iniciais contra estimativas revisadas ou finais sobre um determinado período de tempo? E compreende:

- Estudos de escala (frequência de revisão e número de séries temporais revisadas);

- Estudos de direção e magnitude de revisões.

Sim

Não

Não Aplicável

2- Estudos de tendências de longo prazo no padrão de revisão são realizados periodicamente para identificar séries que podem ser sistematicamente tendenciosas?

Sim

Não

Não Aplicável

3- Estudos investigam as fontes de erros, omissões e flutuações nos dados?

Sim

Não

Não Aplicável

#### *ii. Medidas são tomadas para incorporar os resultados dos estudos de revisão na compilação de dados.*

1- Resultados de estudos de revisão (como o padrão de disponibilidade das principais fontes de dados) são usadas para definir o ciclo de revisão ideal?

Sim

Não

Não Aplicável

2- As conclusões dos estudos de revisão são usadas para aprimorar dados preliminares e programas de recolha de dados para os períodos subsequentes (por exemplo, descobertas de relatórios incorretos persistentes de empresas são rotineiramente analisadas e usadas em um exercício interno de controle de qualidade)?

Sim

Não

Não Aplicável

3- As séries temporais dos resultados revistos são examinadas para identificar as tendências de longo prazo nos padrões de revisão?

Sim

Não

Não Aplicável

Se sim, ajustes apropriados que refletem um padrão de revisão previsto são efetuados no momento das estimativas iniciais para aumentar a precisão dos dados?

Sim

Não

Não Aplicável

- 4- É preservada a documentação sobre as revisões e esta inclui descrições das causas das revisões, métodos usados para incorporar novas fontes de dados e a forma como os dados são ajustados?

Sim

Não

Não Aplicável

#### 4. Utilidade

*As estatísticas são pertinentes, oportunas e coerentes e são sujeitas a uma política de revisões previsível.*

##### 4.1 Periodicidade e oportunidade

*- Periodicidade e pontualidade seguem padrões de disseminação internacionalmente aceites.*

##### 4.1.1 A periodicidade segue os padrões de disseminação.

*i. A periodicidade das estatísticas da balança de pagamentos e da PII segue os padrões de disseminação de dados do FMI (SDDS - Padrão de Difusão de Dados Especiais ou GDDS - General Data Dissemination System).*

- 1- As estatísticas da balança de pagamentos são divulgadas trimestralmente (SDDS)?

Sim

Não

Não Aplicável

- 2- Para os participantes do GDDS recomenda-se a disseminação anual de estatísticas da balança de pagamentos, a divulgação trimestral é encorajada?

Sim

Não

Não Aplicável

- 3- As estatísticas da PII são divulgadas de forma consistente com o SDDS, que atualmente recomenda anualmente (a divulgação trimestral é atualmente voluntária, torna-se prescrito para assinantes SDDS em setembro de 2014)?

Sim

Não

Não Aplicável

##### 4.1.2 A pontualidade segue os padrões de disseminação.

*i. A pontualidade das séries estatísticas segue os padrões de disseminação de dados do FMI (SDDS ou GDDS).*

- 1- As estatísticas trimestrais da balança de pagamentos são divulgadas no prazo de um período de referência (SDDS)?

Sim

Não

Não Aplicável

2- As estatísticas anuais da balança de pagamentos são divulgadas dentro de seis a nove meses após o período de referência (GDDS)?

Sim  Não  Não Aplicável

3- As estatísticas anuais da PII são divulgadas em três trimestres após o período de referência (GDDS e SDDS)? A partir de setembro de 2014, as estatísticas trimestrais do PII devem ser divulgadas pelos subscritores do SDDS um trimestre após a data de referência.

Sim  Não  Não Aplicável

## 4.2 Consistência

- *As estatísticas são consistentes dentro de um conjunto de dados, ao longo do tempo e com grandes conjuntos de dados.*

### 4.2.1 As estatísticas são consistentes dentro do conjunto de dados.

#### *i. A balança de pagamentos e as estatísticas da PII são internamente consistentes.*

1- Os conceitos, definições e classificações para produzir as estatísticas da balança de pagamentos trimestral e anual das são os mesmos?

Sim  Não  Não Aplicável

2- A soma das estatísticas trimestrais são consistentes com as estatísticas anuais?

Sim  Não  Não Aplicável

3- A longo prazo, o item dos erros e omissões tem sido grande?

Sim  Não  Não Aplicável

Se não, tem sido estável ao longo do tempo?

Sim  Não  Não Aplicável

4- Os dados das transações financeiras são reconciliáveis com mudanças na PII?

Sim  Não  Não Aplicável

Se sim, existe uma tabela a explicar a reconciliação (por exemplo, transações, taxa de câmbio, preço e outras mudanças) que é divulgada regularmente?

Sim  Não  Não Aplicável

#### 4.2.2 As estatísticas são consistentes ou reconciliáveis durante um período de tempo razoável.

##### *i. As estatísticas da BOP e da PII são consistentes ao longo do tempo.*

- 1- Séries temporais consistentes estão disponíveis por um período de tempo adequado (pelo menos cinco anos)?

Sim  Não  Não Aplicável

- 2- Quando mudanças nas fontes de dados, metodologia ou técnicas são introduzidas, as séries históricas são reconstruídas até onde for o mais razoavelmente possível?

Sim  Não  Não Aplicável

- 3- Notas metodológicas detalhadas identificam e explicam as principais quebras e descontinuidades na balança de pagamentos e séries temporais dos componentes da PII, suas causas, bem como ajustes feitos para manter a consistência ao longo do tempo?

Sim  Não  Não Aplicável

- 4- Mudanças incomuns nas tendências econômicas são explicadas no comentário incluído na publicação da balança de pagamentos e na base de dados acessível aos usuários?

Sim  Não  Não Aplicável

#### 4.2.3 As estatísticas são consistentes ou conciliáveis com as obtidas por meio de outras fontes de dados e/ou estruturas estatísticas.

##### *i. As estatísticas da balança de pagamentos são consistentes ou reconciliáveis com o comércio internacional de mercadorias, contas nacionais, estatísticas monetárias e financeiras, dívida externa e/ou estatísticas da PII.*

- 1- Os dados da balança de pagamentos sobre o comércio de mercadorias são reconciliados com os dados de comércio internacional de mercadorias?

Sim  Não  Não Aplicável

- 2- As estatísticas da balança de pagamentos são em grande parte consistentes com as estatísticas das contas nacionais?

Sim  Não  Não Aplicável

- 3- As transações do setor bancário nas estatísticas da balança de pagamentos são em grande parte consistentes com as estatísticas monetárias e financeiras?

Sim  Não  Não Aplicável

- 4- Os componentes da balança de pagamentos que compõem a conta financeira são em grande parte consistentes com os correspondentes componentes da PII?

Sim

Não

Não Aplicável

#### 4.3 Política e prática de revisão

- As revisões dos dados seguem um procedimento regular e divulgado publicamente.

##### 4.3.1 Revisões e/ou atualizações seguem um cronograma regular e transparente.

*i. A prática de revisões (por exemplo, de estimativas provisórias, atualizações de peso, para mudanças na metodologia) segue um padrão previsível do qual os usuários das estatísticas estão informados.*

- 1- O ciclo de revisão é predeterminado e razoavelmente estável de ano para ano?

Sim

Não

Não Aplicável

- 2- O ciclo de revisão é divulgado ao público?

Sim

Não

Não Aplicável

- 3- Os motivos subjacentes ao ciclo (por exemplo, a disponibilidade dos dados de base, o tempo de revisões com as bases de dados relacionadas, o calendário para a preparação de documentos importantes sobre políticas econômicas) são explicados?

Sim

Não

Não Aplicável

- 4- A documentação das revisões está incluída na publicação da série estatística e na base de dados acessível aos usuários?

Sim

Não

Não Aplicável

- 5- Quando são solicitadas revisões fora do ciclo regular (por exemplo, pela descoberta de novas fontes de dados, erros, etc.), eles são divulgados ao público?

Sim

Não

Não Aplicável

##### 4.3.2 Dados preliminares e/ou revisados / atualizados são claramente identificados.

*i. Os usuários são informados sobre a natureza preliminar dos dados.*

- 1- No momento da divulgação dos dados, os usuários são informados sempre que os dados forem preliminares?

Sim

Não

Não Aplicável

*ii. Os usuários são informados sobre a natureza revisada dos dados.*

- 1- No momento da divulgação de dados, os usuários são informados sempre que os dados são revisados?

Sim

Não

Não Aplicável

**4.3.3 Estudos e análises de revisões são tornadas públicas (ver também 3.5.1).**

*i. Os usuários são informados dos resultados e estudos das revisões das estatísticas.*

- 1- As revisões são mensuradas, avaliadas e explicadas na publicação da balança de pagamentos e na base de dados acessível pelos usuários?

Sim

Não

Não Aplicável

- 2- A análise das diferenças entre os dados revistos e os preliminares é publicada para os grandes agregados por forma a permitir uma avaliação da confiança dos dados preliminares?

Sim

Não

Não Aplicável

**5. Acessibilidade**

*Dados e metadados estão facilmente acessíveis e a assistência aos usuários é adequada.*

**5.1 Acessibilidade de dados**

*- As estatísticas são apresentadas de forma clara e compreensível, as formas de disseminação são adequadas, e as estatísticas são disponibilizadas de forma imparcial.*

**5.1.1 As estatísticas são apresentadas de uma maneira que facilita sua correta interpretação e permite realizar comparações significativas (apresentação e clareza do texto, quadros e gráficos).**

*i. A apresentação da balança de pagamentos e os dados da PII são proporcionais às necessidades.*

- 1- As estatísticas balança de pagamentos e da PII são divulgadas de acordo com os componentes padrão do manual (*BPM6*) e com séries temporais?

Sim

Não

Não Aplicável

2- As estatísticas balança de pagamentos e da PII são disponibilizadas ao FMI no formato de apresentação recomendado pelo mesmo?

Sim  Não  Não Aplicável

3- As séries adicionais são divulgadas para atender a uma variedade de necessidades dos usuários com vários níveis de detalhes (desagregação)?

Sim  Não  Não Aplicável

4- As estatísticas são divulgadas de forma clara, com gráficos e tabelas para facilitar a análise?

Sim  Não  Não Aplicável

5- Comentários sobre a evolução do período atual são incluídos?

Sim  Não  Não Aplicável

6- As séries sujeitas à sazonalidade são divulgadas de forma dessazonalizada?

Sim  Não  Não Aplicável

### **5.1.2 Os meios e formatos de disseminação são adequados.**

#### ***i. As estatísticas são divulgadas em formatos para atender às necessidades dos usuários.***

1- As estatísticas são divulgadas de forma a facilitar a re-disseminação na mídia (por exemplo, comunicados de informação).

Sim  Não  Não Aplicável

2- Estatísticas mais abrangentes e/ou detalhadas também são divulgadas em papel e/ou formatos eletrônicos?

Sim  Não  Não Aplicável

3- As estatísticas atuais e as séries temporais mais longas podem ser acessadas (talvez por uma taxa) através de uma base de dados eletrônica mantida ou em nome do BNA?

Sim  Não  Não Aplicável

### **5.1.3 As estatísticas são divulgadas de acordo com um calendário pré-anunciado.**

#### ***i. Um calendário de divulgação dos dados é anunciado com antecedência.***

1- Existe um cronograma onde anuncia-se antecipadamente as datas em que as estatísticas serão divulgadas?

Sim  Não  Não Aplicável

2- As estatísticas são divulgadas pontualmente, isto é, de acordo com o pré-anunciado Cronograma?

Sim  Não  Não Aplicável

#### **5.1.4 As estatísticas são postas a disposição de todos os utilizadores ao mesmo tempo.**

*i. As estatísticas da balança de pagamentos e da PII são disponibilizadas a todos os usuários ao mesmo tempo.*

1- O público é informado sobre as estatísticas que estão a ser divulgadas e dos procedimentos para acessar (por exemplo, Internet, publicações)?

Sim  Não  Não Aplicável

2- As estatísticas são disponibilizadas para todos os usuários interessados simultaneamente?

Sim  Não  Não Aplicável

3- Se a imprensa for informada com antecedência, são impostos embargos para evitar a divulgação pública antecipada?

Sim  Não  Não Aplicável

#### **5.1.5 As estatísticas não rotineiramente divulgadas são disponibilizadas mediante solicitação.**

*i. As estatísticas não rotineiramente divulgadas são disponibilizadas aos usuários mediante solicitação.*

1- Além das estatísticas divulgadas rotineiramente, outras estatísticas gerais são disponibilizadas mediante solicitação?

Sim  Não  Não Aplicável

2- Tabulações personalizadas podem ser fornecidas (talvez por uma taxa) para atender a solicitações específicas?

Sim  Não  Não Aplicável

3- A disponibilidade de estatísticas adicionais e dos procedimentos para obtê-las são conhecidos?

Sim

Não

Não Aplicável

## 5.2 Acessibilidade aos metadados

*Metadados atualizados e pertinentes estão disponíveis*

**5.2.1 A documentação sobre conceitos, abrangência, classificações, base de registro, fontes de dados e técnicas estatísticas está disponível, com indicação das diferenças em relação às normas, princípios e boas práticas aceites internacionalmente.**

*i. Os metadados das estatísticas da balança de pagamentos e da PII fornecem informações adequadas sobre o significado dos dados e sobre a metodologia usada para coletá-los e processá-los.*

1- Existe um documento abrangente sobre as fontes e métodos que é publicado e atualizado regularmente? E inclui o seguinte:

- Informações sobre conceitos, definições, classificações, fontes de dados, compilação, métodos, técnicas estatísticas e outros aspetos metodológicos relevantes e procedimentos;

- Afastamentos dos padrões, diretrizes ou boas práticas aceites internacionalmente;

- Informações sobre fontes de pesquisa, como as características da pesquisa (taxas de resposta, monitoramento de pesquisas e estudos de erros não relacionados à amostragem) e outros recursos de pesquisa (método, quadro da amostra, desenho e seleção da amostra, estimativa e técnicas de imputação, etc.) e sobre a natureza das fontes de dados administrativos; e principais vínculos com os principais sistemas de dados relacionados.

Sim

Não

Não Aplicável

2- As metodologias resumidas do SDDS/GDDS e outros metadados correlatos são revisados e atualizados periodicamente?

Sim

Não

Não Aplicável

3- Os metadados são disseminados de forma a facilitar seu acesso (p.ex., em sites, publicações estatísticas) e sua disponibilidade é bem divulgada (p.ex., em catálogos)?

Sim

Não

Não Aplicável

## 5.2.2 Os níveis de detalhe são adaptados às necessidades do público-alvo.

*i. Diferentes níveis de detalhes de metadados são disponibilizados para atender aos requisitos dos usuários.*

1- Informações de uso geral (por exemplo, uma brochura) sobre a balança de pagamentos, a PII e outras estatísticas do setor externo (por exemplo, como localizar os dados) estão disponíveis e tornados públicos?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Informações mais especializadas (por exemplo, documentos de base, documentos de trabalho) são disponibilizadas e tornados públicos?

Sim

Não

Não Aplicável

### **5.3 Assistência aos usuários**

*- Há um serviço de apoio rápido e capacitado.*

#### **5.3.1 Os pontos de contato são divulgados.**

*i. É dada assistência adequada aos usuários das estatísticas.*

1- Existe um serviço e suporte rápido e experiente para os usuários das estatísticas?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Todas as publicações estatísticas identificam pontos de contato para consultas por correio, telefone, fax, ou por e-mail?

Sim

Não

Não Aplicável

3- Há material para aumentar a conscientização sobre o uso das estatísticas (por exemplo, para escolas e pesquisa)?

Sim

Não

Não Aplicável

4- Os pontos de acesso para os usuários obterem informações estatísticas são bem anunciados?

Sim

Não

Não Aplicável

5- A assistência aos usuários é monitorada e revisada periodicamente (por exemplo, tempo de resposta a solicitações de e-mail)?

Sim

Não

Não Aplicável

**5.3.2 Catálogos de publicações, documentos e outros serviços, com informações sobre preços se relevante, são facilmente acessíveis.**

*i. Existem catálogos de publicações e outros serviços disponíveis aos usuários de estatísticas.*

1- As publicações, documentos e outros serviços para usuários estão disponíveis e atualizados regularmente (por exemplo, a cada ano, se necessário)?

Sim

Não

Não Aplicável

2- Os preços dos produtos e serviços estatísticos são claramente divulgados e é fornecida assistência ao fazer-se os pedidos?

Sim

Não

Não Aplicável

Muito obrigado pela sua disponibilidade